

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Jovani Augusto Puntel

Situação e Perspectivas para o Desenvolvimento dos Jovens Rurais

Um estudo a partir dos jovens formados no Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural
no Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural no Vale do Rio Pardo – RS

Santa Cruz do Sul, Julho de 2011

Jovani Augusto Puntel

Situação e Perspectivas para o Desenvolvimento dos Jovens Rurais

Um estudo a partir dos jovens formados no Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural no Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural no Vale do Rio Pardo – RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado – da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Linha de Pesquisa: Organizações, Mercado e Desenvolvimento

Orientador: Prof^o Dr. Carlos Águedo Paiva

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Marília Ramos

Santa Cruz do Sul, Julho de 2011

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas a quem devo agradecer pela oportunidade e possibilidade de estar realizando este estudo. Primeiramente trago presente o incentivo de meus pais. Por três vezes desisti da escola, ainda no Ensino Fundamental, depois no Ensino Médio. Não fosse pela vossa paciência, muito provavelmente não teria concluído o Ensino Médio. Agradeço também a oportunidade de conviver e apreender com duas pessoas distintas: Sr^a Letícia Sampaio, uma pessoa determinada e em “homenagem póstuma” a Maria Ieda Lidin, uma apaixonada pela arte de educar, que muito nos ensinou.

Agradeço as importantes contribuições dos meus orientadores, Dr. Carlos Paiva e Dr^a Marília Patta Ramos. Sou grato também às contribuições das colegas Janete Stoffel, Roberta Gassen e Danielle Kafski.

Realizar esta pesquisa com os Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) foi uma atitude desafiadora e gratificante. Foi desafiadora pelo tamanho da responsabilidade junto a estes jovens e às instituições que desenvolvem este programa. Foi gratificante por reencontrar grande parte das pessoas com as quais partilhei vários dias de minha vida durante a formação. Agradeço o apoio dos jovens ADRs para a realização desta pesquisa, dos pais, conselheiros e acima de tudo, amigos, que me acolheram e me hospedaram em suas casas. Àqueles que ajudaram a responder os questionários e aqueles que se disponibilizaram a sair comigo para me ajudar a localizar os colegas mais distantes.

Não posso deixar de reconhecer o apoio das instituições que desenvolvem este programa, os dirigentes e os meus colegas de equipe que fazem o trabalho de base junto aos jovens rurais. Dedico este trabalho aos mentores deste programa e aos jovens rurais, a todos que se dedicaram e ajudaram a escrever a história dos 10 anos de atuação do CEDEJOR, completados no mês de Julho deste ano.

RESUMO

Este estudo analisa a situação e as perceptivas dos jovens rurais no campo, identificando como uma proposta de educação de caráter informal (Pós-Médio) e voltada para o empreendedorismo do Jovem Rural pode contribuir para a melhoria das suas condições de vida. Além disso, analisa-se como a mesma os incentiva a optar pela realização de seus projetos de vida no campo. Este estudo também traz aspectos sobre o desenvolvimento rural, bem como as questões que permeiam a agricultura familiar frente às nuances que influenciam estes jovens para as suas escolhas de vida. Neste contexto, a educação assume papel importante para a formação da base do ser humano, tanto nos aspectos do conhecimento, quanto no fortalecimento da personalidade do indivíduo, exercendo grande parcela de responsabilidade sobre as oportunidades e escolhas que estes jovens terão. Para mostrá-lo, o presente estudo traz desde elementos constituintes sobre o modelo de ensino público desenvolvido no Brasil, até os modelos de educação trazidos pelos movimentos sociais, considerados mais adequados à população do campo, ou seja, a Pedagogia da Alternância e o movimento pela Educação do Campo. É nesta proposta de ensino que se enquadra o Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR). A pesquisa de campo realizada trouxe informações que permitem verificar a contribuição desta modalidade de ensino para o desenvolvimento dos Jovens Rurais na Região do vale do Rio Pardo (RS). Baseado em uma pesquisa quase experimental com 219 jovens rurais, constatamos que os maiores problemas para os jovens desenvolverem seus projetos de vida no campo são: a baixa remuneração, a ausência de área de terra suficiente para o trabalho e a dificuldade de acesso a créditos para desenvolverem novas atividades produtivas. Por um lado, constatamos ainda que os jovens rurais que participaram no PEJR, além de apresentarem maior inserção social, mostraram também maior consciência ambiental e maior grau de diversificação produtiva nas Unidades Familiares do que os jovens do grupo dos Não Participantes (NP). Tal constatação valida a contribuição do programa para melhoria destes aspectos no grupo dos Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs). Por outro lado, também foi verificado que, mesmo os ADRs tendo apresentado maior grau de diversificação produtiva, esta foi mais significativa no plano da produção para auto-consumo do que para a venda no mercado. De tal forma que a diversificação mercantil continua sendo um desafio a ser melhor trabalhado no PEJR, e enfrentado em esforço conjunto pelos atores da região.

Palavras Chave: Jovem Rural, Agricultura Familiar, Educação, Trabalho e Renda.

ABSTRACT

This study analyses the situation and the perspectives of the rural youth in the countryside, identifying as a proposal of education of informal character (Post High School) and turned to the enterprising of the Rural Youth that can contribute to the improvement of his/her life conditions. Moreover, we analyze as such proposal can incentivize them to choose the realization of their life projects in the countryside. This study also brings aspects about the rural development, as well as questions that permeate the family agriculture due to the nuances that influence the life choices of the youth. In this context, education assumes an important role for the formation of the basis of human beings, both in the aspects of knowledge, and in the strengthening of the individual personality, exerting great part of responsibility about the opportunities and choices that these youth will have. In order to show it, the present study brings constituent elements on the model of public teaching developed in Brazil, even the education models brought by the social movements, considered more adequate for the countryside population, that is, the Pedagogy of *Alternation*, and the movement for the Countryside Education. It is in this teaching proposal that the Programme of Enterprising of the Rural Youth (PEJR) fits. The field research done has brought elements that allow to verify the contribution of this modality of teaching for the development of the Rural Youth in the Region of the Rio Pardo Valley. Based on an almost experimental research with 219 rural youth, we have perceived that the biggest problems for the youth to develop their life projects are: low wages, absence of enough land area for work, and the difficulty of access to credit in order to develop new productive activities. On the one hand, we have also perceived that the rural youth that participated in the PERJ besides presenting bigger social insertion, also showed bigger environmental conscience and bigger degree of productive diversification in the family units than the youth of the group of the Non Participant. Such conclusion validates the quality of the programme for the improvements of the aspects of the group of the Agents of the Rural Development (ADRs). On the other hand, we have also perceived that, even though the ADRs have presented a bigger degree of diversification productivity, such diversification was more meaningful in the production plan the for local consumption rather than for market sales. So that the market diversification continues to be a challenge to be better worked in the PERJ and faced in a group effort by the actors of the region.

Key words: Rural Youth, Family Agriculture, Education, Labour and Income.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADR - Agente de Desenvolvimento Rural
ADs – Agências de Desenvolvimento
AF – Agricultura Familiar
CAN - Complexo Agrário Nacional
CEDEJOR – Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
COREDE VRP - Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA - Pedagogia da Alternância
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PEJR - Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural
PIB - Produto Interno Bruto
PIC - Projeto de Investimento de Capital
PJER - Projeto do Jovem Empreendedor Rural
Pop - População
PPP - Projeto Político Pedagógico
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
QLs - Quocientes Locacionais
SATs - Sistemas Agrários Típicos
UFP - Unidade Familiar de Produção
UPM - Unidade Político Metodológica
VBP - Valor Bruto da Produção

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização dos centros de formação do Cedejor.....	79
Figura 2: Municípios que compõem a região do Vale do Rio Pardo – RS	101
Figura 3: Maiores problemas da vida do campo para o conjunto dos entrevistados.....	132
Figura 4: Maiores Vantagens da vida do campo para o conjunto dos entrevistados.....	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação da população residente segundo localização do domicílio Brasil ..	32
Gráfico 2: Caracterização dos jovens rurais pelos próprios jovens.....	47
Gráfico 3: Distribuição percentual dos alunos residentes na área rural que utilizam transporte escolar oferecido pelos poderes públicos (estadual ou municipal) por nível de ensino segundo a localização da escola. Situação em 2005.	68
Gráfico 4: Grau de dependência da atividade fumicultora e grau de diversificação da Unidade Familiar. Relação entre os Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e jovens Não Participantes (NP).	122
Gráfico 5: Projeto de vida dos jovens rurais.....	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro síntese da Unidade Político-Metodológica (UPM) do Programa do Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR).....	85
Quadro 2: Conteúdos e temas do eixo humano	92
Quadro 3: Conteúdos e temas do eixo técnico	93
Quadro 4: Conteúdos e temas do eixo humano	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Média dos anos de estudo da população rural e população urbana, por região em 2000 e 2004, e média em 2007.....	69
Tabela 2: Participação da Agricultura Familiar no Vale do Rio Pardo.....	102
Tabela 3: Maiores Quocientes Locacionais da Agricultura do VRP.....	105
Tabela 4: Maiores QLS da Pecuária do VRP.....	105
Tabela 5: Municípios de origem dos jovens pesquisados.....	109
Tabela 6: Idade dos jovens ADRs e NP entrevistados.....	110
Tabela 7: Jovens formados por turmas, evasão e domicílio.....	112
Tabela 8: Níveis de Escolaridade dos jovens Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e dos jovens do grupo Não Participante (NP) entrevistados.....	114
Tabela 9: Condição de terra e tamanho das propriedades dos Jovens Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e jovens Não Participantes (NP).....	115
Tabela 10: Inserção Social dos Jovens Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e jovens Não Participantes (NP).....	118
Tabela 11: Quantidade de atividades nas quais os jovens participam.....	118
Tabela 12: Variedades mais produzidas para o consumo das famílias dos jovens Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e jovens Não Participantes (NP).....	123
Tabela 13: Variedades mais produzidas para comercialização das famílias dos Jovens Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e jovens Não Participantes (NP).....	123
Tabela 14: Relação entre elaboração e geração de renda dos Projetos dos Jovens Empreendedores Rurais (PJERs) por ramo de concentração.....	124
Tabela 15: Níveis de Escolaridade dos pais dos Jovens Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e jovens Não Participantes (NP).....	126
Tabela 16: Quem assume o planejamento da Unidade Familiar.....	127
Tabela 17: Como os jovens recebem sua renda.....	128

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 DESENVOLVIMENTO RURAL.....	18
2.1 Os Sistemas Agrários Típicos no Brasil e o Espaço da Agricultura Familiar.....	26
2.2 Discussões Sobre o Espaço Rural e suas Atividades.....	31
2.3 Desafios e Estratégias da Agricultura Familiar: os Limites da Pura Especialização e da Pura Diversificação para o Enfrentamento dos Determinantes do Êxodo.....	37
2.4 O jovem rural.....	42
3 UM OLHAR SOBRE O ENSINO NO BRASIL.....	49
3.1 A Educação Brasileira até a Primeira República.....	50
3.2 O Ensino Rural no Período Republicano até o fim do Regime Militar.....	52
3.3 O Período de Redemocratização e os Avanços na Educação.....	59
3.4 Uma Proposta de Ensino para a População do Campo.....	64
3.5 A Pedagogia da Alternância no Brasil.....	71
4 O PROJETO EDUCACIONAL DE ENRAIZAMENTO DOS JOVENS RURAIS NO CEDEJOR.....	74
4.1 O Desenvolvimento Institucional do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural.....	74
4.2 O Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural.....	80
4.3 A Primeira Reformulação do Programa.....	84
4.4 Os Conteúdos da Formação e o Projeto do Jovem Empreendedor Rural.....	91
4.5 Alguns Elementos para Análise e Caracterização da Região de atuação do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural, o Vale do Rio Pardo (RS).....	99

5 A PESQUISA DE CAMPO COM OS JOVENS RURAIS.....	108
5.1 A Inserção Social dos Jovens Rurais Pesquisados	117
5.2 As Melhorias Ambientais nas Unidades Familiares.....	120
5.3 A Diversificação Produtiva	121
5.4 A Gestão da Unidade Familiar	126
5.5 As Escolhas dos Jovens Rurais.....	129
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
7 REFERÊNCIAS	144
ANEXO A - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO	152
ANEXO B - ESTÍMULO PARA SONHAR ALTO	160
ANEXO C - O CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO JOVEM RURAL.....	161
ANEXO D - BUSCANDO MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DO JOVEM RURAL	162
ANEXO E - CEDEJOR PARTICIPA DA I JORNADA NACIONAL DO JOVEM RURAL	163
ANEXO F - ALUNOS DO CEDEJOR REALIZAM TRABALHOS DE GESTÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL.....	164
ANEXO G - O PEJR EM MUDANÇA	165
ANEXO H – COMISSÃO CRIARÁ DOSSIE SOBRE O TABACO	173
ANEXO I – 10 ANOS DE TRABALHO COM A JUVENTUDE RURAL DO SUL DO BRASIL.....	174

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais ganham repercussão questões sobre o êxodo e o envelhecimento da população rural. Além do aumento da expectativa de vida nas últimas décadas, outro fator que contribui para o envelhecimento da população do campo é o êxodo dos jovens rurais para o meio urbano. Acreditamos que este movimento é revelador da situação e percepção dos jovens sobre a realidade em que vivem e indicador de que estamos vivendo um acelerado período de transformação no qual a incerteza parece predominar.

O meio rural brasileiro sofreu grandes transformações tecnológicas ao longo das últimas décadas, contudo inúmeras regiões ficaram aquém do desenvolvimento almejado. Diversas comunidades rurais permaneceram à margem da grande modernização, não apenas nos aspectos relativos à tecnologia de produção agrícola, mas também de outras inúmeras tecnologias e serviços que conferem qualidade de vida e integração entre as pessoas. Acreditamos que este fator tenha influenciado significativamente para a reorganização das relações sociais e à expulsão de trabalhadores rurais de seu meio, acentuando a precariedade das condições de vida no campo. Neste cenário a população rural que ingressa na idade ativa, neste caso os jovens rurais, enfrenta dificuldades para construir seu projeto de vida no campo e cada vez mais busca melhores condições de vida nos centros urbanos.

O Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR)¹ é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que tem atuação no Sul do país, em quatro territórios², procurando dar notoriedade para a causa dos jovens rurais e contribuir para o desenvolvimento de seus projetos de vida no campo. Tem enquanto objetivo oferecer uma formação que integra conteúdos entre os eixos humano, técnico e gerencial, investindo em um projeto de educação voltado para alavancar a capacidade empreendedora, buscando proporcionar melhores possibilidades de escolhas e condições de vida no campo. Toda proposta de trabalho desenvolvida pelo CEDEJOR está inserida na Unidade Político-

¹ O capítulo três desta dissertação é dedicado para apresentar a instituição e o Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural.

² Território Caminhos do Tibagi e Centro Sul do Paraná (PR), Vale do Rio Pardo (RS) e Encostas as Serra Geral (SC).

Metodológica (UPM), guia orientador do Programa Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR).

Neste trabalho queremos analisar se programas educacionais com metodologia diferenciada da escola formal, e voltados para o desenvolvimento dos jovens rurais dão conta de preparar jovens para enfrentar os atuais desafios do campo, principalmente o de tomarem iniciativas que melhorem sua condição de vida e evite o êxodo rural. Neste caso, questionamos: o que modificou na vida dos jovens rurais após terem participado deste programa?

De acordo com nosso problema postulamos as seguintes hipóteses:

a) programas de formação como o PEJR respondem a carências na formação teórica, técnica e cívica do jovem rural e alavancam sua capacidade de inserção produtiva autônoma no mundo rural, através de iniciativas como o uso adequado dos recursos naturais na sua propriedade, da participação nas ações de sua comunidade e conhecedores das questões que afetam o desenvolvimento da sua região. Isto equivale dizer que programas como o PEJR são uma condição importante para estimular o desenvolvimento e inserção socioeconômica dos jovens rurais e sua permanência no campo;

b) os determinantes da evasão dos jovens rurais são muito mais amplos do que as carências de formação teórica, técnica, administrativa e cívica. As determinações centrais desta evasão se encontram nos estreitos limites das oportunidades objetivamente abertas ao jovem rural para exercer suas competências empreendedoras no campo; haja vista o custo de oportunidade relativamente elevado representado pela inserção produtiva em ambientes urbanos onde a remuneração monetária, a regulamentação das relações empregatícias, e as oportunidades de lazer e aprendizagem são maiores.

c) os jovens egressos do PEJR devem apresentar maior diversificação em suas Unidades Familiares de Produção (UFP) e inserção cívica superior aos apresentados pelos jovens rurais que não participaram do programa.

Diante do exposto, constitui-se como objetivo geral deste estudo analisar os determinantes da evasão dos jovens rurais do campo e de que forma uma proposta de

educação voltada para o empreendedorismo destes jovens rurais contribui para oportunizar melhores condições de vida e permanência dos mesmos no campo.

Para além deste objetivo geral, procuramos ainda dar conta dos seguintes objetivos específicos:

- a) Verificar quais melhorias técnicas, ambientais, de diversificação da propriedade os jovens participantes do Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) declaram desenvolver em suas propriedades em comparação com jovens não participantes.
- b) Verificar como os jovens participam nos processos de gestão (fluxo de caixa, planejamento das atividades, distribuição da renda) na sua Unidade Familiar de Produção (UFP), comparando os padrões dos participantes e dos não participantes do PEJR.
- c) Analisar e sistematizar as dificuldades e possibilidades com que se depararam os jovens da amostra em suas tentativas de diversificação da propriedade.
- d) Verificar a integração social e envolvimento dos jovens pesquisados em associações de produtores, associações comunitárias, grupos de jovens, sindicatos, etc.
- e) Investigar, a partir dos depoimentos dos pesquisados, quais são os atrativos e condições que influenciam e determinam sua permanência ou evasão do campo.

Para elucidar os propósitos a que nos submetemos em nossa pesquisa recorreremos a uma vasta revisão de literatura, conversas com os educadores, acompanhamento de jovens, ainda em formação, revisão de documentos dos jovens egressos, visitas às Unidades Familiares dos Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e dados censitários. Como referência empírica, analisamos a trajetória dos ADRs formados pelo PEJR, no CEDEJOR Vale do Rio Pardo. Também foram pesquisados materiais elaborados durante a formação dos jovens e aplicamos um questionário que orientou a pesquisa de campo, caracterizada como

quase-experimental.³ A amostra de jovens pesquisados foi composta de cento e trinta e quatro jovens ADRs que formaram o grupo tratamento. O grupo controle (134 jovens) foi formado por jovens Não Participantes indicados pelos ADRs.

Para apresentar nossa pesquisa organizamos este texto em cinco capítulos. Após esta introdução, no capítulo dois introduzimos o estudo sobre desenvolvimento rural procurando apresentar concepções de desenvolvimento utilizando a contribuição de Furtado (2001) e a realização de diversas conferências sobre o tema. Sobre a questão agrária usamos como referência Chayanov (1974), Marx (1977), Kautsky (1980), Abramovay (1998), Navarro (2001), Schneider (2004). Para tratar sobre os Sistemas Agrários citamos autores como Johnston & Mellor (1961), Abramovay (1992), Lovois (2009), Paiva (2010), Mazoyer e Roudart (2010). A partir do século XX a revalorização dos espaços rurais tem sido um dos fenômenos demográficos mais interessantes, sendo destacada importância da biodiversidade sobre a produção de alimentos estritamente comercial nos moldes tradicionais. Para este debate trouxemos Silvestro e Abramovay (2001), Schneider (2003), Campolina (2001), Veiga (2004 e 2006). Os estudos sobre juventude são emblemáticos, especificamente sobre jovens rurais são mais recentes e trazem constantes desafios frente às especificidades desta categoria. Nesta questão trazemos principalmente as contribuições de Bordieu (1983), Durston (1998) e Weishmer (2009).

No capítulo três nos propomos a estudar como o estado brasileiro tratou da questão da oferta do ensino público. Procuramos neste caso, fazer alguma relação com os aspectos sociais e políticos do país, enaltecendo os aspectos relacionados à oferta do ensino no meio rural. Para entendermos este percurso nos amparamos nas Leis e Diretrizes de Base da Educação (LDB) e autores como Calazans (1993), Ghiraldelli (1994), Ribeiro (1998), Gadotti (2005) e Mendonça (2007). Como nova proposta para o sistema de ensino no meio rural vão se mostrando mais adequadas as proposições para a “Educação do Campo” e modalidades como a “Pedagogia da Alternância”. De modo a nos apresentar estas propostas de ensino, recorreremos a documentos oficiais, às referências do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), dados quantitativos sobre a situação educacional, conferências e autores como, Mészáros (2008), Nosella (2007) e Gimonet (2007).

³ Explicaremos com maiores detalhes a metodologia adotada no quarto capítulo.

No capítulo quatro tratamos sobre a origem do CEDEJOR, a parceria com o Instituto Souza Cruz e sobre a orientação do Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR). Trouxemos como referência a Proposta Político-Pedagógica (CEDEJOR, 2001) e a Unidade Político-Metodológica (UPM) do Instituto Souza Cruz (2005). Apresentamos a orientação do PEJR, os conteúdos, a metodologia do programa e questões que se relacionam ao Projeto do jovem Empreendedor Rural (PJER) e sobre a caracterização da região pesquisada, no caso, o Vale do Rio Pardo (RS). Ainda neste capítulo constam algumas concepções sobre o empreendedorismo desenvolvidas por McClelland (1972), Fillion (2004), Dolabella (1999) e Schumpeter (1982). Sobre os desafios para desenvolver atividades empreendedoras no meio rural são apresentadas as contribuições, principalmente de Paiva (2008 e 2010) e Keynes (1985). Nossa preocupação central não está na definição de quem é empreendedor ou não, mas em como um programa que persegue este estereótipo pode analisar sua formação em busca de alavancar a viabilidade mercantil da produção, e por consequência melhorar a condição de vida de seu público.

A apresentação e análise da pesquisa de campo estão no capítulo cinco. Inicialmente são feitos alguns esclarecimentos sobre a metodologia usada e em seguida consta uma apresentação geral sobre o perfil dos jovens pesquisados. Em seguida, a partir de cada título apresentaremos a análise da pesquisa sobre os objetivos propostos (já citados nesta introdução).

Nossas considerações finais encontram-se no capítulo seis, onde através de nossa pesquisa procuramos trazer os elementos encontrados sobre as hipóteses iniciais levantadas que envolvem este estudo. Nos anexos apresentamos o questionário aplicado junto aos jovens rurais e algumas informações complementares ao Programa de Empreendedorismo Rural (PEJR), ao Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural e recentemente uma notícia que trata sobre os desafios e propostas para a população rural viabilizar alternativas de produção e geração de renda na região pesquisada.

2 DESENVOLVIMENTO RURAL

A estrutura da economia rural, das relações sociais e de propriedade no campo, sua evolução, formas e particularidades vem sendo há tempos objeto de estudo e desafio de compreensão para estudiosos de diversas áreas de interesse. Seja no que tange ao entendimento particular da área ou quando for levada em conta a diversidade de formas, conceitos e situações que preconizaram sua origem e evolução. Desde que os marxistas anunciavam o fim do campesinato, o qual seria extinto pela própria dinâmica de diferenciação entre os produtores rurais (Lênin) ou de que não resistiriam à concorrência das grandes empresas agrícolas (Kautsky) cada vez mais presenciamos a inserção dos pequenos agricultores familiares de acordo com os moldes capitalistas, e com inúmeras questões que permanecem em aberto.

Convivemos assim com conceitos polissêmicos, de maneira que ao falarmos em desenvolvimento, é preciso defini-lo. E na ideia de desenvolvimento em que acreditamos é necessário e coerente o embate entre o agronegócio capitalista e a agricultura familiar? Não seria mais eficiente minimizar esses conflitos em prol de uma política de desenvolvimento que atendesse tanto a grande massa de agricultores familiares quanto os empresários do agronegócio com menos afrontas? Estamos falando de pequenos agricultores, agricultores familiares, camponeses, agricultores patronais ou de todos eles? Quais as implicações destas respostas? Algumas análises sobre estas indagações pretendem-se apresentar no decorrer deste texto.

Desde sua origem o conceito de desenvolvimento esteve muito ligado ao campo das ciências econômicas e muitas vezes embasado no crescimento econômico. Recentemente este conceito tem sido questionado, desde que se observou a possibilidade de que uma economia possa crescer sem necessariamente desenvolver-se. O fato de se produzir mais produtos (agrícola, industrial, ou serviços), de as taxas de crescimento de um país serem mais elevadas, não significa, necessariamente, que o resultado seja o desenvolvimento. Principalmente quando forem levados em conta os custos deste crescimento e sua distribuição de maneira desigual e inconsequente. Uma das principais formas de observar isto foi a constatação de que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não se traduzia em melhoras no nível de vida

da população, a qual continuava apresentando um índice muito grande de desemprego, de mortalidade infantil, de analfabetismo, e outras características distantes do desenvolvimento.

A teoria econômica desenvolveu importantes conceitos e medidas que são usados para auferir o grau de desenvolvimento dos países. Especificamente a economia do desenvolvimento pode ser entendida como um

Estudo do relacionamento econômico-chave, que determina os níveis e taxas de crescimento da renda percapita nas nações menos desenvolvidas. Existem algumas diferenças na maneira em que vários escritores dividem os países em nações desenvolvidas e menos desenvolvidas (ou em desenvolvimento), mas, geralmente, segue-se a classificação que divide todos os países em economias de mercado desenvolvidas, economias centralmente planejadas, e economias de mercado em desenvolvimento (BALDWIN, 1979, p. 2).

A importância de se classificar os países e ordená-los tem implicância direta tanto no direcionamento das políticas internas e externas, na eleição de prioridades além de ser um indicador importante para definir quais países entram em quais grupos de poder. A questão que estava colocada era a limitação dos critérios utilizados para definir este ordenamento. Rostow foi outro pensador que estabeleceu critérios para classificação dos países e afirmou ser possível perceber o desenvolvimento de todas as sociedades em uma de cinco categorias apresentadas por ele. Em suas palavras afirmou que

É possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as pré-condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa. [...] dissemina-se a ideia de que não só é possível o progresso econômico, mas, também que ele é condição indispensável para outra finalidade considerada benéfica: seja ela a dignidade nacional, o lucro privado, o bem-estar geral, ou uma vida melhor para os filhos (ROSTOW, 1974, p.16).

Para este autor a dimensão econômica é um elemento chave para se pensar em algum tipo de desenvolvimento. Para ele as sociedades começam a se desenvolver quando começam a criar condições para que haja algum crescimento na economia. E em decorrência desse crescimento, através do lucro privado a sociedade teria maior dignidade de vida, garantindo inclusive melhores condições de vida para as gerações futuras.

Na mesma década já surge um elemento relativamente novo nesse processo, quando Furtado (2001) chamou a atenção sobre os custos gerados por essa concepção de progresso

econômico, trazendo para reflexão uma ideia aproximada das consequências, no plano ecológico, da planetarização do sistema econômico. A permanecer no estilo atual de desenvolvimento, apontou para a limitação da base de recursos não renováveis, para a possibilidade de ocorrerem catástrofes ecológicas e o aprofundamento do processo da exclusão social, privando as grandes maiorias, particularmente nos países de terceiro mundo, dos benefícios de um autêntico desenvolvimento. Este autor defendeu que neste modelo de desenvolvimento dificilmente os pobres poderiam usufruir das benesses do capitalismo, pois por esta lógica sempre haveria alguns sacrifícios, principalmente o custo social e ambiental para alimentar o sistema.

Na mesma perspectiva de reflexão de Furtado, em 1987 o Relatório Brundtland,⁴ também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, propôs uma revisão no conceito de desenvolvimento, introduzindo o conceito de “desenvolvimento sustentável”. Este rompia com uma postura antropocêntrica do mundo, considerando mais a relação do desenvolvimento com a natureza. Isto representou um deslocamento da crítica radical à sociedade industrial, unindo desenvolvimento e meio ambiente, doravante pautado pela consideração das necessidades das gerações futuras. O progresso material, construído por meio do crescimento econômico, seria legítimo desde que obedecesse ao apelo ético por “prudência”. Resulta desta concepção a enorme aceitação do termo “sustentável” e de sua apropriação aos mais diversos contextos sociais de promoção do desenvolvimento que garantisse a qualidade de vida sem comprometer a sustentação das gerações futuras, o que parece ser o grande desafio da atualidade.

Desde então surgem eventos de grande porte promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), tais como a Conferência de Jomtien (1990)⁵ sobre Educação para Todos e a Conferência do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992),⁶

⁴ Também conhecido como Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Nosso Futuro Comum, encontrado em <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm> Acesso em 08 de fevereiro de 2011.

⁵ Documento acessado pelo link http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://www.unesco.org/education/efa/ed_for_all/background/world_conference_jomtien.shtml Acesso em 08 de fevereiro de 2011.

⁶ Resultou desta Conferência os documentos sobre a Agenda 21, Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre Florestas, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática e Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica. Acesso pelo link <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html> Acesso em 08 de fevereiro de 2011.

as quais foram seguidas pela Conferência do Cairo sobre População (1994),⁷ de Copenhague sobre Desenvolvimento Social (1995)⁸, de Beijing sobre a Mulher (1995)⁹ e de Roma sobre Alimentação (1996).¹⁰ Podemos considerar que estes eventos foram grandes mobilizadores para a sociedade repensar o modelo de desenvolvimento a ser seguido. Ainda na mesma década foi incorporado aos indicadores de desempenho dos países o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).¹¹

Conforme já exposto neste texto, o conceito de crescimento não significa o mesmo que desenvolvimento econômico e tampouco pode ser traduzido por melhores condições de vida de sua população. Diante disso a definição de desenvolvimento foi paulatinamente incorporando aspectos que superassem a variável monetária. Para os autores deste estudo as variáveis que expressam o desenvolvimento estão indicadas na equação de qualidade de vida que, por sua vez, leva em conta a capacidade de saturação dos ecossistemas. Assim é necessário estabelecer um elo de interdependência entre crescimento econômico, justiça social e os limites dos recursos naturais. Logo quando falamos em desenvolvimento no meio rural, é a esta proposta que estamos nos referindo. Como orienta Schneider (2004), entre os principais autores do debate sobre desenvolvimento rural são considerados quatro elementos centrais para sua caracterização: a) a erradicação da pobreza rural; b) o protagonismo dos atores sociais e sua participação política; c) o território como unidade de referência; e d) a preocupação com manutenção dos recursos naturais.

Relacionado as especificidades da agricultura Navarro (2001) identificou a existência de cinco concepções: desenvolvimento agrícola; desenvolvimento agrário; desenvolvimento

⁷ Acesso pelo link <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://www.iisd.ca/cairo.html> Acesso em 8 de fevereiro de 2011.

⁸ Acesso pelo link <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://social.un.org/index/Home/WSSD1995.aspx> Acesso em 8 de fevereiro de 2011.

⁹ Acesso pelo link <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/> Acesso em 8 de fevereiro de 2011.

¹⁰ Acesso pelo link <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://www.fao.org/docrep/003/w3613e/w3613e00.htm> Acesso em 8 de fevereiro de 2011.

¹¹ A estatística que mede o IDH é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB per capita (como um indicador do padrão de vida). Foi desenvolvida em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual.

rural; desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local. Na continuidade do texto cada uma destas concepções está detalhada com base na defesa do autor citado.

De acordo com Navarro (2001) o “*desenvolvimento agrícola*” trata sobre as condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo dado. O “*desenvolvimento agrário*” refere-se ao meio rural e suas relações com a sociedade, e leva em conta a relação das instituições, as políticas do período, às disputas de classes, condições de acesso a terra, relações de trabalho e suas mudanças, os conflitos sociais, os mercados. Esta concepção normalmente é usada com viés marxista.

Já como “*desenvolvimento rural*” o autor considera as ações articuladas que induzem as mudanças em determinado ambiente rural, como a nova ordem internacional, a abertura comercial com o acirramento concorrencial e menor poder de manobra dos Estados para criar programas de desenvolvimento. No que tange ao “*Desenvolvimento sustentável*” há a centralidade das preocupações com os impactos ambientais no processo de desenvolvimento. E por fim, o “*desenvolvimento local*” decorreu das alterações da Constituição Federal de 1988, que descentralizou as responsabilidades da União em favor de estados e municípios levando a uma ‘valorização’ do local, especificamente o município. Isto permitiu a criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, que tiveram a incumbência de elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural no âmbito do Plano Diretor do Município.

O autor ainda ressalta que essa diferenciação caracteriza estratégias do Estado para alterar e melhorar as condições de vida no meio rural, alertando que nesta diversidade conceitual é preciso observar o contexto em que se está inserido para fazer a leitura mais apropriada. É importante notarmos que estas concepções surgiram em tempos diferentes, evoluindo gradualmente. Assim quando nos referimos ao desenvolvimento rural é importante considerarmos o caráter político, tecnológico, socioeconômico e não isolado das demais esferas que articulam e configuram o cenário que estamos analisando.

Em paralelo a este processo de desenvolvimento, a agricultura também foi incorporando novos significados, desenvolvendo novos meios de produção e organização. Nela os trabalhadores foram sendo moldados num processo de aceitação/adaptação e

resistência aos padrões estabelecidos. Neste processo histórico os trabalhadores do meio rural: ora camponeses, ora pequenos agricultores, ora agricultores familiares ou patronais tem tido participação importante para o desenvolvimento de seus países. Tendo muitas vezes criado seus próprios meios (muito particulares) de sobreviverem às turbulências e dificultando o entendimento de suas articulações e comportamentos por parte dos estudiosos do tema.

Ao narrar o golpe de Estado Bonapartista na França, Marx (1977) menciona as relações entre classes e poder, entre as superestruturas ideológicas e a base material, considerando como grandes questões da época a luta entre a burguesia e o proletariado. Entre essas questões queremos chamar a atenção para a difícil situação que o campesinato Francês vivia. Os pequenos camponeses constituíam uma imensa massa que não estabelecia relações multiformes entre si e tinham um modo de produção isolado, desenvolvido em pequenas propriedades basicamente para sua subsistência. Para o autor a pequena propriedade não permitia a divisão do trabalho para o cultivo, não permitia a aplicação de métodos científicos e nem havia alguma diversidade de desenvolvimento e riqueza social.

Ao retratar uma situação de desorganização e pobreza generalizada que não os identificava entre si, conforme a narrativa, os camponeses estavam à mercê do amplo amparo de seu senhor que os representava e que os acreditavam, lhes restituiria a glória passada. Mas não eram todos os camponeses que estavam representados no poder, sendo preciso esclarecer que

[...] a dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua essência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que, ligada à cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas pelo contrário, aqueles que, presos por essas velhas em um isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do Império (MARX, 1977, p.117).

Na passagem fica clara a fragilidade que os camponeses estavam vivenciando. Ao mesmo tempo deixa transparecer que no “saco de batatas” descrito por Marx, havia “batatas” diferentes, com interesses e comprometimentos diferentes e sedentos por propriedade. Porém quando os camponeses saem do regime de semi-servidão transformando-se em proprietários livres, o que parecia condição para o enriquecimento, após passadas duas gerações, tinha se transformado em uma profunda crise da agricultura, com agricultores endividados e imersos em outra forma de escravidão. A questão da terra, da pequena propriedade, da hipoteca, dos

impostos, das formas de produção, do surgimento das grandes indústrias nas cidades, o posterior surgimento do *proletariado urbano*, dos bancos aparece com força nas análises do campesinato de Marx. Nesta perspectiva de desenvolvimento o autor já identificava um excesso de desempregados que não encontravam lugar no campo nem nas cidades.

Seguindo a análise de Marx ganharam notoriedade, em contextos histórico-sociais e políticos, as teorias de Lênin e Kautsky, que publicaram em 1899 suas obras clássicas, focadas no debate sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Ambos, adeptos da teoria de Marx, formularam alguns pontos congruentes acerca do crescente desenvolvimento capitalista nas estruturas agrárias. Em Lênin (1985) o traço básico é a diferenciação social do campesinato rumo à proletarização destes. Já em Kautsky (1980) há a tentativa de mostrar a superioridade técnica e econômica da grande exploração capitalista sobre a produção familiar. De maneira que os camponeses sofram expropriação com o avanço do capitalismo sem, contudo, que haja a desaparecimento destes, pois se trata de um grupo social que subsiste, em razão do regime de auto-exploração do trabalho que se pratica na unidade e do baixo consumo dos membros do grupo familiar.

Na visão de Chayanov a família campesina que não contrata mão-de-obra externa, possuindo certa extensão de terra, sendo detentora dos meios de produção e que às vezes é obrigada a vender sua força de trabalho em ofícios rurais não agrícolas deveria crescer numericamente com o passar dos anos, inclusive incorporando todo o progresso técnico disponibilizado pela evolução capitalista. Nas palavras do autor

Históricamente el nuevo agro em la próxima década, habiendo convertido, por medio de cooperativas, una considerable parte de su economia en formas de producción socialmente organizadas. Deberá ser un campo industrializado en todas las esferas del proceso técnico, mecanizado e electricificado; un campo que ha aprovechado todos los logros de la ciencia y La tecnología agrícola (CHAYANOV, 1974, p.43 - 44).

Neste contexto o futuro da unidade econômica camponesa iria se moldar às novas tendências do desenvolvimento capitalista. A perspectiva apontada para as relações das unidades familiares e da agroindústria se apresenta em moldes capitalistas, caracterizadas pela integração vertical do sistema. Chayanov via dificuldades em manter os atributos tradicionais do campesinato, em virtude do progresso técnico crescente e de uma agricultura cada vez mais integrada aos circuitos econômicos em escala mundial. A penetração agroindustrial na agricultura subordinaria a exploração familiar, mas não provocaria a sua desaparecimento. Nesta

linha de pensamento Abramovay afirma que os capitais “tomam conta das estruturas já existentes na agricultura, socializando-as, fazendo-as partes integrantes do grande mundo econômico sem, entretanto, destruí-las” (ABRAMOVAY, 1998, p. 68).

O avanço do capitalismo na agricultura sob o processo de integração vertical de inúmeras unidades de produção dispersas e independentes é comandado técnico e economicamente pelo capital, fazendo a agricultura entrar no circuito do capitalismo internacional. Disso resulta a subordinação da agricultura ao capital agroindustrial e as corporações financeiras em nível mundial. Um dos modos de penetração do capitalismo na agricultura consiste no interesse da maquinaria comercial por produtos de qualidade. Geralmente este processo começa interferir ativamente na organização e na produção, dita as condições técnicas, importa sementes e fertilizantes e “determina La rotación y convierte a sus proveedores em ejecutores técnicos de sus diseños y suplan económico” (CHAYANOV, 1974, p. 311). Dessa reflexão teórica da questão agrária, o referencial chayanovista mostra-se mais adequado para explicar a existência universal da agricultura de base familiar. Cabendo mencionar que dentro desta categoria há uma multiplicidade de agricultores familiares, cada qual com suas características.

Enquanto na concepção marxista os pressupostos são frágeis para o desenvolvimento conceitual do campesinato, a tese de Chayanov sobre a unidade familiar agrícola é vista como uma categoria social que preserva sua existência em pleno mundo capitalista, inclusive, fazendo uso do progresso técnico quando os imperativos forem determinados pela lógica da produção da unidade. Em consequência disso, desarraigam-se os elementos internos determinantes da racionalidade econômica, tida como não capitalista. O que permanece na contemporaneidade são redefinições (flexibilizações) constantes sobre a unidade familiar de produção frente ao desenvolvimento e à reprodução capitalista. A permanência dessas formações mesmo diante do progresso técnico de ponta imprime em certas situações, dinamismo interno para a produção. E é nesta perspectiva de desenvolvimento que estão inseridos os sistemas agrários a que vamos nos referir.

2.1 Os Sistemas Agrários Típicos no Brasil e o Espaço da Agricultura Familiar

Antes de tornar-se agricultor o *Homo sapiens* era caçador-coletor. Na medida em que passou a cultivar, criar e domesticar espécies iniciou também a fabricação de instrumentos adaptados ao trabalho agrícola, aperfeiçoando-os gradativamente. Por meio destas práticas ajustou-se a variados sistemas de cultivo e criação, onde as ferramentas disponíveis ou possíveis de serem desenvolvidas eram definidoras das possibilidades existentes. De acordo com Mazoyer e Roudart (2010) a agricultura foi evoluindo e tornando-se uma atividade mais complexa e cuja compreensão passava a exigir novos esforços. Entre os esforços para construir conhecimentos capazes de constituir uma base conceitual, teórica e metodológica, surgiu nas Ciências Agrárias, nos anos de 1950 e 1960, a abordagem dos Sistemas Agrários, visando contribuir para a compreensão do desenvolvimento agrícola. Esta abordagem foi aperfeiçoada e afinada através de ações e programas de pesquisa realizados por diferentes pesquisadores e centros de pesquisa, em especial na França, Holanda, Austrália e Estados Unidos da América, tendo expandido seus estudos pelo mundo.

Esta abordagem disponibiliza elementos teóricos e metodológicos capazes de explicar a complexidade da agricultura e de perceber as transformações históricas, a diferenciação geográfica das diferentes formas de agricultura implementadas pela humanidade. Dentre outras definições, a teoria dos Sistemas Agrários é definida como

[...] um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, em grandes linhas, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas humanas. Para compreendermos o que é um sistema agrário é preciso, em principio, distinguir, de um lado, a agricultura tal qual ela é efetivamente praticada, tal qual pode-se observá-la, formando um *objeto real de conhecimento*, e, por outro lado, aquilo que o observador pensa sobre este objeto real, o que diz sobre ele, constituindo um conjunto de conhecimentos abstratos, que podem ser metodicamente elaborados para constituírem um verdadeiro *objecto concebido*, ou *objecto teórico de conhecimento* e de reflexão (MAZOYER E ROUDART, 2010 p.71).

Dentre as características deste instrumento, a mesma fonte apresenta uma série de variáveis que, combinadas, nos ajudam a compreender como um Sistema Agrário se apresenta. Podemos observar: a) o meio cultivado com os instrumentos de produção (materiais e força de trabalho) utilizados; b) o modo de artificialização do meio; c) a divisão social do trabalho entre agricultura, artesanato e indústria; d) os excedentes agrícolas e as relações de troca com

outros atores sociais; e) as relações de força e de propriedade que regem a repartição do produto do trabalho, dos fatores de produção e dos bens de consumo; f) e o conjunto de ideias e instituições que permitem assegurar a reprodução social.

Neste sentido a visão sistêmica vem contribuir para a compreensão da complexidade, das particularidades locais e regionais, elencando potencialidades e debilidades da agricultura e ações para incrementá-las ou reduzi-las respectivamente, tornando-se possível identificar e potencializar as especificidades territoriais. Esta análise assume maior importância especialmente em regiões onde predomina a agricultura familiar e percebe-se a dificuldade de viabilização deste sistema num mercado, extremamente competitivo e estruturado na produção de monoculturas. Entende-se assim, que a abordagem dos sistemas agrários pode em muito contribuir na formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento para determinadas situações e regiões.

Se verificarmos a literatura existente será possível encontrar uma diversidade de Sistemas Agrários criados. Para Lovois (2009), no Rio Grande do Sul há dois Sistemas Agrários predominantes, um encontrado nas regiões fisiográficas originalmente cobertas por uma vegetação de campos e outra pelas regiões cobertas de vegetação de florestas, existindo ainda as áreas de tensão ecológica, caracterizadas por um espaço de transição campo-floresta. A partir destes dois sistemas o autor apresenta as grandes etapas da evolução e diferenciação dos diversos sistemas que ele identificou.

Em nossa discussão sobre as causas de evasão das pessoas do campo, dentre elas a evasão dos jovens rurais, acreditamos que um estudo centrado no sistema da agricultura familiar e no sistema não familiar nos oferece elementos suficientes para entendermos este movimento. Por acreditar que estes dois sistemas distintos polarizam a situação que hoje enfrentamos, adotamos a ideia de Paiva (2010) que em recente artigo defendeu que o Complexo Agrário Nacional (CAN) se dá pela compatibilização dialética, tensa e em permanente desenvolvimento¹² entre dois Sistemas Agrários Típicos (SATs) denominados de “agricultura familiar” e a “agricultura capitalista, patronal ou empresarial”.

¹² Para avaliar a dinâmica do CAN foi caracterizado “Sistema Agrário Típico” aquele sistema que hegemoniza as alternativas de desenvolvimento mercantil rural com um “tipo” que se aproxima mais da tipologia marxista. Conforme Florestan, em suas análises sociológicas Marx utilizava dois “tipos extremos” concretos, a burguesia e o proletariado. Durkheim se utilizava de “tipos médios” identificando os nós articuladores nas categorias e extratos sociais em determinada estrutura social. Já o tipo ideal Weberiano esta relacionado ao seu

Para o autor a principal distinção entre os dois SATs é a disponibilidade relativa de terra e trabalho (relação área por trabalhador - Te/Tr). O SAT familiar é caracterizado pela escassez de terra e pela abundância relativa de mão de obra. Devido a esta característica as técnicas produtivas mais adequadas aos produtores familiares envolvem uma utilização de mão de obra maior em relação à quantidade de terra. No SAT capitalista (patronal ou empresarial) observa-se a disponibilidade maior de terra em relação à mão de obra. O resultado é de que neste sistema são adotadas técnicas produtivas poupadoras de mão de obra em grandes extensões de terra. E estas técnicas se caracterizam pela utilização de maior quantidade de insumos, máquinas e equipamentos. As duas tipologias, familiar e não familiar, são capazes de tornar o debate emblemático, pois cada qual está impregnada de historicidade, de traços e interesses políticos capazes de mobilizar lobistas e instituições representativas. Estes últimos são capazes de exigir uma habilidade extrema e minuciosa de governos e interlocutores para acalmar interesses particulares de cada uma das tipologias.

Quanto ao caráter histórico e emblemático dos dois sistemas citados é importante salientar que no Brasil os diferentes usos do território caracterizam-se pela vinculação desse território a outros Estados-Nação e remonta ao período colonial. Quando o Brasil encontrava-se sob domínio da coroa portuguesa as terras eram distribuídas em sesmarias. Este modelo de distribuição de terra contemplava territórios economicamente mais atrativos para produção em grande escala, enquanto as regiões de fronteiras eram povoadas pelos camponeses. Desde esse período tivemos implantadas no Brasil em forma de *plantation*¹³ algumas monoculturas como a cana-de-açúcar, o algodão e o café. É possível afirmar que a exploração da mão-de-obra, a forma de distribuição das terras e os posteriores mecanismos criados para dificultar o acesso a terra para os escravos libertados originaram as principais disparidades nas formas de agricultura de nosso país.

Diversos estudos apontam que a estrutura concentrada de terras em países latino-americanos é obstáculo para o desenvolvimento da agricultura. Aqui cabe questionar o motivo da estrutura fundiária não ser mencionada como prioridade em diversas conferências (já citadas) que trataram sobre distribuição de renda, questões ambientais e do desenvolvimento.

“individualismo metodológico” que impõe a construção de agentes com ações pautadas de acordo com fins e valores.

¹³ Plantation é um sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão-de-obra escrava.

Seria talvez por saber que este elemento enfrentaria uma grande restrição política para ser sanada? Parece-nos óbvio que as variáveis hectare de terra e renda estão umbilicalmente ligadas, de maneira que são fatores importantes para a determinação do tecido econômico de uma região e da renda dos trabalhadores, sendo a distribuição da terra um componente importante para a redução da pobreza.

O entendimento equivocado de que desenvolvimento era sinônimo de urbanização e industrialização, deixou na margem questões importantes sobre a questão agrária brasileira. Ao analisar “as funções da agricultura para o desenvolvimento” observa-se que foi conferida a ela a função de transferir renda e liberar mão-de-obra, constituir mercado para aquele processo, gerar divisas para a economia industrializar-se e desenvolver-se ao mesmo tempo em que deveria fornecer alimentos e matérias-primas em quantidade, e a preços adequados. Neste cenário percebe-se uma confusão gerada entre desenvolvimento agrícola e desenvolvimento agrário, e um equívoco ao não se dar ênfase a criação de uma política de “desenvolvimento rural” mais equitativo.

Nas pautas de discussões os grandes proprietários defendiam que o problema da agricultura no Brasil era resultado de políticas econômicas inadequadas, da falta de apoio público e de infraestrutura no campo. Nessa lógica, a existência de áreas ociosas parecia não ter relação com o fato de o trabalhador rural não ser proprietário da terra, prevalecendo a ideia tecnológica, produtivista, de transformação do campo pela modernização da agricultura. Com este propósito a ação do Estado no período militar privilegiou a grande propriedade enquanto geradora de divisas pela exportação de produtos agrícolas e enquanto mercado consumidor de produtos de origem industrial destinados à agricultura, como máquinas e insumos, consolidando os chamados complexos agroindustriais. Para garantir o lucro das indústrias sem prejuízo dos grandes agricultores, são estruturados diversos instrumentos de política agrícola, como crédito com juros especiais e subsídios. Amparado por esta política o agronegócio tem garantido suas bases de expansão, privilegiando historicamente o sistema agrário não familiar.

Na década de 80 os processos produtivos integrados entre agricultores familiares e agroindústrias ganham força. Neste grupo estavam agricultores de características familiares que duplamente se integraram ao processo produtivo, à agroindústria e ao mercado. Neste sistema os produtores recebem assistência técnica das empresas, condições para adquirirem

produtos e instrumentos tecnológicos para a produção, sendo a aquisição dos produtos feita pelas empresas integradoras. As agroindústrias assumem importante grau de controle sobre a autonomia do agricultor. Neste caso o mundo capitalista despojou os traços camponeses da agricultura, mas manteve a forma de produção sustentada com base familiar, ou em outra hipótese, podemos dizer que o campesinato se adaptou ao sistema de acordo com sua disponibilidade de trabalho e terra. No entanto, enquanto um grupo de agricultores se integrou às agroindústrias, outros ficaram excluídos da integração, procurando encontrar seus próprios meios de reprodução. Em geral descapitalizados para modernizar suas bases produtivas acabam somando-se ao grande número de pobres rurais ou então engrossando as periferias das cidades.

Outro aspecto que a integração dos agricultores às agroindústrias promoveu foi o estímulo às especializações produtivas, uma vez que os produtores integrados passaram a dedicar-se mais intensivamente às culturas integradas à agroindústria. A especialização em uma ou poucas culturas permite aos produtores produzir em maiores escalas apesar da escassez relativa de terra. Por outro lado estes produtores, ao optarem pela especialização, deixam de produzir de maneira diversificada. A diversificação tem enquanto característica a possibilidade de auxiliar na subsistência e autoconsumo da família, na medida em que os agricultores se especializam, passam a adquirir os elementos antes produzidos na propriedade. A complexidade do debate sobre especialização ou diversificação merece maiores detalhamentos que serão feitos em momento posterior neste trabalho.

Abramovay (1992) afirma que o Brasil é marcado por uma bimodalidade tecnológica. De um lado, há as explorações modernas que batem *Record* nas safras e na tecnificação acelerada dos setores integrados ao complexo agroindustrial. De outro, destacam-se a pobreza da população rural, o atraso econômico, social e político nas regiões onde predomina o latifúndio, o coronelismo e a “lei do mais forte”. Precisam ser resolvidas questões fundamentais como a falta de políticas públicas estruturantes que possibilitem ao agricultor familiar¹⁴ produzir e colocar seus produtos no mercado, além das dificuldades de acesso à saúde e à educação por parte destes produtores. Esses fatores têm contribuído significativamente para a expulsão permanente dos camponeses para a cidade, em busca de

¹⁴ Para SCHNEIDER (2004) agricultura familiar é proprietária de terra ou de parcela dela. Nela trabalha um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco/consanguinidade (familiar) e sua produção se destina a garantir a autossuficiência alimentar (autoconsumo) e excedentes destinados ao mercado.

trabalho e renda, principalmente desestimulando os jovens a desenvolverem seu projeto de vida no campo, o que compromete a sustentabilidade geracional.

2.2 Discussões Sobre o Espaço Rural e suas Atividades

No Brasil, uma primeira questão quando vamos tratar sobre o espaço rural é reconhecer que existem distintas interpretações entre o espaço urbano e espaço rural que comprometem o olhar e podem enviesar a direção das análises para conclusões e afirmações equivocadas. Uma dessas afirmações enviesadas é citada por Veiga (2003) e refere-se à delimitação do espaço urbano e espaço rural. Conforme o autor, o Brasil ainda tem um olhar enviesado sobre o meio rural, dado que os legisladores se apoiam em um marco legal¹⁵ o marco legal de 1938 “considera urbana toda sede de município e de distrito, sejam quais forem suas características demográficas e funcionais”.

Tendo como referência a trama social e espacial específica e as trajetórias de desenvolvimento de inúmeras pequenas cidades, é bem provável que o “mundo urbano” no Brasil é menor do que o IBGE aponta. Para Veiga o Brasil, aglomerações com menos de 80 hab/km² não deveria ser considerado urbano – isto permitiria distinguir nos espaços urbanos, 12 aglomerações metropolitanas, 37 aglomerações não-metropolitanas e 77 centros urbanos. Vivem neste conjunto urbano, de 455 municípios, 56,8% da população brasileira. Além destas aglomerações, há a registrar 567 municípios ambivalentes ou intermediários, ou seja, aqueles municípios com populações entre 50 e 100 mil habitantes e os que, tendo menos de 50 mil habitantes, apresentam densidades superiores a 80 hab/km². Vivem nestas áreas 21,7 milhões de brasileiros,¹⁶ o que corresponde a 12,8% da população do País.¹⁷

Nos critérios atuais a população¹⁸ está distribuída conforme ilustrado no gráfico 1:

¹⁵ Trata-se do Decreto-Lei 311 de 2 de março de 1938.

¹⁶ Dados analisados por Veiga a partir do Censo do ano 2000.

¹⁷ Além desta observação feita por Veiga, ressaltamos que contrariamente a interpretação que este autor faz de Lefebvre, no Brasil a constituição da sociedade urbana caminha de forma inexorável, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um “outro modo”, redefinindo a antiga contradição cidade/campo e urbano/rural, trazendo novas pistas para pensar inclusive o futuro e as perspectivas dos jovens rurais.

¹⁸ Em 2010 a População urbana estimada foi de 160.925.792 e população rural 29.830.007 habitantes.

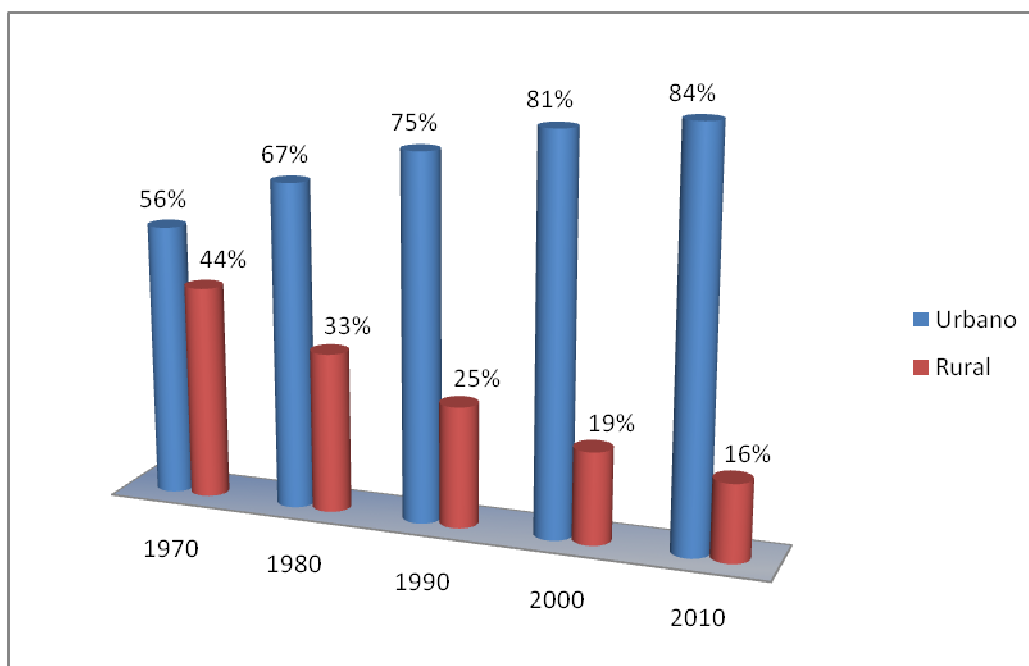


Gráfico 1: Participação da população residente segundo localização do domicílio Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE – Censo Demográfico 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010.

Comparando os critérios de Veiga (2003) e o atual método de determinação da população urbana e rural observa-se grande divergência nos números. Sendo que o marco legal, atualmente utilizado, aponta para um percentual de 84% da população residente no meio urbano enquanto que 16% estão no meio rural.

O viés equivocado recomendado nos textos legais obscurece as tentativas de tornar acessível ou de ajustar a educação escolar, nos termos da sua oferta na cidade, às condições de vida do campo. É este mesmo entendimento que torna inacessível para muitos o acesso às políticas públicas, e que acaba mantendo na marginalidade milhões de pequenos agricultores. A importância de se rever esse parâmetro está em entender qual o percentual da população brasileira que está de fato no meio urbano e no meio rural. Na nossa discussão, identificar se a população é urbana ou rural, significa também a possibilidade de se revisar os conceitos sobre as mudanças que permeiam a vida no campo. Pois se muitos vilarejos hoje urbanos forem considerados rurais, como propõe Veiga, teríamos uma série de atividades e serviços, caracterizadas como urbanas, que provavelmente seriam consideradas rurais e teriam impactos nas discussões que tratam sobre a ruralidade e acesso diferenciado as Políticas Públicas.

Grande parte dos estudos sobre a ruralidade está sob a influência de uma das duas hipóteses extremas sobre seu destino: a de completa urbanização ou a de um renascimento do rural. A primeira foi formulada pelo filósofo e sociólogo Henri Lefebvre em 1970 e defendia que a sociedade iria se urbanizar completamente, sendo o desaparecimento do rural apenas uma questão de tempo. Esta hipótese tinha na industrialização um dos principais argumentos, pois entendia que este processo levaria a uma sociedade pós-industrial na qual a completa urbanização seria a consequência. Críticas feitas por Veiga (2004) sobre esta hipótese mencionam que o principal ‘engano’ de Lefebvre foi resumir o rural ao agrário, pois o que estamos observando é que atualmente as características agrícolas têm perdido espaço, mas não o rural.

Já a hipótese do “*renascimento rural*”, formulada pelo geógrafo e sociólogo Bernard Kayser, apontou para uma mudança de tendência demográfica nos espaços rurais da maioria dos países industriais a partir dos anos 1970. Com argumentos contrários aos da primeira hipótese, anunciava que a curva de crescimento da população rural havia sido retomada, denominando tal situação como o “*renascimento do rural*”. Segundo o autor, haveria a tendência de que determinadas populações urbanas escolhessem o espaço rural como lugar de habitação. O argumento central de Kayser estava apoiado na “observação sobre o repovoamento, na alteração dos modos de vida, na recomposição da sociedade em vilarejo, nas atividades não agrícolas, nas políticas de ordenamento e de desenvolvimento local” (VEIGA, 2004, p. 53). Nesta dimensão as práticas culturais indicariam o que os países desenvolvidos já estavam vivenciando, ou seja, um renascimento do rural. Veiga, porém, ressalta que o termo renascimento não é apropriado para caracterizar a diversidade de situações que encontramos atualmente no meio rural.

Em seus estudos Veiga (2004), demonstra que nenhuma das duas teorias (Lefebvre e Kayser) representa corretamente o que se observa atualmente em relação ao meio rural. Na concepção do autor é cada vez mais forte a atração pelos espaços rurais em todas as sociedades mais desenvolvidas, sendo este um fenômeno novo que foi vislumbrado tanto por Lefebvre quanto por Kayser, mas de maneiras obscuras. O aumento da mobilidade e da possibilidade de deslocamentos são fatores que contribuem para a atração dos espaços rurais. E isto, segundo Veiga, pode ser compreendido como o “*nascimento de um novo rural*” e não um “*renascimento*” ou uma completa urbanização.

Utilizando-se do exemplo de países desenvolvidos, Veiga (2006) aponta que uma das grandes mudanças que leva ao “*nascimento de um novo rural*” está no fato de que ocorre uma substituição do predomínio das atividades primárias em direção às atividades do setor terciário. Neste setor se destacam os serviços voltados para as segundas residências, para aposentados, esportistas radicais, congressistas, turistas e estudantes. A geração de emprego nestes casos ocorre principalmente nos arranjos de saúde, cultura, educação, esportes, recreação ou turismo, e o peso da agricultura na formação da renda passa a ser menor e as opções por viver no rural decorrem da garantia de certas infraestruturas fundamentais, como a casa própria, maior espaço para viver, alimentação mais saudável e econômica.

A concepção que embasa a hipótese do “*nascimento de um novo rural*” apresenta a tendência de que existe uma harmonia entre cidade e campo e que os dois espaços se complementem de forma que juntos permitam o desenvolvimento. Esta nova ruralidade é caracterizada por práticas que atendam cada vez mais às demandas por alimentos saudáveis e diversas formas de lazer ao ar livre, pureza da água potável, beleza das paisagens naturais. Outra característica atribuída aos espaços rurais nesta concepção decorre das vantagens competitivas, especialmente no que tange aos negócios imobiliários, oferecendo espaços residenciais, turísticos, esportivos, artísticos ou de recreação. Estes elementos cada vez mais influenciam e alteram as formas de reprodução no meio rural, sejam através das mudanças na organização do trabalho ou dos sistemas de produção.

No Brasil os estudos sobre estas mudanças tomaram força através do debate simultâneo sobre a ocorrência de atividades pluriativas e multifuncionais¹⁹ na agricultura. Estas noções surgidas na Europa e América Latina nos anos 90, no Brasil começaram a ser debatidas a partir da realização da ECO-92²⁰ no Rio de Janeiro, quando se reconheceu o aspecto multifuncional da agricultura, particularmente com respeito à segurança alimentar e à sustentabilidade ambiental. Este debate ainda está longe de se esgotar e serve como contribuição para a definição de políticas públicas que vê a agricultura somente com a função de produzir alimentos e matéria-prima, mas que apresenta inovações sobre o jeito de produzir, valorizando os recursos naturais, espaços até então considerados sem valor algum. Desta

¹⁹ Não é nossa intenção aprofundar as questões sobre multifuncionalidade e pluriatividade, mas apontar para a existência de outro olhar sobre a agricultura que precisa ser considerado. Para ver mais sobre estes temas, além dos autores já citados sugerimos ler Maria José Carneiro, Flávio Saco dos Anjos em Schneider (2009).

²⁰ A ECO-92, Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra são nomes pelos quais é mais conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD).

forma o debate em torno da multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura tem se mostrado intenso e com uma vasta produção teórica, alguns apresentando aspectos positivos a estes fatores, outros contestando.

A multifuncionalidade tem origem no reconhecimento do papel da agricultura e de suas múltiplas relações com outros setores e atores sociais, ou seja, numa nova forma de pensar a função da agricultura além da produção de alimentos e de matéria-prima e com reconhecimento do Estado. Este modelo se opõe às análises economicistas que reservam um lugar extremamente secundário à agricultura nessa dinâmica e reconhece a importância sócio econômica e ecológica das unidades agrícolas que não se enquadram nos sistemas de produção do modelo produtivista. Essas funções procuram relacionar as especificidades da agricultura (CAMPOLINA, 2001), estabelecem um marco para a valorização das compensações mútuas e sinergias entre as diferentes funções da agricultura e o correspondente uso da terra, permitindo examinar as relações dinâmicas entre as zonas urbanas e rurais em diferentes escalas.

É importante considerar que estes estudos são novos e a tendência é que cada vez mais sejam aprofundados. Porém é preciso tomar cuidado ao apontar a multifuncionalidade como a salvação da agricultura, pois vivemos em um país imenso onde as particularidades tendem a ser generalizadas e as disparidades regionais são infinitas. Por isso precisamos relativizar as tendências europeias e não simplesmente querer aplicar aqui, como se nosso país fosse “uma tábua rasa”. Pois com o elevado processo de modernização e urbanização, de industrialização, de exploração dos recursos naturais, de aglomeração de pessoas, de desempregados, de violência, cada vez mais se aponta para a valorização dos espaços rurais, principalmente os mais próximos das cidades ou aqueles que oferecem melhores condições de mobilidade. Neste ambiente estressante que se constituiu o espaço urbano, a tranquilidade da vida no campo volta a ser valorizada e lugares com estruturas de lazer, de recursos naturais, segurança e serviços antes pouco valorizados passam a contar com a possibilidade de serem remunerados.

Queremos chamar a atenção para a existência de áreas estritamente agrícolas e outras em que se caracterizam pela multifuncionalidade. Que as áreas mais próximas dos centros urbanos tem mais possibilidades de diminuir sua atividade agrícola e prestarem outros serviços parece uma boa possibilidade. Casos como estes já acontecem em muitas regiões, por

exemplo, na região das Encostas da Serra Geral em Santa Catarina, onde os agricultores aproveitam os recursos da natureza como as águas termais e as belezas naturais. Pensando na exploração destes recursos constituíram uma associação para organizar o turismo, em pousadas e restaurantes, em uma produção ecológica para oferecer alimentação diferenciada, estimulando a criação de uma cadeia que envolve várias famílias e serviços.

Porém estudos no oeste do mesmo Estado mostram que esta manifestação está ausente. Conforme Silvestro e Abramovay (2001), naquela região as fontes de recursos não agrícolas estão praticamente ausentes. As principais fontes de renda vindas de fora do estabelecimento familiar, conforme os autores, naquela época eram a aposentadoria, o envio de dinheiro por parte dos filhos que deixaram o estabelecimento e o trabalho assalariado na agricultura. A questão é que temos regiões muito mais frágeis e menos dinâmicas que o oeste catarinense. O que não podemos é pensar que esse maravilhoso novo rural se traduz na realidade brasileira, é uma parte dela, talvez ainda, a menor parte.

Outro elemento, constituinte do novo rural, trata-se do exercício da pluriatividade na agricultura. Para Schneider (2003) este fenômeno pode ser identificado naquelas famílias onde pelo menos um dos membros está ocupado em atividades estranhas à agricultura (não agrícola), ou seja, pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. Acontece onde ocorre um fenômeno heterogêneo e diversificado ligado pelas estratégias sociais e produtivas da família, e pelas características do contexto onde ela está inserida. Porém o autor destaca que atividades não agrícolas sempre foram praticadas por camponeses ao longo dos tempos e que a combinação de atividades agrícolas com emprego permanente não é caracterizada como atividade pluriativa. Em muitas regiões este fenômeno de combinar parte do tempo no trabalho agrícola e outra parte no trabalho assalariado em indústrias “urbanas” reflete a dificuldade de o agricultor sobreviver somente com os ganhos da agricultura, além de proporcionar às indústrias a exploração da força de trabalho a um custo inferior. Neste contexto de agricultura passam a ser valorizadas outras atividades, seja o assalariamento urbano, transformação industrial ou artesanal, ou a realização de atividades terciárias proporcionados pela flexibilização dos contratos de trabalho.

Mesmo que muitos procuram depreciar a agricultura, é importante nos darmos conta de suas importantes contribuições para o desenvolvimento do país. Referendando estas

contribuições a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) atribuiu à agricultura a função ambiental, que vincula à conservação dos recursos naturais e recuperação ambiental, contribuindo para manter a biodiversidade, da preservação das fontes de energia e biodiversidade, a conservação do solo e valorização da qualidade de vida e do bem estar. Estes aspectos ganham força principalmente quando estas condições estão mais próximas de centros urbanos mais populosos. Reconhece que a agricultura continua tendo função importante para o desenvolvimento econômico, inclusive de países industrializados. Pois a agricultura ainda continua tendo peso importante para sustentar o funcionamento e o crescimento dos países, seja na produção de alimentos, seja pela demanda de insumos, mão-de-obra, transporte, processamento e outros serviços e atividades que movimentam o setor econômico, integrando outras cadeias produtivas. E em terceiro confere a agricultura a contribuição social para manter o dinamismo das comunidades rurais, enfatizando a valorização dos conhecimentos locais, a manutenção do patrimônio cultural e o fortalecimento destas relações para o futuro das comunidades rurais.

2.3 Desafios e Estratégias da Agricultura Familiar: os Limites da Pura Especialização e da Pura Diversificação para o Enfrentamento dos Determinantes do Êxodo

Uma avaliação preliminar no processo de desenvolvimento da agricultura nas últimas décadas nos permitiria afirmar que a partir de sua modernização tivemos ganhos espetaculares no aumento da produtividade. Conforme Zamberlam (2001), no início da década de 60 o Brasil teve a opção de tomar dois caminhos diferentes para aumentar a produção agrícola. Um era realizar a reforma agrária, o que implicava mexer com grandes latifúndios. Outra opção era aumentar a produtividade através da implantação de pacotes tecnológicos envolvendo melhorias na mecânica, química e no sistema biológico, sem mexer no tamanho das propriedades. Ao assumir a segunda opção o governo viabilizou a “modernização da agricultura” fazendo concessões para propostas de investimentos internacionais, tanto para assistência técnica como para maquinaria e pesquisa. Neste período se instalam no Brasil empresas como: Ford, Schell, Bayer, Basf, Monsanto e Dow Química. Também é criada a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs), cuja responsabilidade estava

ligada à prestação de assistência técnica aos produtores, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para adequar os produtos ao clima e ao solo.

Este modelo de produzir na agricultura tornou-se um crescente mercado empresarial, envolvendo o mercado de máquinas, sementes e insumos (agrotóxicos e adubos sintéticos), proporcionando o avanço da mecanização extensiva das lavouras. Nesta realidade as pequenas propriedades e os sem terra no meio rural iam dando seu jeito para sobreviver, pois como vimos, este modelo de produzir não foi pensado para a pequena propriedade. Mas então, qual seria a melhor opção para os pequenos proprietários de terra, equipar-se e especializar-se em determinada cultura ou diversificar a pequena produção?

Para a FAO (1995) a melhor forma de uma pequena propriedade se tornar viável economicamente é mantendo uma grande diversificação de espécies agrícolas, de animais e variedades florestais. Orienta que, salvo pequenas exceções, os produtores rurais não deverão ser exclusivamente agricultores ou pecuaristas, devendo evitar a dedicação ao cultivo de uma única cultura ou criação. Uma vez que esta exclusividade os levaria a enfrentarem riscos desnecessários e criar uma situação de dependência.

Diversificar ou especializar-se são decisões que envolvem complexidades maiores do que a aparência pode indicar. É realidade que a dependência em relação a determinado produto não é favorável a qualquer produtor, de acordo com as sugestões da FAO. Caso estivermos falando de uma agricultura para subsistência, a diversificação pode ser uma boa alternativa para a família rural. No entanto, se o agricultor familiar pretende se inserir no mercado seria mais adequado que houvesse certo grau de especialização. Os argumentos favoráveis à especialização defendem que esforços concentrados em alguns produtos permitem que sejam racionalizados os recursos, que os custos de produção sejam reduzidos e os resultados financeiros sejam melhores para o produtor.

Em Paiva (2010) são encontrados argumentos que favorecem a especialização produtiva na agricultura familiar. Segundo o autor as atividades agropecuárias mais adequadas para serem desenvolvidas na agricultura familiar são aquelas que utilizem mais intensivamente a mão de obra, pelo fato de que este recurso produtivo é disponível em relativa abundância neste sistema agrário típico. E ao definirem o tipo de produto e o volume

de produção a partir da combinação dos fatores mão de obra, terra e capital, disponíveis, estes produtores alcançarão seus melhores níveis de eficiência. Ressaltando que a agricultura familiar dispõe de relativa abundância na mão de obra, enquanto que os fatores terra e capital existem em relativa escassez.

A base teórica para o argumento do autor está baseada no modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson (HOS), o qual foi originalmente elaborado referindo-se à disponibilidade dos fatores de produção entre diferentes países que comercializavam entre si. Segundo esta teoria os países com grande disponibilidade de mão de obra e recursos naturais deveriam se especializar em atividades primárias. Já os países que dispusessem de maiores volumes de capital e tecnologia deveriam se especializar em bens cuja produção necessitasse mais destes recursos. Partindo do princípio de que os agricultores familiares possuem mão de obra em relativa abundância, enquanto terra e capital são recursos escassos, então a partir do modelo de HOS seria possível afirmar que as culturas nas quais este grupo deveria se especializar são aquelas que apresentam maior demanda por mão de obra, combinada com menores tamanhos de área e menores volumes de capital.

No entanto, apesar da argumentação teórica exposta, desde a formação econômica do Brasil ocorreram ações que inverteram a lógica de produção dos diferentes sistemas agrários. O fato de que na agricultura capitalista sejam praticadas atividades agropecuárias com intensiva utilização de mão de obra, tais como café e cana de açúcar, têm na escravidão e, por causa no tráfico negreiro suas explicações. Outra questão a ser observada é o histórico favorecimento aos produtores capitalistas, desde a doação de sesmarias, passando pela lei de terras e mais recentemente nas políticas de modernização da agricultura. Somente a partir do final do Século XX que no Brasil despertaram algumas ações favoráveis aos agricultores familiares. Dentre estas políticas podemos mencionar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),²¹

²¹ O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) liberou mais de R\$ 34 milhões para organizações da agricultura familiar. Para entregar a proposta de participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que gerenciará o recurso, associações e cooperativas de agricultura familiar de todo Brasil devem procurar uma Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento (Sureg/Conab). A liberação do recurso foi publicada no Diário Oficial da União de terça-feira (28). Em 2010, o ministério disponibilizou cerca de R\$ 57 milhões e beneficiou aproximadamente 11 mil agricultores familiares. Para 2011, a meta é atender novamente mais de 10 mil agricultores familiares. Esta modalidade do PAA permite que cada cooperativa ou associação da agricultura familiar acesse anualmente recursos até o limite de R\$ 1,5 milhão. O limite por agricultor familiar associado é de até R\$ 8 mil por ano.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Banco da Terra como algumas das iniciativas²² que estão favorecendo os agricultores familiares num contexto que historicamente beneficiou ao agricultor não familiar.

A agricultura brasileira apesar de constituir um Complexo Agrário Nacional, no qual há dois sistemas típicos predominantes (a agricultura familiar e a não familiar) apresenta uma heterogeneidade bastante grande. As diferentes configurações que compõe este cenário são formadas pelas articulações sociais existentes, a estrutura fundiária e qualidade da terra, as condições geográficas, o clima, o acesso a mercados, as condições de infraestrutura, o grau de capitalização dos agricultores, os condicionantes socioeconômicos, disponibilidade de mão-de-obra entre outros, são fatores que exigem um olhar minucioso para não incorrerem em afirmações superficiais.

De certa forma nos últimos dois governos federais a Agricultura Familiar vem ganhando maior visibilidade, seja pela sua importância econômica e social, pela legitimidade das reivindicações desta categoria que estão inserindo novas pautas no marco institucional das políticas públicas de desenvolvimento rural. Dados do Censo Agropecuário 2006 informam que esta categoria cresceu, passou a produzir mais, empregando mais gente, gerando mais renda e sendo responsável por garantir a segurança alimentar da população brasileira. De outro lado prevalecem as disparidades, pois a Agricultura Familiar compreende 84,4% dos estabelecimentos rurais e ocupa uma área total de 24,3%. Enquanto a Agricultura Não Familiar compreende 15,6% dos estabelecimentos e ocupa uma área total de 75,7%. Em valor bruto da produção a Agricultura Familiar produz R\$ 54 bilhões (38% do VBP) enquanto a Agricultura Não Familiar é responsável pela produção de R\$ 89 bilhões (62% do VBP). O pessoal ocupado na Agricultura Familiar corresponde 74,4% da população que se dedica à agropecuária, enquanto a Agricultura Não Familiar ocupa 25,6% da população. No período de 1996 a 2006 o Valor Bruto da Produção (VBP) da Agricultura Familiar passou de 38% para 40%. A Agricultura Familiar gera um VBP de R\$ 677/ha, 89% superior à agricultura Não

http://www.presidencia.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2011/06/desenvolvimento-agrario-libera-r-34-milhoes-para-programa-de-aquisicao-de-alimentos Acesso em 30 de junho de 2011.

²² No site <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf> é possível verificar os diversos programas e linhas de crédito destinado à Agricultura Familiar. Acesso em 5 de março de 2011.

Familiar (R\$ 358/ha) e ocupa 15,3 pessoas por 100 hectares contra 1,7 pessoas na Agricultura Não Familiar.²³

Com a política adotada pelo governo nos últimos anos de reduzir o número de pessoas famintas no Brasil, temos duas situações que se relacionam a agricultura familiar. De um lado estão os baixos preços pagos pelos produtos agrícolas, em especial os alimentos.²⁴ Pois como a população que passa fome é a população sem renda, ou com pouca renda, é importante que os preços dos alimentos se mantenham baixos para estar acessível a esta população e cuidar para que este número ao invés de aumentar, possa estar decrescendo. De outro lado o governo vem estimulando a produção familiar proporcionando formas de adquirir esses produtos. Com o Programa Fome Zero, Bolsa Família e outros o Brasil retirou 28 milhões de pessoas da pobreza e a incluiu mais 36 milhões na classe média. Com o lema por um “Brasil Sem Miséria”, o país se lança num desafio coletivo de retirar mais 16 milhões de brasileiros da extrema pobreza. Destes 16 milhões de pobres extremos 40% têm até 14 anos, 71% são negros e 47% vivem no campo.²⁵

No meio rural, onde a miséria acomete um em cada quatro moradores, pretende-se ampliar as capacidades em três frentes, seja através da assistência técnica adequada com acompanhamento sistemático, recursos a fundo perdido, sementes resistentes e insumos para aumentar a produção de alimentos e incluir essa população nos mercados da agricultura familiar. O Programa Bolsa Verde será um pagamento para a conservação de florestas nacionais e reservas extrativistas, aliando combate à extrema pobreza com agenda ambiental. Em nota o governo anunciou que pretende ainda atuar com força junto às cadeias do agronegócio, para alterar a situação dos trabalhadores rurais assalariados, muitos não só em extrema pobreza, mas em condições degradantes de trabalho.

²³ É possível conferir os dados em www.ibge.gov.br Acesso em 5 de junho de 2011.

²⁴ A Agricultura Familiar é responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 16% do soja, 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos e 30% dos bovinos. IBGE, Censo Agropecuário 2006.

²⁵ Anúncio feito pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. Pesquisado em <http://www.recid.org.br/geral/item/343-brasil-rico-e-para-todos.html> Acesso em 25 de junho de 2011.

2.4 O jovem rural

Não pretendemos fazer um retrospecto histórico sobre as questões da juventude, mas trazer alguns elementos para contextualizar nosso estudo. Se os jovens são “espelho e reflexo” de uma sociedade, o estudo sobre esta categoria pode representar também um melhor entendimento sobre o que pensam os adultos, mas especialmente sobre as perspectivas de futuro desta sociedade. Pois enquanto os adultos vivem uma perspectiva de sociedade que se decompõe, os jovens estão imersos em uma realidade radicalmente nova, vivendo e projetando intensamente a perspectiva de futuro.

Nesta perspectiva constatamos que os gregos já faziam alusão às diferenças e conflitos entre jovens e adultos, principalmente no campo pedagógico e moral. Conforme Ariès (1978), foi a partir da estruturação do sistema escolar europeu no Século XVIII que se acentuou a separação entre crianças e adultos, e a constituição da juventude como grupo social específico. A partir deste período os estudos científicos atinentes à juventude, principalmente relacionados aos aspectos pedagógicos ganham maior visibilidade e destacam-se na época, estudiosos como Jean-Jaques Rousseau²⁶ e o pedagogo suíço Johann Pestalozzi. Este último se ateu a refletir sobre os problemas sociológicos do abandono e criminalidade dos jovens, apontando de forma pioneira as vinculações entre situação econômica, hierarquia social, moral, trabalho e novas exigências sociais geradas pela industrialização, por meio de uma minuciosa descrição e análise dos impactos destas transformações sobre os comportamentos dos jovens.

A partir de 1920, principalmente a Sociologia e a Psicologia Social se ocupam de estudos sistemáticos sobre os jovens, destacando-se a Sociologia funcionalista norte-americana que se ateu a pesquisas empíricas, motivada pelo fenômeno da marginalidade e delinquência desta categoria, que representava uma ameaça para a estabilidade social. Conforme Schmidt (2001), neste período a delinquência juvenil foi atribuída a uma disfunção no sistema social que deveria ser corrigida por medidas sociopolíticas. Os jovens eram entendidos como aqueles que se desviam do padrão de comportamento e resistiam à ação

²⁶ O autor é uma referência para a educação moderna. Por sua obra *Émile* de 1762, Rosseau provocou reações de homens e mulheres e nesta literatura encontram-se traços da epistemologia empírica, do pietismo e da antropologia racionalista, principais vertentes que se ocuparam do fenômeno juvenil na época.

socializadora. Na década de 1960 em diversos países, movimentos juvenis chamam a atenção das ciências sociais e este extrato passa a ser mais bem estudado.

No contexto da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural chama a atenção como a faixa demográfica que é afetada de maneira dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos. Estas mudanças cada vez mais apresentam aos jovens um mundo de facilidades e consumo, ao mesmo tempo em que se deparam com a dificuldade de trabalho e renda, condição que os levaria para uma situação de autonomia e maior reconhecimento de sua importância por parte da sociedade.

Neste cenário, falar de juventude significa também falar de uma identidade, de uma construção simbólica e social que depende de algo fora dela, de outra identidade. Não nasce pronta e acabada, é construída no tecido social e vinculada às condições materiais em que a vida dos sujeitos se/e os constitui. Neste aspecto, a identidade se constitui numa categoria relacional que considera a afirmação do eu na relação com o outro, marcada pela diferença e pelas características do meio em que a pessoa está inserida. Neste caso a identidade evoca a *alteridade*, uma categoria social essencialmente relacional que é inerente ao processo constitutivo da identidade individual e/ou coletiva, construída em meio a experiências comuns, ora convergentes, ora conflituosas. É nesta perspectiva da *alteridade* que a identidade ganha sentido.

O conceito de “identidade” nos alerta para as diferenças, para as fragmentações e o cuidado ao se fazer generalizações. Pois o cotidiano, na sua diversidade, é expressão e ao mesmo tempo criação de novas situações e comportamentos que estão inseridos em realidades distintas e em espaços muito próximos. A ambiência social dos mesmos gestos, ritmos, hábitos e atividades, a arena dos conflitos e contradições constitui-se em espaços de alienação e mediocridade, de reprodução das relações sociais opressoras, e é ao mesmo tempo, um espaço de produção material e simbólica dos indivíduos, de resistência e luta. Neste contexto o conceito de identidade não é

[..] um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2000, p.108).

Com o processo de modernização e maior mobilidade entre campo e cidade se intensificam as transformações no cenário rural, constituindo este espaço num ambiente de diversidade e complexidade cada vez maior. Esta ambiência produz e reproduz sujeitos e sociedades heterogêneas, com pessoas de diversas identidades. É neste campo de disputa e de identidades distintas que se situa o jovem rural com suas buscas, desafios e esperanças. É por conta desta diversidade que na atualidade, a definição de juventude tem sido estabelecida a partir de sua forma plural – juventudes – por causa das situações existenciais experimentadas pelos sujeitos nessa etapa da vida, e nos diferentes contextos que estão inseridas.

Os jovens rurais espelham-se nos adultos e projetam seu futuro, de certa forma trazendo comportamentos e atitudes dos adultos, ainda na juventude. Quando buscam sua afirmação os jovens estão entre o crédito e a dúvida. É comum ouvir menções que “os jovens são o futuro do país”, mas de outro lado, são o medo do futuro, ou seja, ao mesmo tempo em que se deposita neles uma carga de esperança e responsabilidade, tem-se o temor de que eles fracassem. É inserido neste ambiente, que os jovens e as jovens estão constantemente buscando seu espaço, às vezes dialogando e às vezes confrontando suas expectativas de vida com as expectativas dos pais e da sociedade, construindo nesse diálogo geracional que transita entre o conflito e a solidariedade, suas trajetórias de vida.

Na constância entre campo e cidade esses filhos jovens pensam e constroem seus projetos de vida.²⁷ E pela aproximação cada vez maior entre campo e cidade, seja por influência da mídia, pelas festas, pelos estudos, surgem novas possibilidades que influenciam e modificam a relação dos jovens com a família, com a comunidade e o projetam para o futuro. O abismo que havia entre a cidade e o campo hoje não passa de uma linha tênue onde

²⁷ O projeto de vida, segundo Hernandez (2000), é definido como subsistema psicológico principal da pessoa em suas dimensões essenciais de vida. É um modelo ideal sobre o qual o indivíduo espelha o que quer ser e fazer, que toma forma concreta na disposição real e suas possibilidades internas e externas de realizá-lo, definindo sua relação com o mundo e consigo mesmo, sua razão de ser como indivíduo em um contexto e tipo de sociedade que está inserida. Artigo completo em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/angelo.rtf> Acesso em 5 de maio de 2011.

as diferenças existentes não podem ser entendidas somente como um rural primitivo, ou um urbano civilizado. Isto não significa também que este “novo rural” representa melhoria de vida para a totalidade da população do campo. Os jovens cultuam laços que os prendem ainda à cultura de origem, ao mesmo tempo em que percebem sua autoimagem refletida no espelho da cultura urbana. Estão situados em meio a uma cruzada que ainda os prende a família e a escola, entre o início da vida profissional e o casamento, entre a dependência e a autonomia econômica.

Para Bourdieu (1983) existiam na época pelo menos duas juventudes com diferenças cruciais, a burguesa e das classes populares. Para este autor falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Mais: para o autor, a fronteira entre juventude e maturidade foi em todas as sociedades um jogo de disputas, na medida em que as divisões, seja em classes de idade, sejam em gerações, são variáveis a um jogo de manipulações que são construídas socialmente. Desta forma a condição de juventude é regulada, definida pela estrutura social, econômica, escolar e cultural dominante no meio em que está inserida, e que este objeto pode sofrer um recorte e ser manipulado, conforme cada contexto, situação e intenção do pesquisador. Isso significa que poderá haver diversas formas e expressões de juventudes. Logo ao se falar em juventudes poderemos estar tratando de jovens individuais, ou grupo de jovens muito distintos entre si, mesmo que tenham a mesma idade cronológica.

Se tratarmos os jovens sob a orientação da idade cronológica também vamos nos deparar com diferentes critérios balizadores. Os jovens não são determinados pela mesma idade em diversos países. Por exemplo, em Botswana, a idade vai de 10 a 22 anos, no Quênia, a partir dos 8 anos de idade já são considerados jovens. Na Colômbia o jovem tem idade entre 16 e 28 anos. A Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ),²⁸ por lei e perspectiva de direito, prevê que o grupo etário mais jovem é de 15 a 24 anos, mas considera como jovens também as pessoas faixa etária de 15 a 29 anos, podendo ser estendido até 35 anos (para

²⁸ Em esclarecimento via e-mail pela secretaria da organização. Em nosso trabalho a idade dos jovens foi determinada pela idade dos participantes do PEJR, que tem idade entre 18 e 32 anos. São nove as pessoas entrevistadas com idade entre 30 e 32 anos. Para verificar várias organizações que trabalham e debatem sobre as questões da juventude no mundo acessar o link <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://www.vufe.org/links.html> Acesso em 15 de fevereiro de 2011.

Costa Rica e República Dominicana). No Brasil o IBGE classifica²⁹ como jovens as pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Para fins de Políticas Públicas, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 16 e 29 anos. De acordo com o IPEA (2009) desde 2005 tem se envidado esforços que permitam a construção de uma Política Nacional de Juventude. A Secretaria Nacional de Juventude tem feito constantemente apelos para que os diversos ministérios, no planejamento e na execução das políticas setoriais, considerem as singularidades da juventude, levando em conta suas estratificações etárias – de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos.

Pra se desenvolver um trabalho adequado à realidade dos jovens rurais é preciso ir além das definições teóricas de juventude e entender as preocupações práticas que elas apresentam, para ai sim podermos desenvolver projetos adequados às suas necessidades. Conforme Durston³⁰

El término "juventud" puede definirse como la etapa de vida que empieza con La pubertad y termina con La asunción plena de las responsabilidades y La autoridad del adulto, es decir, las que corresponden a los jefes masculino y femenino de un hogar económicamente independiente. Es una etapa durante lacual aumenta progresivamente La presencia Del trabajo enla jornada cotidiana, y disminuye El juego, mientras que El aprendizaje llega a su auge en esta etapa y posteriormente decrece. No obstante, la merade finicióndel término no es suficiente para establecer un marco teórico, y mucho menos uno adecuado a lãs exigências Del diseño de proyectos integrales de desarrollo, tarea que requiere de ideas claras y explícitas, conun grado suficiente de complejidad como para no ser banales y que reflejen las preocupaciones prácticas y El comportamiento real de lãs personas enel mundo rural (DURSTON, 1998, p. 7)

A despeito de concordarmos com a essência da crítica de Bourdieu ou Durston, entendemos que se pode utilizar a categoria “jovem rural” na medida em que nos referimos a um segmento social bem determinado: os filhos de agricultores familiares que trabalham com seus pais em terras de propriedade (ou posse, no caso de arrendamento) destes últimos. Desta forma, procuramos dar determinação social à categoria, que deixa de ser uma mera etapa de transição entre a adolescência e a vida adulta.

²⁹ Não há consenso de uma definição única para a idade dos jovens, mas existe a tendência de que este período esteja sendo ampliado. Sobre os jovens rurais sugerimos ver também as contribuições de Carneiro & Guaraná (2007) na obra *Juventude Rural em perspectiva*.

³⁰ Este autor observa ainda que mais relevante no enfoque etário no é a idade cronológica da pessoa, mas a sequência de etapas do ciclo normal de vida. Cita que a etapa juvenil compreende a “fase escolar (crecientemente sincrónica com la siguiente)”; a “fase de ayudante del padre o de la madre en sus labores”; a “fase de parcial independización económica”; a “fase de recién casados” e a “fase de padres jóvenes de hijos menores.”

Diante da polissemia de definições vamos procurar caracterizar quem são os jovens rurais. Em estudo realizado por Weisheimer (2009) encontramos algumas categorias de jovens rurais, definidas pelos próprios jovens.

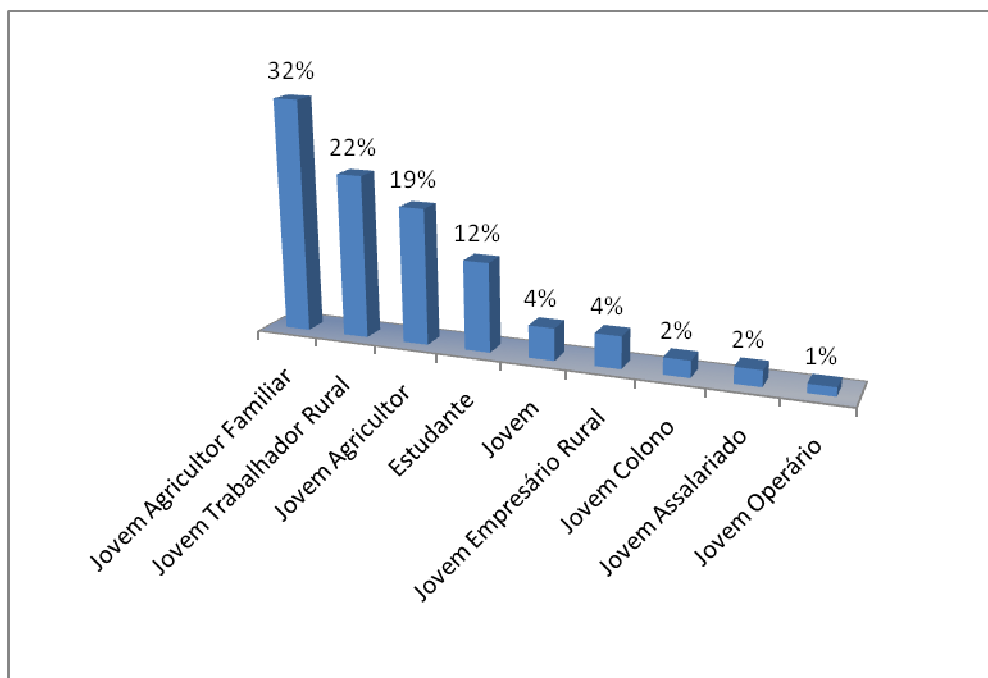


Gráfico 2: Caracterização dos jovens rurais pelos próprios jovens

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir de Weisheimer (2009).

No gráfico percebemos que as categorias trazidas pelos jovens representam o mundo do trabalho em que estão inseridos. O autor ressalta que as respostas que caracterizam os estudantes são predominantes do sexo feminino, enquanto dos empresários rurais se referem mais as pessoas do sexo masculino, a isto o autor atribui a predominância das moças em buscar o ensino e os moços a se identificarem com a administração propriedade. Notamos ainda que a maioria dos jovens se caracteriza como agricultor familiar e trabalhador rural, somente a categoria jovem e estudante não faz referência ao trabalho.

Reconhecemos que existem diversos traços culturais distintos entre a juventude rural e que desvendá-los além das aparências é um desafio para outro estudo, dadas a complexidade e diversidade de comportamentos e códigos apresentados por esta categoria. Para não subsumir às diferentes realidades, conforme nos alertou Bordieu (1983), **em nossa pesquisa vamos tratar dos jovens rurais, os filhos de agricultores familiares e não da juventude rural em geral**. Em suma: para nós os jovens rurais são os filhos dos agricultores que são pequenos

proprietários e que comandam o processo produtivo. O jovem rural é o dependente, aquele que ainda não é proprietário de terra, e que se insere, normalmente como um agregado/subordinado do pai. Acreditamos que ao analisar nossa pesquisa de campo poderemos caracterizar melhor a estratificação dos jovens pesquisados, ou refutá-la.

3 UM OLHAR SOBRE O ENSINO NO BRASIL

Uma das principais características que distingue o ser humano de outras espécies de animais é nossa capacidade de pensar e criar coisas a partir de experiências passadas, de refletir sobre elas e recriá-las. No caso dos humanos, a educação tem grande contribuição para o desenvolvimento destas faculdades. Para os gregos a verdadeira educação que acontecia entre os sete e catorze anos de idade correspondia a *paidéia*, a formação plena do homem para a *polis*. Já naquela época, os pobres da Grécia aprendiam fora da escola, nos campos de lavoura e pastoreio, enquanto os que tinham maior prestígio aprendiam nos acampamentos com os velhos mestres. A educação foi pouco a pouco se democratizando e por volta do ano 600 a.C. surgem a escola primária, as escolas de bairro ou, as chamadas “lojas de ensinar”.

Na concepção do legislador grego Sólon as crianças deveriam, antes de tudo, aprender a nadar e a ler; depois “os pobres devem exercitar-se na agricultura ou em uma indústria qualquer, ao passo que os ricos deveriam se preocupar com a música e a capacitação, e entregar-se a Filosofia, a caça e a frequência aos ginásios” (BRANDÃO, 1981, p. 38). Dois séculos depois o historiador, poeta filósofo e militar grego Xenofonte respondeu afirmando que com aquela concepção “só os que podem criar os seus filhos para não fazerem nada é que os enviam à escola: os que não podem, não enviam” (IDEM, p.40).

De certa forma os dois parágrafos anteriores se relacionam com o que pretendemos ver nas páginas seguintes. Não vamos continuar tratando sobre os gregos, mas sobre como vem ocorrendo o processo de ensino no Brasil. Pretendemos mostrar vários aspectos do percurso do ensino brasileiro, relacionando-o com o período histórico do país, percorrendo este processo que passou a ser contado com a vinda dos jesuítas. A partir deste período nos deparamos com questões conflitantes sobre a oferta do ensino, sejam os conflitos entre escola pública e escola privada, ensino rural e ensino urbano, e no último período presenciamos a construção de uma proposta de educação do campo, que vem se mostrando mais interessante para as comunidades rurais.

Concordando com Schwartzman (2007) há uma íntima relação entre educação e trabalho. Neste caso um dos desafios que os jovens encontram quando da sua busca para

ingressar no mercado de trabalho passa antes pela educação. Em grande medida, a educação condiciona a empregabilidade desses jovens a maior ou menor probabilidade deles obterem um emprego e de terem acesso a postos de trabalho melhor remunerado. Da mesma forma, para se alcançar um bom nível de desenvolvimento no meio rural, ao contrário do que se pensava antigamente, as condições de acesso a educação são imprescindíveis. É sobre a trajetória histórica da construção de nosso sistema de ensino que vamos nos ater neste capítulo.

3.1 A Educação Brasileira até a Primeira República

O ensino no Brasil tem sido marcado por algumas rupturas que não são difíceis de serem percebidas. Vamos considerar que os 210 anos de atividades dos Jesuítas tenham sido o marco inicial desse processo. Trouxeram a moral, os costumes, a religiosidade europeia, e os métodos pedagógicos foram sendo expandidos no período de 1549 a 1759. No decorrer destes anos os Jesuítas implementaram a instrução primária, as escolas de primeiras letras para os filhos dos índios e de portugueses e a educação média, ministradas para os brancos. Passaram a ministrar aulas de Teologia, latim, gramática, música e obedeciam as orientações do Fundador Inácio de Loyola. Conforme Ghiraldelli (1994), por serem os únicos colégios existentes na época, os jesuítas exerceram forte influência sobre a sociedade e a elite. Foram expulsos por volta de 1759 pelo Marquês de Pombal por serem considerados economicamente poderosos, culturalmente retrógrados e politicamente ambiciosos.

A relação com os Jesuítas era considerada empecilho para que Pombal implementasse seu ideal iluminista, que procurava elevar Portugal e suas colônias ao mundo moderno, tanto do ponto de vista econômico, quanto político e cultural. Sob a coordenação de Marquês de Pombal, o que se havia construído em termos de educação retrocedeu. Pombal tentou sem sucesso implantar as escolas régias, e o *subsídio literário*³¹ com a intenção de manter o ensino primário. Neste período os professores ficaram por longos períodos sem receber, a mercê de uma solução de Portugal. Para o topo da elite proprietária, o Ensino Superior era oferecido

³¹ Imposto criado (1772) que incidia sobre a carne, o vinho, o vinagre e a aguardente para manutenção do ensino primário e médio.

pela Universidade de Coimbra, em Portugal. O caos perdurou até que a Família Real, fugindo de Napoleão na Europa, transfere-se para o Brasil em 1808.

Com a vinda da Corte portuguesa a educação passou a receber intervenções importantes. Com a demanda de novos serviços, a abertura dos portos e contatos com outros povos, se estruturou a proposta do ensino imperial em nível primário, secundário e superior. Frente ao caos estabelecido por Pombal, podemos considerar que as iniciativas de D. João VI, com a fundação das Escolas de Direito e Medicina, das Academias Militares, da Biblioteca Real, do Jardim Botânico, da Imprensa Régia podem ser consideradas um grande avanço que sinalizava a intenção para se construir alguma referência de ensino no Brasil.

Em 1834 um Ato Adicional à Constituição repassa para as províncias a responsabilidade da administração do ensino primário e secundário, deixando transparecer a inexistência de uma política educacional articulada e uma grande discrepância entre o ensino oferecido entre uma e outra província. Desta forma, mesmo tendo garantido por Lei a gratuidade do ensino, ele é oferecido pelos sérios limites estruturais existentes e pela modalidade de ensino superficial longe da realidade onde estava inserida. Considerando os limites do ensino enfrentado no período, como aspectos positivos que merecem ser destacados, Ghiraldelli (1994) mencionou a criação da Inspetoria-Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte em 1854, tendo enquanto missão orientar e supervisionar o ensino, tanto público quanto particular. A inauguração do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, teve como um dos objetivos se tornar um modelo pedagógico para o curso secundário, além da liberdade de ensino primário e secundário, a valorização do magistério e a liberdade do ensino superior em todo o país concedida pela Reforma Leôncio de Carvalho – Ministro do Império.

Neste período ainda é insipiente a oferta do ensino gratuito e a as discussões giram em torno do que vai ser ensinado. Naquele período já se questionava a função do ensino, afinal, preparar cidadãos, ou preparar alunos para mais uma etapa de estudos? Desta forma, a proposta de ensino, vem acompanhando o movimento do país, naquele momento, ainda muito desarticulada, sem uma proposta clara de que modelo de educação oferecer, e ainda sem infraestrutura para ser democratizada. Porém percebe-se no jogo de interesses em disputa um movimento, embora marcado por rupturas políticas, que vai evoluindo e através dele se

construindo uma História da Educação que nos permite aprender com ela, sobre seus erros e acertos, sobre sua intencionalidade, de acordo com o contexto de cada época, neste período conduzido pelos colonizadores.

3.2 O Ensino Rural no Período Republicano até o fim do Regime Militar

Logo após a abolição da escravatura em 1888 adentramos no Período da Primeira República (1889-1929), onde o ensino brasileiro recebe a influência da filosofia positivista. Neste período a Reforma de Benjamin Constant defendeu os princípios orientados pela liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária. A década de 20 do século XX foi marcada por diversas reformas educacionais de abrangência estadual, como a de Lourenço Filho no Ceará, em 1923, a de Anísio Teixeira na Bahia, em 1925, a de Francisco Campos e Mário Casassanta em Minas, em 1927. A de Fernando de Azevedo no Distrito Federal (atual Rio de Janeiro), em 1928 e a de Carneiro Leão em Pernambuco, em 1928. No aspecto político, surgem movimentos expressivos³² e através da Reforma João Luiz Alves, é introduzida a disciplina de Moral e Cívica com a intenção de tentar combater os protestos estudantis contra o governo do Presidente Arthur Bernardes.

No meio rural a abolição da escravatura impôs um conjunto de inflexões no modelo de produção agrícola. Sem os escravos foi preciso repensar as formas de organizar a produção. Neste sentido Mendonça (2007) explica que duas entidades patronais agrícolas ganharam força. De um lado a Sociedade Paulista de Agricultura (SPA) que representava o grupo mais expressivo de cafeicultores paulistas; de outro a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), que representava os interesses dos demais setores agrários, principalmente do Nordeste, Sudeste e Sul – que encontravam dificuldades para comercialização de seus produtos no mercado externo. De um lado os militantes do SPA acreditavam que com a abundância de créditos e com a imigração subvencionada italiana se superaria a crise; de outro os militantes do SNA defendiam uma política de diversificação da agricultura e a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Neste sentido são criados como estabelecimentos

³² Dentre eles o Movimento dos 18 do Forte (1922), a Semana de Arte Moderna (1922), a fundação do Partido Comunista (1922), a Revolta Tenentista (1924) e a Coluna Prestes (1924 a 1927).

de ensino, os Patronatos Agrícolas³³ e os Aprendizados,³⁴ que cada vez mais buscavam atender a demanda produtivista.

Nas instruções orgânicas para os Patronatos Agrícolas, instituídas pelo decreto nº 12.893 de 28 de fevereiro de 1918, não havia uma hierarquização entre os conteúdos a serem passados aos menores internos durante os três anos de formação. Já nos Aprendizados o regulamento de criação previa uma divisão dos conteúdos em dois anos. Entretanto, o direcionamento dado pelo Ministro da Agricultura infere, também, uma intenção em retirar dos Patronatos Agrícolas uma preocupação meramente disciplinar, moralizante, regeneradora. No entendimento do Governo Federal, era necessário não só adestrar as crianças, mas também, dar-lhes um ofício, um conhecimento técnico.

Conforme Calazans (1993) o modelo de escola rural existente na época era responsabilizada pelo êxodo rural e pela desagregação moral e econômica do interior brasileiro. Neste sentido cabia à escola superar o atraso econômico brasileiro considerado um empecilho à plena realização do desenvolvimento econômico pretendido pelo processo capitalista. Em meio a esta problemática surge o movimento do “ruralismo pedagógico”, que pretendia construir um ideal de escola rural dos “novos tempos”, adaptando programas e currículos ao meio físico e à cultura rural. O movimento também procurava contribuir para enaltecer o sentido positivo do rural e reforçar os seus valores, a fim de se evitar o êxodo rural, visto que, naquela época as cidades já demonstravam sua incapacidade em absorver toda força de trabalho.

Apesar do discurso republicano em defesa da educação, seu esforço efetivo não consegue acompanhar o ritmo do desenvolvimento do país e as necessidades da sociedade. No cenário político o país vive um momento de estabilidade e acontece uma nova ruptura, onde adentramos no período da Segunda República. O período de 1930-1945 foi governado pelo Presidente Getúlio Vargas, que implementou um modelo nacional desenvolvimentista onde o Brasil passou a viver com maior intensidade o modo de produção capitalista. Criou políticas

³³ Criado em 1918, os Patronatos Agrícolas eram destinados aos pobres da cidade, aqueles órfãos de pais vivos, com idade entre 14 e 18 anos. As instituições atrelavam assistência a infância, educação e trabalho agrícola, procurando oferecer um aprendizado de técnicas profissionais ligadas ao trabalho agropecuário e voltado para a regeneração das crianças, tendo por arcabouço um rigoroso código disciplinar.

³⁴ Os Aprendizados ofereciam ensino agrícola primário e médio, tendo como função formar trabalhadores agrícolas, tendo como clientela privilegiada os filhos de pequenos agricultores ou operários agrícolas, que se tornavam viveiros de mão-de-obra, formando contingentes de trabalhadores para as fazendas.

intervencionistas promotoras de bem estar social, com intervenções sobre a legislação do trabalho, na previdência social e educação pública.³⁵

O percurso de avanço e retrocessos da educação fica claro se analisarmos, por exemplo, a Constituição de 1934 e 1937. A Constituição de 34 foi elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte eleita pelo povo. Esta Constituição determinou a previsão de orçamento para educação nas zonas rurais, indicando para a expansão do ensino primário gratuito e a tendência para gratuidade do ensino secundário e superior, com concursos para os profissionais atuarem no magistério. Também passou para o Estado a incumbência de regulamentação e fiscalização do ensino público e particular. Já na Constituição de 1937, o Estado retrocede e procura se eximir da responsabilidade da escola pública gratuita, assumindo o papel de subsidiário e indicando que poderia cobrar o ensino dos mais abastados.

Conforme Ribeiro (1998), a nova Constituição mantém algumas orientações das anteriores, mas aponta pela orientação para o trabalho manual para preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas funções abertas no mercado capitalista, que ia abrindo espaço e apontando para suas demandas. Enquanto a Constituição de 1934 determinava que a União e os municípios deveriam dotar pelo menos 10% e o Distrito Federal e os Estado iriam contribuir com 20% de sua arrecadação, a Carta de 1937 não previu dotação de orçamento. Cabe observar que neste período havia um grande número de empresários e instituições com o interesse de investir na educação privada, através da expansão do ensino particular.

As Leis Orgânicas, também conhecidas como *Reforma Capanema*, foram instituídas entre 1942 e 1946. Através de Decretos³⁶ o sistema escolar vai sendo forjado, passando a ser dividido em ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola. A ordenação do ensino agrícola se deu pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola - Decreto-lei 9613/46 / Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, que em seu artigo 1º estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino agrícola, definindo como ramo do ensino até o

³⁵ Em 1931 é realizada IV Conferência Nacional da Educação, com a finalidade de discutir sobre “As Grandes Diretrizes da Educação Popular”. Nos anos seguintes surge o importante documento, “*O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*”, buscava diagnosticar e sugerir rumos às políticas públicas de educação e que defendia a escola laica, gratuita e obrigatória.

³⁶ Também por Decreto, são criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942 e o Serviço de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946, em atividade até nossos dias.

segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura. O artigo 12º orientava que os estabelecimentos de ensino agrícola estariam organizados em a) Escolas de Iniciação Agrícola; b) Escolas Agrícolas e as c) Escolas Agrotécnicas, que poderiam ainda ofertar um ou mais cursos agrícolas pedagógicos e bem como, o Curso de Mestria Agrícola e o Curso de Iniciação Agrícola.³⁷

Como estamos acompanhando a cronologia dos eventos políticos, em 29 de outubro de 1945, o Presidente Vargas é deposto e o período do Estado Novo fica para trás, surgindo o período da República Populista, que foi até 1964. Como o nome sugere, o populismo se caracterizava por governos que através do carisma de seus líderes e da concessão de benesses pontuais aparentava estar voltado à melhoria das condições de vida para a população. No início de seu governo Vargas atuava sob um tom reformista e conciliador. Neste período o país começa a sofrer um intenso processo de urbanização e industrialização, e praticamente todos viam meios de tirar proveito desta situação, tanto governos, quanto empresários e proletários.

Durante o período de 1946 a 1961, constata-se a disputa entre duas propostas de Lei e Diretrizes de Base (LDB), que expressam a relação paradoxal e contraditória no âmbito político-econômico vivido. O embate aconteceu entre um grupo que defendia o nacionalismo desenvolvimentista, tendo o Estado como carro-chefe no planejamento estratégico para o desenvolvimento do mercado nacional, sem a dependência asfixiante do capital externo; e de outro, o grupo que sustentava a tese da iniciativa privada como mecanismo de gerir a economia e a educação institucionalizada, refutando qualquer intervenção normatizadora e fiscalizadora do Estado, tanto na área econômica, como na educacional.

No que se refere à educação, a promulgação da 4ª Constituição Republicana em 18 de setembro de 1946, definia que as Leis Orgânicas de Gustavo Capanema, que orientava o sistema educacional brasileiro até então, deveria ser reformulada pela União, através das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Em 1948 a nova proposta chegou ao Congresso, mas com o esforço do próprio Gustavo Capanema o projeto foi arquivado, e em de

³⁷ Para conferir a lei na íntegra sugerimos visitar <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126500/lei-organica-do-ensino-agricola-decreto-lei-9613-46> Acesso em 15 de março de 2011.

1958 foi apresentado o Substitutivo Lacerda.³⁸ Em 1961 são criadas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.³⁹ Como aspecto positivo a Lei previu a construção do Plano Nacional de Educação, que viria a público em 1962, obrigando o governo a investir no mínimo 12% da arrecadação na educação, devendo alcançar algumas metas qualitativas e quantitativas em oito anos, tais como atingir 100% de matrícula no ensino primário, 70% da população entre 12 e 14 anos na quinta e sexta-série, expansão do ensino médio e superior e formação de 100% do professorado até 1970.

Para a contenção do fluxo migratório do campo para a cidade que já era sentido no período, o Estado passaria a investir na educação rural, anunciando através na LDB, Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961, no art. 105, que: “os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais”. O que causou maior protesto foi a definição da igualdade de tratamento por parte do Poder Público, para os estabelecimentos oficiais e particulares, ou seja, as verbas públicas poderiam ser direcionadas também a estabelecimentos particulares, sem se comprometer com a expansão do ensino público.

Os defensores da Campanha da Escola Pública consideraram a aprovação da Lei e sua sanção pelo Presidente João Goulart⁴⁰ uma derrota popular e uma traição do Governo. O professor Florestam Fernandes, um dos integrantes socialistas da Campanha da Escola Pública escreveu que ao sancionar o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Presidente João Goulart não encarou suas responsabilidades perante a nação, afirmando que

Só um oportunismo sem reboços, chocante e desmoralizador, explica o comportamento efetivo de sua excelência. Através de memoráveis campanhas, as forças populares e democráticas tinham estabelecido, luminosamente, o que se esperava de sua intervenção. [...] Competia-lhe corresponder, inequívoca e espontaneamente, às expectativas da consciência democrática da Nação, para justificar o seu passado político, retribuir o generoso apoio do Povo e fortalecer o

³⁸ No cerne deste Substitutivo estava o debate entre a oferta do ensino público ou privado. De um lado os adeptos da Campanha de Defesa da Escola Pública e de outro Carlos Lacerda, que baseava-se nas teses do III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino.

³⁹ Através da Lei nº 4.024/61.

⁴⁰ O Presidente João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado por Vargas, tinha uma plataforma nacionalista e tendia ao reformismo e ao intervencionismo estatal na economia e na política social, por isso Goulart foi citado como traidor do povo.

respeito pelas atribuições do chefe do Estado (APUD GHIRALDELLI, 1994, p.116).

Analisando os limites do sistema de ensino que estava sendo criado, o professor Florestan via aquele modelo já superado. Em sua opinião, o Brasil ainda estava discutindo políticas de educação com dois séculos de atraso, defendendo valores da Revolução Francesa. Pois grande parte desta Lei havia sido elaborada há 13 anos, quando o país era estritamente agrícola e não vivia ainda a influência do processo de industrialização. Conforme Ribeiro (1998), frente à insatisfação diante deste sistema de ensino, com a intenção de criar alternativas pedagógicas e estimular a participação política das camadas populares da população, movimentos populares começam a ser formados⁴¹. Dentre estes destacam-se os Centros Populares de Cultura (CPCs), Movimentos de Cultura Popular (MCPs), o Movimento de Educação de Base (MEB), firmado em acordo entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o governo da União.

Para Mendonça (2007), neste período a educação rural transcendeu a dimensão escolar, no sentido que vários projetos e acordos entre o governo americano⁴² e brasileiro foram firmados, visando à qualificação da mão-de-obra rural. Não vamos nos aprofundar, mas citar alguns, dentre eles a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), criada em 1945. Este acordo se daria com suporte institucional do tripé composto por Clubes Agrícolas⁴³, Centros de Treinamento⁴⁴ e Semanas Ruralistas⁴⁵. Houve ainda a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que vigorou de 1947 a 1963; o curso Escola para o Brasil Rural⁴⁶ em 1949; a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), criada em 1952; a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA)⁴⁷ e a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em 1958, que posteriormente originou a Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ABCAR), ambas patrocinadas por agências públicas, privadas e norte-americanas.

⁴¹ Em 1964, com a instauração do governo militar esses movimentos são desarticulados.

⁴² O Institute of Inter-American Affairs (IIAA), fundado em 1942 organizou o primeiro programa de assistência técnica para aperfeiçoar as condições de saúde, educação e agricultura na América Latina.

⁴³ Dentre os objetivos, os Clubes Agrícolas tinham que desenvolver a consciência de amor a terra pelos seus sócios, elevar a vocação e profissão de agricultor, mostrar os perigos do urbanismo e do abandono do campo. Junto a cada Escola Agrícola deveria ser formado um Clube.

⁴⁴ Destinados a formação de professores para os institutos rurais.

⁴⁵ Ministradas por técnicos especializados, reuniam agricultores de determinada localidade para passar informações pertinentes as atividade agrícolas.

⁴⁶ Ministrado no Rio de Janeiro por docentes norte-americanos.

⁴⁷ A CNER e a CNEA foram destinadas para alfabetização da população rural adulta que não teve acesso prévio a escola. Utilizavam-se das mesmas cartilhas adotadas nas escolas da área urbana.

Muitas dessas intervenções internacionais foram perpetradas pelo Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), criado em 1954. Estas iniciativas estão alinhadas com o sonho americano expresso no discurso inaugural em 1949, pelo Presidente dos Estados Unidos da América, Sr Harry Truman, que através do anunciou de seu conceito de “*fair deal*” pretendia solucionar os problemas das regiões subdesenvolvidas do mundo, através do investimento em capital, ciência e tecnologia.⁴⁸ Com este tripé ele acreditava ser possível reproduzir nos demais países as características dos países de economias mais avançadas, ou seja, a tecnificação da agricultura, o crescimento da produção, o acesso aos bens materiais, a adoção da educação e valores da cultura moderna, além dos altos níveis de urbanização e industrialização. Com essa proposta em franca expansão, eram elaborados diagnósticos e através da extensão rural e das campanhas citadas procurava-se investir para o alcance de uma produção agrícola mais eficiente.⁴⁹

Como percebemos, o campo de disputas políticas é vasto e complexo, e não pode ser bem entendido isoladamente. E a educação não pode ser entendida sem que se considere os momentos históricos e como ela foi engendrada em um contexto mais amplo. A proposta educacional vai tomando forma em um campo de disputas num processo histórico carregado de intencionalidade. Com influência importante sobre o ensino rural neste período, cabe mencionar o jogo de poder interestatal, neste caso, entre Ministério da Agricultura, que defendia a multiplicação de *escolas especiais agrícolas* primárias e médias, com ênfase na educação para o trabalho; e o Ministério da Educação, que defendia a *escola primária regular* voltada para a alfabetização da população rural, como se não fosse possível realizar as duas coisas concomitantemente, ou como que se para ter uma boa preparação para o trabalho fosse dispensável ser alfabetizado.

Podemos entender que a ênfase para alfabetização da população, enfatizada pelo Ministério da Educação pode ser justificada pelas altas taxas de analfabetismo apresentadas até então. Conforme Ghiraldelli (1994), no final de 1963 o Presidente Jango anunciou que metade da população brasileira continuava analfabeta, 7% dos alunos do curso primário chegavam à quarta série, o ensino secundário atendia 14% da demanda e 1% dos estudantes

⁴⁸ Proposta que ficou conhecida também como Doutrina Truman.

⁴⁹ Em agosto de 1946 foi aprovado a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA), que orientava para o aprender fazendo, instituindo um conjunto de leis orientando o Ensino Primário, Ensino Secundário, o Ensino Profissional e o Ensino Comercial.

alcançava o ensino superior. Porém com os acordos apoiados pelo governo americano, a preparação do trabalho extrapolou os bancos escolares, inclusive como pretendia o Ministério da Agricultura, assumindo um caráter “pedagógico” fora da escola, como vimos anteriormente, através de vários projetos e campanhas. Talvez por terem adotado este viés, a democratização e qualidade do ensino formal tenha conseguido apresentar pouco progresso, porém percebe-se um avanço significativo no sentido de haver outras propostas e manifestações e resistências e proposta para que o ensino conseguisse ser ofertado com melhores condições e de maneira mais democratizada para a população.

Com a instauração do regime militar em 1964 o debate democrático é interrompido e até 1985 o país pouco evolui em termos de educação. Com duas semanas de governo o Plano Nacional de Educação publicado em 1962 é extinto, os movimentos populares são reprimidos e frente aos assustadores índices de analfabetismo, em 1967 é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), caracterizando-se como uma campanha de alfabetização em massa, sem compromisso com a escolarização e desvinculada da escola. Conforme Ghiraldelli (1994), no campo da educação as principais intervenções na forma da educação podem ser verificadas através da Lei nº 5.540/68 que implantou a reforma universitária, da Lei nº 5.692/71 que manteve os objetivos gerais do ensino conforme os expostos nos fins da educação da Lei nº 4.024/61 somado a instituição do ensino profissionalizante e dos princípios do regime militar.

3.3 O Período de Redemocratização e os Avanços na Educação

Com a abertura política em 1986, no campo da educação as mudanças começam a ser percebidas com a Constituição Federal de 1988, que no seu Artigo 227 anunciou⁵⁰: que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação, à profissionalização e à cultura. Quase 10 anos depois, a Lei de Diretrizes e Bases

⁵⁰ Para conferir, acessar http://jjj.tj.rs.gov.br/jjj_site/docs/DOCTRINA/GRANDE+EXPEDIENTE+ECA+REV+.HTM. Acesso em 18 de fevereiro de 2011.

da Educação⁵¹ faz referência a questões de qualidade, currículo, avaliação, preparo docente e responsabilidades da União.

Indiscutivelmente sabe-se dos ganhos que representa para a sociedade uma educação pensada, organizada e planejada de acordo com as características locais, e que ao mesmo tempo contemplam uma ordem comum nacional. Em termos de definição a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (1996) especifica:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

Pela referida lei, é possível que façamos uma análise do contexto e da realidade local, para que sejam então aproximados novos conhecimentos curriculares mais abrangentes. A finalidade maior estabelecida e salvaguardada pela lei não estabelece um currículo único e fechado, o que significa dizer que através da realidade de cada contexto podem-se fazer aproximações e ligações com a realidade global. De acordo com a mesma Lei – LDB 9394/96 o artigo 28 complementa:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Entende-se por educação básica a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. As adaptações necessárias de que trata a lei, referindo-se aos processos curriculares, metodológicos, organização de calendário e particularidades locais como interesses e necessidades é de responsabilidade das mantenedoras de cada instituição. Portanto, cabe

⁵¹ A Lei vigente que ampara os aspectos da educação, como um princípio formal e obrigatório é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, sendo esta a terceira versão. Anterior a este período tivemos as Leis de 1961 e 1971, portanto, na história nacional, não houve muitas versões deste documento que regulariza, garante e formaliza alguns processos em relação ao sistema educativo nacional.

ressaltar que ou o Estado, ou o Município encarregam-se dessas particularidades em seus planejamentos oficiais. Através do Projeto Pedagógico as escolas e instituições de ensino têm a possibilidade de realizar um planejamento que atenda a realidade em que ela esteja inserida, ao mesmo tempo em que estariam atuando de acordo com suas mantenedoras, respeitando a ordem e as demandas expedidas nacionalmente.

Com este olhar a educação deveria estar voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico das pessoas que estudam e habitam de acordo com seu entorno, atendendo as diferenças históricas e culturais daquela população. Através de uma educação mais autêntica⁵² seria possível alargar as fronteiras com a descoberta de novos lugares e novos mundos – que, por sua vez, despontariam novos sentidos para a existência individual e coletiva. É preciso uma forma de educar na qual o sujeito venha a ter a possibilidade de transcender sua própria realidade de maneira crítica e com capacidade de criar uma convivência coletiva, na qual cada um tenha bem definida sua parcela de responsabilidade nos processos de construção de seu projeto de vida e de sociedade. Nesse sentido caberia então considerar, que entre outras funções, a educação serviria para elevar as condições dos cidadãos para que lograssem êxito em seus projetos.

Para que a educação pudesse render melhores resultados, além de pensar as diferentes realidades e contextos, seria cabível organizar as metodologias mais aplicáveis a cada situação. Nesse aspecto metodológico, as instituições de ensino têm sua autonomia. Os professores, inclusive, também assumem suas responsabilidades perante as metodologias que aplicam, portanto, mesmo que haja uma estrutura curricular, as metodologias podem ser aplicáveis de formas muito particulares de acordo com os locais nos quais os alunos estão inseridos no plano prático. Em se tratando de realidades distintas, é possível estabelecer variações para que no coletivo, o conhecimento seja multiplicado de forma mais adequada. É

⁵² Antônio Gramsci vê a conquista da cidadania como um objetivo da escola. Segundo ele a escola visa a elevação cultural das massas, ou seja, deve livrá-la de uma visão de mundo que, por se assentar em preconceitos e tabus, *predispõe à interiorização acrítica da ideologia das classes dominantes...* O terreno da luta de hegemonias é a sociedade civil, que compreende instituições de legitimação do poder do Estado, como a Igreja, a escola, a família, os sindicatos e os meios de comunicação etc. A tendência democrática da escola não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada cidadão possa se tornar governante. Para que o aluno adquira criticidade, Gramsci defende já nos primeiros anos de escola um currículo que lhe apresente noções instrumentais (ler, escrever, fazer contas, conhecer os conceitos científicos) e seus direitos e deveres de cidadão. (*in* Revista Educação em Foco, Faculdade de Educação, UFJF, volume 4 n. 2 Set/Fev 1999/2000).

verdade que estas possibilidades deveriam ser as regras e estarem amparadas, tanto de recursos financeiros como uma capacitação adequada para o corpo docente.

Por isso as iniciativas existentes para contemplar realidades diferentes, normalmente são exceções da regra. Percebe-se que de forma aleatória, a prática de projetos, ações extracurriculares e atividades específicas de acordo com a realidade, vão ganhando espaços nas instituições a passos lentos. Ao se eximir de suas responsabilidades, a função da escola é cumprida parcialmente. Neste sentido ainda há a contribuição de instituições não formais que vão ganhando proporções cada vez maiores, procuram dar sua contribuição nas lacunas deixadas pelo Estado. Estes outros segmentos são projetos sociais, institutos, ONGs, igrejas, grupos filantrópicos, e uma extensa e vasta terminologia para aqueles que, de forma não obrigatória, acabam assumindo a parcela que o Estado deixou de lado.

Estes segmentos da sociedade atuam com diferentes propósitos, objetivos, metodologias, mas, geralmente procurando atender as necessidades e interesses não só dos alunos, mas, da realidade local e do que seria necessário para que ela se desenvolvesse, mudando perfis e características vulneráveis. Para tais setores é unir a necessidade com a realidade, assumindo assim a parcela que a escola deixou de fora quando não contemplou em seu currículo, até mesmo o que é amparado legalmente, como o artigo 27 da LDB 9394/96 (1996):

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

- I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III - orientação para o trabalho.

Tendo conhecimento do que é previsto no Plano Nacional: questões de orientação voltadas para o trabalho, e ainda trazendo a realidade local do campo, é percebido que um currículo padronizado não carrega consigo o mesmo efeito do que um currículo apropriado à realidade local. Portanto, volta-se novamente às questões de que é o planejamento que irá nortear as ações. Superar modelos de educação escolar retóricos acaba se tornando um grande desafio, afinal é importante que neste processo educativo, escola e sociedade não estejam desvinculados. Este desafio consiste em organizar um conteúdo, que no plano do conhecimento permita a criança, ao adolescente e ao jovem uma leitura dos processos de vida

e do mundo. Em nossa opinião, isto só pode ser feito com processos democráticos, com critérios e responsabilidades definidos coletivamente.

Deste ponto de vista, a escola da cidade ou do campo tem de trabalhar para transformação positiva, construtiva e de resultados, possibilitando aos sujeitos, alunos ou comunidade escolar, as condições e estruturas necessárias para que tenham condições de efetivar suas escolhas de forma consciente. Na medida em que fossem construindo relações para suas aprendizagens, os estudantes conseguiriam dar sentidos e significados aos conteúdos, o que resultaria num processo de aprendizagem que os levaria a uma situação de autonomia. Independentemente de ser uma prática cidade/campo, que interesses estão em jogo? As empresas, projetos, ações, instituições, que assumem a demanda não “coberta” pela escola, de fato buscam a emancipação dos sujeitos, construindo com eles novos modelos e estruturas comprometidas com a cidadania?

Para Gadotti (2005) educar pessoas a partir de um currículo que contemple a formação ética, estética, humanística e cidadã é também prepará-los para o embate cotidiano por condições de trabalho cada vez mais humanizadas. Entretanto, “são os sistemas sociais, políticos e econômicos que determinam os sistemas educativos” e, conseqüentemente, os seus currículos. Um sistema social e político fundamentado exclusivamente na ideia do progresso através do desenvolvimento econômico pode apenas promover currículos que prestigiam o incremento da eficácia do sistema de produção.

Apesar da qualidade e do tipo de ensino que temos não atender a todos, precisamos reconhecer sua evolução, além de que o processo democrático vem permitindo que se façam as críticas, e governos, entidades sociais e seminários tem demonstrado esforço neste sentido. Outro aspecto que podemos considerar positivo é o quanto o acesso aos estabelecimentos de ensino nos diversos níveis tem se ampliado, e tem sido assegurado como direito à população. Talvez a grande crítica que deva ser considerada é que o governo (2002 a 2010) do ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva não conseguiu romper suficientemente com a política do seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. Tentando esclarecer: as políticas distributivas e a política econômica e social voltadas à inclusão de milhões de cidadãos, até antes totalmente excluídos do atendimento de suas necessidades básicas não foram suficientes para o enfrentamento da ordem e da conjuntura hegemônica, que mantém um modelo de

desenvolvimento conservador. Desta forma, mais uma vez a possibilidade de fortalecer os processos educativos para uma proposta contra hegemônica foi adiada.

3.4 Uma Proposta de Ensino para a População do Campo

Dada a forma como se desenvolveu a agricultura no Brasil, com ausência da provisão de recursos públicos, dentre os quais a escola, a expansão do ensino escolar só se desenvolveu nas áreas em que mais avançaram as relações de produção capitalistas, de caráter espoliador dos povos do campo. Na tentativa de resistir a esta situação e propor novas alternativas é que surgem os movimentos sociais e concepções de Educação Popular. Nos movimentos de resistência surgem propostas de educação formal e não formal e de cunho utópico-ideológico, procurando defender as causas dos oprimidos do campo e da cidade. Conforme Rabelo (2008) no Brasil, o período de resistência à radicalização política e apoio às reformas do governo de João Goulart (1956) ganham força, surgindo movimentos de Educação Popular, que entram em disputa com a orientação da Pedagogia Tradicional e a Pedagogia da Escola. A década de 60 fica marcada pela cultura popular, que com o retorno do educador Paulo Freire do exílio na década de 80, traz seu pensamento e a importante contribuição na forma de como o ensino poderia ser mais comprometido com o povo.

Este período é marcado pelos constantes movimentos que buscam a valorização do ser humano em detrimento do capital, buscando propor um novo projeto de sociedade. Para este novo projeto se faz necessário compreender onde se situam os processos educativos. Pois através da forma de se submeter a exploração do trabalho, percebe-se também as contradições do sistema. Por isso a

Educação para além do capital visa uma ordem social qualitativamente diferente. Agora, não só é factível lançar-se pelo caminho que nos conduz a essa ordem, como é também necessário e urgente. Pois as incorrigíveis determinações destrutivas da ordem existente tornam imperativo contrapor aos inconciliáveis antagonismos estruturais do sistema capital uma alternativa concreta e sustentável para regulação da produção metabólica social, se quisermos garantir as condições elementares da sobrevivência humana. O papel da educação, orientado pela única perspectiva efetivamente viável de ir além do capital, é absolutamente crucial para este propósito (MÉSZÁROS, 2008, p.71-72)

Neste movimento reivindicatório a escola passa a ser vista como um meio para contribuir para superação das contradições sociais e buscar a emancipação das classes populares. Desta forma a proposta de uma Educação do Campo⁵³ nasceu da mobilização de movimentos sociais. Surge

[...] da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. Nasceu precisando tomar posição no confronto de projetos do campo: contra a lógica do campo contra um lugar de negócios, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente (CALDART, 2008, p.71).

Se a educação rural tem sido desenvolvida de forma alheia e descompromissada com a agricultura familiar, a experiência de educação do campo se reporta ao terreno fértil onde ela acontece, e neste chão encontram-se os movimentos sociais e a realidade dos pequenos produtores rurais, muitos ainda desprovidos da própria terra para tirar seu sustento. Por não ser somente uma proposta de gabinete, e ao mesmo tempo trazer a autenticidade de quem a desenvolve, traz a *práxis* do espaço onde as famílias se organizam antes para a vida, que para os negócios. Com isso queremos dizer que grande parte das famílias do campo são obrigadas a se inserirem nos mercados e nas diversas formas de produção, buscando sua reprodução, procurando suprir suas necessidades de sobrevivência, muito mais que pela possibilidade de acumular capital. Nestas diversas formas de organização, a vida no campo ganha um sentido mais amplo que o mero processo de produção e mercantilização.

Com um amplo movimento e participação social começam a surgir algumas conquistas, quando em julho de 1997 acontece em Brasília o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - I ENERA. Na evolução deste encontro e com efetivo empenho do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), foi implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).⁵⁴ Em 2010, durante o IV Seminário Nacional do

⁵³ Documentos e Diretrizes oficiais sobre a Educação do Campo podem ser encontrados em <http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/anexo.html> Acesso em fevereiro de 2011.

⁵⁴ Criado em 1998 o PRONERA tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados pela reforma agrária. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, desenvolvendo ações de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ensino de educação básica (alfabetização, ensino fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e diferentes cursos superiores e de especialização. Capacita também educadores, para atuar nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais

PRONERA, o presidente Lula assinou o Decreto 7.352, que tratou sobre a política de educação do campo e definiu que esta seria destinada à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, sendo desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, regida pela LDB e pelas orientações do Decreto⁵⁵ anunciado. Esclarece ainda que por escola do campo entende-se aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou aquelas situadas em área urbana, mas que atendam predominantemente populações do campo.

Pensando nas formas de articulação, em 1998 foi criada a “Articulação Nacional por uma Educação do Campo”. Esta constitui-se em uma entidade supra-organizacional entre os diversos movimentos de educação do campo, sendo que dentre suas conquistas pode-se mencionar a realização de duas Conferências Nacionais por uma Educação Básica do Campo, em 1998 e 2004, a instituição pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002 e a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003. Em 2004, a Coordenação Geral de Educação do Campo é vinculada no âmbito do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, e a partir de então tem uma instância responsável, especificamente, pelo atendimento dessa demanda.

O movimento de educação do campo considera e respeita a existência de tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir, entre campo e cidade, mas contrapõe-se a pretensa superioridade do urbano sobre o rural, admitindo poder haver diversos modelos de organização da educação e da escola. Com esse pensamento busca o cumprimento do direito de acesso universal à educação e a legitimidade dos processos didáticos localmente significados, somados à defesa de um projeto de desenvolvimento social e econômico onde a escola do campo possa dar sua contribuição estratégica. Pensar na contribuição que a escola pode oferecer significa pensar no acesso e nas condições das pessoas e da educação no campo.

para agirem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. O documento na íntegra pode ser encontrado em http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=49&Itemid=75 Acesso em 05 de janeiro de 2011.

⁵⁵ Para verificar o Decreto na íntegra acessar <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1025597/decreto-7352-10> Acesso em 7 de fevereiro de 2011.

Estudo do Inep/Mec (2007) retrata as condições do ensino da população rural⁵⁶ brasileira, constando diversas fragilidades para este segmento da população. De acordo com os dados levantados no Censo Escolar 2005, a rede de ensino da educação básica da área rural era constituída por 96.557 estabelecimentos de ensino, representando 46,6% das escolas do País (207.234). Atendia 5.799.387 alunos no Ensino Fundamental, que representam 17,3% da matrícula nacional nesse nível. 71,5% dos alunos em escolas rurais de Ensino Fundamental⁵⁷ estavam matriculados de 1ª a 4ª série. As séries finais (de 5ª a 8ª) atendiam⁵⁸ 1.652.749 alunos (28,5%). A oferta de ensino médio é bastante limitada na zona rural. De acordo com o Censo Escolar 2005, as 1.377 escolas rurais de Ensino Médio atendiam 206.905 alunos, o equivalente a 2,5% da matrícula nacional nesse nível de ensino.

Em 2002, o Censo Escolar identificou 3.557.765 alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, residentes na zona rural utilizando o transporte escolar público estadual e municipal, em 2005 o número de alunos atendidos subiu para 4.205.204. O notável crescimento (18,19%) do contingente em apenas 3 anos é indicador da dimensão da demanda reprimida em anos anteriores. Esta situação ainda persiste em boa parte do território nacional. Dentre os estudantes que habitam o mundo rural em 2005, 61,9% eram transportados para escolas localizadas na zona urbana e 38,1%, para escolas rurais. No gráfico abaixo vamos notar que quanto mais os alunos vão estudando, mais eles precisam se deslocar do seu meio.

⁵⁶ Para conferir estas disparidades também existe um estudo publicado em maio de 2009, intitulado de “Oficinas de indicadores e equidade do sistema nacional e desigualdades na escolarização do Brasil”, encontrado em http://myuminfo.umanitoba.ca/Documents/2833/desigualdades_na_escolarizao_no_brasil%5B1%5D.pdf Porém este estudo não é tão completo como o que usamos, e por temer critérios diferentes optamos em não usar. Acesso em 03 de março de 2011.

⁵⁷ De acordo com o Censo Escolar 2005, 93% dos estabelecimentos da zona rural que ministram o ensino fundamental de 1ª a 4ª série pertencem às redes municipais.

⁵⁸ As redes municipais ofertam a 81,2% do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª no meio rural.

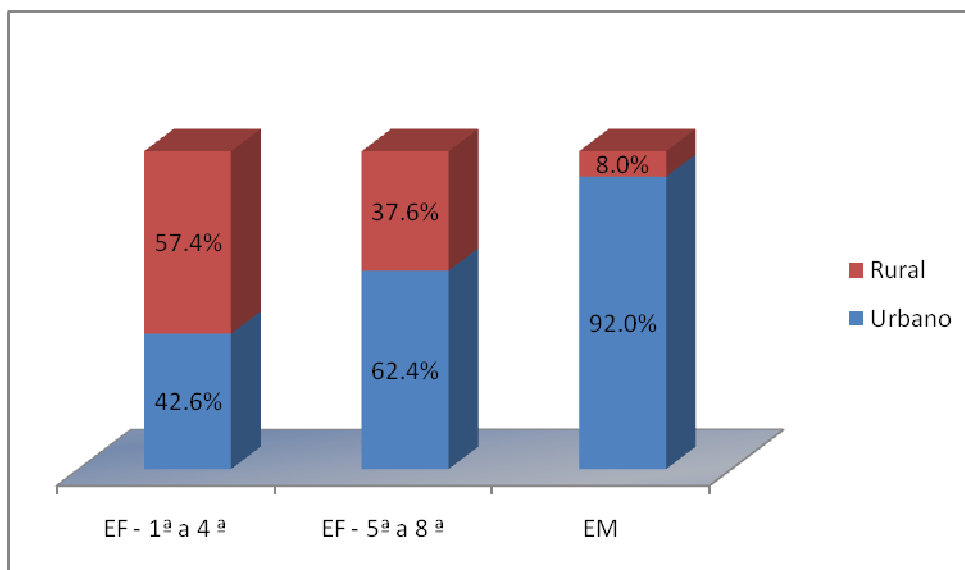


Gráfico 3: Distribuição percentual dos alunos residentes na área rural que utilizam transporte escolar oferecido pelos poderes públicos (estadual ou municipal) por nível de ensino segundo a localização da escola. Situação em 2005.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Inep/Mec, 2007.

O estudo informa que para melhorar a educação do campo é necessário mais que qualificação dos professores e melhorias físicas das escolas. Requer um currículo escolar que leve em consideração a vida e os valores de sua população. Somado a isto apontou para a insuficiência e a precariedade das instalações físicas da maioria das escolas; as dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas; a falta de professores habilitados e efetivados. Também destacou o currículo escolar que privilegia uma visão urbana de educação e desenvolvimento; a ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais; o predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade; a falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais; baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série. Além de baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os dos que atuam na zona urbana; a necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas; a implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural.

Em números, todo este movimento por uma educação do campo se justifica. Muitos itens citados acima podem ser medidos e nos oferecem uma noção do tamanho dos desafios. Números da Pnad 2004 apontam que 29,8% da população adulta⁵⁹ da zona rural é

⁵⁹ Aqui são consideradas adultas as pessoas de 15 anos ou mais.

analfabeta⁶⁰, enquanto na zona urbana essa taxa é de 8,7%. Também é possível identificar com maior precisão as diferenças entre a escolaridade média das populações rural e urbana em todas as regiões do país. Enquanto a população com mais de 15 anos no meio rural tinha em média 4 anos de estudo, a população urbana tinha 7,3 anos. A Região Sul apresenta a maior média de anos de estudo para a população rural (5 anos). Através dos números na tabela podemos analisar estas diferenças. Contata-se que esses indicadores de educação vêm melhorando, exceto os indicadores da população rural no Nordeste, que apresentaram piora em 2004, se comparados com a situação do ano 2000.

Tabela 1: Média dos anos de estudo da população rural e população urbana, por região em 2000 e 2004, e média em 2007.

Regiões Geográficas	Rural		Urbano	
	2000	2004	2000	2004
Brasil	3,8	4,0	6,9	7,3
Norte	3,3	4,0	6,5	6,9
Nordeste	3,2	3,1	6,0	6,3
Sudeste	4,5	4,7	7,3	7,7
Centro-Oeste	4,2	4,7	6,9	7,4
Sul	4,9	5,0	7,3	7,7
Total	3,9	4,2	6,8	7,2
Média em 2007	4,5		7,8	

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000, Pnad 2004, IBGE (2007).⁶¹

O prognóstico de 30 anos para a população rural alcançar os índices do ensino urbano demonstra o tamanho do desafio a ser enfrentado. Um indicador importante para alcançar esse objetivo começa aparecer quando a mesma pesquisa aponta que 97,1% da população rural de 7 a 14 anos frequenta o Ensino Fundamental, com 93,8% de frequência líquida. Esta situação começa a se complicar quando os alunos chegam à faixa etária de 15 a 17 anos de idade. No meio rural pouco mais de um quinto dos jovens nessa faixa etária está frequentando o ensino médio, na Região Sul este número melhora e chega a 48,2%. Somado ao problema dos alunos desta faixa que não frequentam a escola, encontra-se o baixo desempenho escolar daqueles que frequentam o que contribui para as altas taxas de evasão escolar.

⁶⁰ Aqui não são contabilizados os analfabetos funcionais, aqueles que iniciaram em não completaram os primeiros quatro anos de estudo.

⁶¹ Verificar o documento do IBGE, Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 23, Síntese de Indicadores Sociais, Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2008.

O problema do rendimento escolar é considerado grave e pode ser notado através das taxas de distorção série/idade dos alunos. O estudo aponta que o problema no meio rural começa aparecer já nas primeiras séries do Ensino fundamental com uma defasagem de 41,4% dos alunos, no final do Ensino Fundamental esta taxa sobe para 56% e chega no Ensino Médio⁶² com uma defasagem de 59,1%. Na Região Sul as taxas de distorção idade/série são de 15% para as séries iniciais do Ensino Fundamental e de 31,5% para o Ensino Médio.

Sabemos que uma das condições importantes para o sucesso do aprendizado dos alunos é a qualificação dos professores. Mas qual era a situação dos professores em 2005? No Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, 21,6% dos professores das escolas rurais têm formação superior, enquanto nas escolas urbanas esse contingente representa 56,4% dos docentes. O mais preocupante é a existência de 6.913 funções docentes estarem sendo exercidas por professores com apenas o Ensino Fundamental. A maioria desses professores leigos atua nas Regiões Nordeste e Norte, onde os índices de distorção série/idade dos alunos também são maiores. O aspecto positivo é que de 2002 a 2005 o número de professores leigos na área rural teve uma redução de 8,3% para 3,4%. Para as séries finais do Ensino Fundamental no meio rural, 46,7% dos professores possuem Ensino Médio completo e 53,1% possuem Ensino Superior. No Ensino Médio 11,3% (1.686) dos professores tem escolarização correspondente a de seus alunos, já 88,7% possui Ensino Superior.

Os dados que apresentamos retratam um quadro de debilidades na educação brasileira, especialmente no meio rural. Porém percebemos que existem avanços e preocupação do Estado em estudar a situação, além de como citamos, ser necessário reconhecer a contribuição dos movimentos sociais para a contribuição de novas propostas de ensino. Se a proposta de educação do campo não atingiu sua maturidade, no mínimo não se pode desprezar sua significativa contribuição para pensar num processo de educação onde se relacionam abstração, conhecimento científico e vida cotidiana. No bojo da proposta da educação do campo não está a educação pela educação, o saber pelo saber, mas o saber para a autonomia, o saber que faz pensar nas práticas realizadas e nas possibilidades de mudança.

⁶² No meio urbano também ficou constatado este problema, onde os alunos chegam no Ensino Médio com uma defasagem de 46%.

Pensar um ideal de educação com esta intencionalidade significa num primeiro momento melhorar a infraestrutura do ensino e igualmente orientar para que a superestrutura educacional trabalhe visando à garantia e a qualidade do ensino. Cabe ressaltar que a efetivação de uma política pública de Educação do Campo impõe-se como uma exigência para o cumprimento dos objetivos e metas traçados pelo Plano Nacional de Educação (PNE); e para a implementação das Diretrizes Operacionais⁶³ para a Educação Básica nas Escolas do Campo, ambas fixadas pelo Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002.

3.5 A Pedagogia da Alternância no Brasil

A Pedagogia da Alternância (PA) surgiu na França, na década de 1930,⁶⁴ onde o Padre Abbér Granereau em conjunto com um pequeno grupo de famílias fundou a primeira Maison Familiale Rurale (MFR), mais tarde conhecidas como Casas Familiares Rurais (CFRs). Estes lavradores e lideranças tinham como objetivo criar um espaço de ensino para que seus filhos pudessem ter um estudo voltado para a realidade em que estavam inseridos, na prática queriam uma profissionalização e uma formação social que não desvinculasse os filhos de suas famílias e da comunidade em que viviam.⁶⁵ No Brasil, a primeira experiência desenvolvida foi a Escola Família Agrícola (EFAs), inspirada no modelo francês, e sob influência italiana,⁶⁶ implantada no final da década de 1960 no Estado do Espírito Santo, sob a coordenação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES).

Na Pedagogia da Alternância, a formação do aluno acontece em regime de alternância, baseada em uma proposta de ação, reflexão e ação. A realidade para a formação nesta proposta de ensino exige a relação do aluno com o cotidiano familiar, por isso, os jovens que moram e trabalham no campo, junto de suas famílias, vão para a escola para refletir sobre a realidade, aperfeiçoar seus conhecimentos sem se desvincular delas. Permanecem na escola,

⁶³ No site http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=323:orgaos-vinculados é possível verificar os pareceres e resoluções que orientam a política de Educação do Campo. Acesso em 07 fevereiro de 2011.

⁶⁴ Esta modalidade de ensino migrou para a Itália e na década de setenta já existiam experiências de alternância em dezenove países da África, América Latina e Europa.

⁶⁵ Para maiores referências sugerimos ler Gimonet (2007).

⁶⁶ As experiências em alternância na Itália surgiram em 1961, na região de Treviso e Ancona e foram chamadas de Scuola della Famiglia Rurale ou Scuola-Famiglia, adaptando a metodologia das Casas Familiares Rurais francesas à situação italiana.

em regime de internato, por um determinado período, normalmente uma semana, e retornam às suas unidades familiares procurando lá, no seu lugar de trabalho e espaço de vida, aplicar os conhecimentos e tecnologias difundidas na escola. No mesmo período que estão aplicando os conhecimentos com suas famílias, se deparam com novas situações e dificuldades que são anotadas e trazidas para serem problematizadas e debatidas na próxima alternância presencial na escola. Desta forma a alternância acontece com a articulação do tempo-escola e o tempo-comunidade, possibilitando o tripé prática-teoria-prática, mediado por instrumentos pedagógicos que fomentam uma práxis de transformação da realidade dos alunos.

Para Nosella (2007) a alternância não deve ser considerada uma mera justaposição de espaços e tempos, uns dedicados ao trabalho e outros ao estudo. O currículo deve integrar os dois polos, despertando na consciência dos jovens, das famílias, das comunidades, das instâncias políticas e técnicas, um ousado projeto de desenvolvimento sustentável. Para o mesmo, a fórmula básica da pedagogia da alternância expressa um compromisso político bem preciso ao rejeitar a discriminação do homem e da cultura do campo. Embasa o processo educativo na responsabilidade fundamental e inalienável da família e da comunidade, bem como na dialética entre prática e teoria.

Em se tratando de uma proposta baseada na Pedagogia da Alternância, verifica-se a relação teoria e prática que, proporcionada por este tipo de organização, pressupõe que haja tempo tanto para experiência, quanto para aquisição do conhecimento teórico, refletido e experimentado na ação. A questão principal desta metodologia está em, não segregar o que é teoria e o que é prática, mas sim, unir os dois momentos numa tentativa de educação mais complexa, que possa ser vivenciada e refletida, ao mesmo tempo em que é acompanhada tanto pela família, quanto pelos orientadores a serviço desta metodologia. Na construção deste saber, tão importante quanto a formação técnica, é fundamental o envolvimento ativo da família de cada jovem e demais parceiros para que aprendizagem seja bem sucedida e possa alcançar seus objetivos.

A formação em alternância requer organização, atividades e instrumentos pedagógicos⁶⁷ específicos para articular os tempos e espaços a fim de associar e colocar em sinergia as dimensões profissionais e gerais, e para otimizar as aprendizagens. Nesta

⁶⁷ Vamos explicitar esses instrumentos no processo de formação do PEJR, na próxima sessão.

organização os professores, denominados educadores em alguns centros de formação, ou monitores, em outros, precisam estar muito comprometidos com o processo educativo. Devem estar atentos e apropriados ao processo de formação, prestando atenção na dinâmica da própria Pedagogia da Alternância, na relação entre os jovens e suas famílias, na aprendizagem e principalmente na relação dos conteúdos, daquilo que se ensina com aquilo que o jovem e a família esperam da formação dos alunos. Desenvolver a PA requer conhecer os adolescentes e os jovens rurais, seus interesses e expressões para interferir através de um modelo de ensino diferenciado que precisa ser construído e reconstruído constantemente.

Em maio de 2006 o Ministério da Educação⁶⁸ reconhece que a Educação do Campo é papel estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural brasileiro e que a Pedagogia da Alternância vem se destacando para os anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Médio. O documento encaminhado é aprovado pelo SECAD/MEC buscava resolver impedimentos que dificultavam a certificação dos alunos que frequentavam Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs).⁶⁹ O mesmo documento identifica as instituições que compõem a rede e fornece noções da amplitude do trabalho desenvolvido: as EFA contam com 123 centros em 16 Estados da Federação; as CFR com 91 centros em seis Estados; a ECOR com 3 centros no Espírito Santo; as Escolas de Assentamento (EA), com 8 centros no Espírito Santo; o Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais (PROJOVEM), com 7 centros em São Paulo; as Escolas Técnicas Estaduais (ETE), com 3 centros em São Paulo; as Casas das Famílias Rurais (CDFR), com 3 centros em 3 Estados e o CEDEJOR, com 4 centros no Sul do país. Estas instituições de ensino se desafiam a desenvolver uma prática pedagógica em alternância arraigada na realidade que estão inseridas, procurando ser um referencial de ensino mais adequado para a população do campo.

68 Documento original encontrado em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_06.pdf Acesso em 13 de janeiro de 2011.

69 Esta terminologia foi assumida num encontro em Foz do Iguaçu (RS), nos dias 07 a 08 de abril de 2001 e contou com a participação de representantes das EFAs, CFRs e Projovem. Participaram também representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fonte: NEAD, 2001. As Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais são organizações com maior experiência histórica e de maior expressão no Brasil e no mundo. Um CEFFA nasce da iniciativa de famílias que se agrupam em associação para criar e gerir uma “escola” da qual assumem todas as responsabilidades no plano legal, financeiro e moral. A Associação desse jeito não é somente uma estrutura jurídica e de gestão. Ela é um fundamento de cada estabelecimento, um meio dado à famílias e responsáveis de um ambiente para exercer suas responsabilidades: ela é um espaço de expressão e de poder.

4 O PROJETO EDUCACIONAL DE ENRAIZAMENTO DOS JOVENS RURAIS NO CEDEJOR

O projeto de enraizamento dos jovens rurais no Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) é orientado pelo Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR). O foco de atuação do programa está voltado para ações de desenvolvimento e promoção dos jovens rurais. Nesta sessão pretendemos apresentar o Instituto Souza Cruz (mentor do programa), o CEDEJOR (quem aplica o programa) as concepções e orientações metodológicas do PEJR, destacando alguns aspectos importantes desta trajetória. No plano educacional é importante relacionar a formação teórica com os objetivos a serem alcançados com a formação. Para esta análise, um dos aspectos importantes a se considerar e que estaremos apresentando é relativo à região onde estes jovens estão inseridos, mais especificamente a Região do Vale do Rio Pardo.

4.1 O Desenvolvimento Institucional do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural

O Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) começou a ser gestado em novembro de 2000, na cidade de Lajeado/RS. A convite do Instituto Souza Cruz, reuniram-se representantes dos Conselhos de Defesa dos Direitos da Infância e da Adolescência (ECA), profissionais de órgãos do governo e da sociedade civil que desenvolviam trabalhos educacionais, sociais, religiosos e sindicais; membros da academia e da comunidade. Constituindo um grupo que compunha grande diversidade de experiências e um desejo compartilhado de fazerem parte do processo de construção de uma proposta de intervenção junto aos jovens rurais da região.⁷⁰

Na pauta deste encontro estava o debate sobre o êxodo dos jovens rurais, como construir projetos sociais e como gerenciar projetos voltados para estes jovens. Em dezembro de 2000 o grupo discutiu e desenvolveu a temática de monitoramento e avaliação do projeto,

⁷⁰ Entre os participantes desta construção destacaram-se três forças políticas que desejavam a implementação de um projeto em sua comunidade de base, sejam a Secretaria de Educação de Santa Cruz do Sul, lideranças da comunidade de Albardão em Rio Pardo, e uma terceira, também de Rio Pardo, representava a Casa Jesus Maria José.

pensou nos objetivos do mesmo, aprofundou conhecimentos sobre ações e processos gerenciais. Foi realizado um diagnóstico da localidade onde o projeto pudesse vir a ser desenvolvido. A intenção da atividade era impulsionar a troca de conhecimentos entre os participantes para a construção coletiva de um projeto de empreendedorismo juvenil. Para ampliar o horizonte de ação o Instituto Souza Cruz propôs a realização de visitas a experiências de referência a trabalhos já desenvolvidos com jovens rurais. Os participantes foram divididos em três grupos que visitaram as experiências do Projovem, em Presidente Venceslau/SP; a Escola Família Agrícola, em Piúma/ES; e a Casa Familiar Rural Santo Agostinho, em Quilombo/SC.

A visita e socialização sobre estas experiências foram fundamentais para a formatação da proposta a ser desenvolvida. Como traços fortes trazidos das experiências observadas foi a inclinação em desenvolver o processo educativo dos jovens rurais amparados pela Pedagogia da Alternância, ter um processo contínuo de formação de educadores, trabalhar a dimensão técnica vinculada com um projeto de vida. Estimulando o empreendedorismo e a gestão, buscando proporcionar um planejamento flexível à realidade dos jovens rurais e a possibilidade de criação de alternativas econômicas para eles. Estas características apontadas foram trabalhadas para serem incorporadas na elaboração do modelo a ser desenvolvido na região do Vale do Rio Pardo.

Como decorrência deste processo, em Assembleia Geral com mais de 80 pessoas, em julho de 2001 é fundado no Vale do Rio Pardo/RS, o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR), que dois anos depois passou a ser reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).⁷¹ Os principais objetivos e linhas de atuação, segundo o estatuto social do CEDEJOR são: promover ações sociais, educacionais e culturais que contribuam para a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida nas regiões onde atua. Para consecução desses fins a instituição se propõe a desenvolver processos educativos participativos que busquem a formação do jovem rural que permitam a gestão de alternativas

⁷¹ A Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999 dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Pela referida Lei as OSCIPs podem executar projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins. Dispõe ainda de um Termo de Parceria, considerado como instrumento possível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes.

voltadas ao desenvolvimento econômico e social integrado e sustentável das comunidades rurais. Como missão a instituição visa “contribuir para a formação de jovens empreendedores – denominados Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs), através de iniciativas educacionais e da consolidação de parcerias interinstitucionais que promovam o desenvolvimento sustentável de territórios rurais.”⁷²

Como citamos no início desta sessão, o CEDEJOR foi criado por motivação do Instituto Souza Cruz. O Instituto desde sua fundação pretendia contribuir para desenvolver o potencial dos jovens rurais para tomarem decisões importantes e vitais para o futuro deles e ao mesmo tempo contribuir com o desenvolvimento das comunidades rurais. Nas palavras da diretora-executiva do Instituto na época, “a educação das novas gerações para o desenvolvimento sustentável é o melhor caminho para a quebra do ciclo de reprodução da pobreza de uma geração para outra” (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2001, p. 5). Para realizar este trabalho o Instituto se dispôs a investir em quatro diretrizes, sejam a “Educação para o Empreendedorismo, Educação para Valores, Educação para o Meio Ambiente e Educação para o Turismo” (Idem).⁷³

O Instituto representa o setor de Responsabilidade Social da Souza Cruz, que é subsidiária do grupo *British American Tobacco*. A empresa agrega em seu portfólio mais de 250 marcas de cigarros e comercializa seus produtos em 180 países. No Brasil a Souza Cruz S/A possui seis das dez marcas de cigarros mais vendidas e representa 62% dos negócios neste mercado. São aproximadamente quarenta mil produtores da agricultura familiar integrados, que recebem assistência técnica da companhia. A empresa exporta anualmente mais de 120 mil toneladas de fumo para mais de 50 países nos cinco continentes. Em Santa Cruz do Sul/RS a empresa foi instalada em 1917. Desde que surgiu a atividade do tabaco, Santa Cruz do Sul tem se tornado um polo nacional deste negócio. Demonstrando a importância deste negócio, atualmente o tabaco é a mais importante cultura agrícola não alimentícia do planeta e contribui substancialmente para as economias de mais de 150 países, ocupando no mundo uma área cultivada de 0,3% com plantações de tabaco.⁷⁴

⁷² Citado em <http://www.cedejor.org.br/ctms/1/15/missao> Acesso em 18 de fevereiro de 2011.

⁷³ A citação pode ser encontrada com seus complementos em [http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/ins_8bfk5y.nsf/vwPagesWebLive/DO8BGJPX/\\$FILE/medMD8EEGPJ.pdf?openelement](http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/ins_8bfk5y.nsf/vwPagesWebLive/DO8BGJPX/$FILE/medMD8EEGPJ.pdf?openelement) Acesso em 18 de fevereiro de 2011.

⁷⁴ Informações obtidas pelo site <http://www.souzacruz.com.br/> Acesso em 15 de março de 2011.

As empresas fumageiras são muito contestadas por causa dos malefícios apresentados por seus produtos, especialmente pelo cigarro. Muitas doenças e causas de morte são associadas ao consumo deste produto. Nas próprias cartelas de cigarros há advertência quanto ao efeito nocivo de seu uso e os males que eles podem causar. Outro aspecto contestado é o uso de agrotóxico no cultivo do tabaco, causando males à saúde dos produtores, além de poluir o meio ambiente. No aspecto econômico destaca-se a e extrema dependência à qual os produtores de tabaco se submetem na integração com as empresas, desde o plantio até a comercialização do produto. Embora os produtores reclamem do preço recebido pela arroba do tabaco, nesta região este produto continua sendo o que apresenta maior renda por hectare cultivado. Tendo em vista que muitos agricultores possuem pequenas propriedades de terra, o cultivo deste produto representa a alternativa de renda mais atrativa nesta região.

Pela forte relação com o Instituto Souza Cruz,⁷⁵ o CEDEJOR ficou conhecido nesta região como um projeto da Souza Cruz e isto tem gerado várias críticas, que de certa forma tem dificultado o fortalecimento de sua identidade e formalização de outras parcerias. A Souza Cruz/SA apoia muitas iniciativas sociais em nossa região, e pelo entendimento que se tem é que se trata de um projeto da empresa para melhorar sua imagem diante dos protestos antitabagistas. Dentre estes estudos, o trabalho de JOHNS & MONTEIRO (2005), intitulado “Responsabilidade Social Empresarial, a Nova Face da Indústria do Tabaco”, ilustra este debate e contempla a visão de diversos institutos e organismos sobre os aspectos éticos das ações de responsabilidade social dos institutos de empresas, relacionando os produtos produzidos pelas empresas com as práticas de Responsabilidade Social. Em sua pesquisa as autoras procuram responder se uma empresa de tabaco pode ser considerada socialmente responsável, e chegam a seguinte constatação:

Talvez não haja resposta definitiva de que isso não é possível, ou talvez existam respostas diferentes para cenários distintos e vale a pena recorrer a alguns deles. Com base no *modus operandi* da indústria do tabaco hoje, pode-se concluir com muita propriedade que ela não é e não tem legitimidade ética e moral para ser

⁷⁵ Outra iniciativa do Instituto Souza Cruz que busca apoiar o desenvolvimento dos jovens rurais é a Câmara da Juventude Rural, que busca articulação institucional e intercâmbio de ideias e experiências entre organizações que possuem programas de educação voltados ao desenvolvimento de jovens rurais. A Rede de Fortalecimento Institucional do Jovem Rural é outra iniciativa que vincula diversas instituições com objetivo de promover ações de cooperação em defesa conjunta da causa dos jovens rurais. É também articulador da Jornada Nacional do Jovem Rural e do Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira. Informações no site www.institutosouzacruz.org.br Acesso em outubro de 2010.

uma empresa socialmente responsável, mas que vem sendo muito hábil em se apropriar dos conceitos de RSE para recuperar sua imagem prejudicada, sobreviver e para se posicionar como um ator social legítimo (JOHNS & MONTEIRO 2005. p. 26).

Em nossa opinião, toda empresa está inserida e sujeita às ordens de mercado onde predomina o sistema capitalista, cada vez mais competitivo. Para nós, neste sistema as ações de Responsabilidade Social das empresas estão indubitavelmente relacionadas a melhorar sua imagem, pois é do governo a função de amparar sua população; a do primeiro setor, neste sistema, é obter lucros. Neste sentido seria louvável que ao invés de o CEDEJOR ser amparado pelo Instituto de uma empresa privada, projetos como estes fossem assumidos pelo Governo Federal, pelos órgãos e instituições que contestam este trabalho ou, até mesmo por empresas consideradas (por estes críticos) Socialmente Responsáveis.

É provável que diante do câmbio desfavorável para a competitividade no Brasil, somado às pressões antitabagistas, as empresas relacionadas à produção e comercialização do tabaco reduzam suas atividades aqui e migrem para outros países (China e a África estão aumentando a produção de tabaco). Desta forma interessa a elas desenvolver ações para diluir a pressão social e a dependência do camponês da região frente ao cultivo do tabaco. Neste sentido, tanto o CEDEJOR como as instituições que contestam o cultivo do tabaco na região são funcionais à estratégia da Souza Cruz e demais empresas fumageiras da região. Ao promover alternativas de renda ao tabaco e criticar a dependência com relação a ele, estas entidades contribuem para a depressão dos protestos contra a diminuição de suas atividades nestes lugares. Os que se encontram em maior vulnerabilidade social são os agricultores, sujeitos que estão entre estas discussões e precisarão estar cada vez mais preparados para enfrentar os desafios para desenvolver novas atividades de geração de renda. Para alcançar esse objetivo todas as iniciativas devem ser aplaudidas.

Chegando aos dez anos de atividades, o CEDEJOR tem atuação nos três Estados do Sul do Brasil, atingindo aproximadamente 45 Municípios nos Territórios Vale do Rio Pardo⁷⁶ (no Rio Grande do Sul); Território Encostas da Serra Geral⁷⁷ (em Santa Catarina); Território

⁷⁶ O CEDEJOR teve origem no Rio Grande do Sul e sua fundação oficial foi datada em 23 de julho de 2001.

⁷⁷ O núcleo das Encostas da Serra Geral (ESG) em Santa Catarina teve sua fundação em 10 de dezembro de 2002. Em cinco turmas até o ano de 2010, formaram-se 97 ADRs. http://www.cedejor.org.br/ctms/2/18/santa_catarina Acesso em 5 de maio de 2011.

Centro-Sul do Paraná⁷⁸ e Território Caminhos do Tibagi,⁷⁹ no Paraná, conforme ilustrado na figura 1.

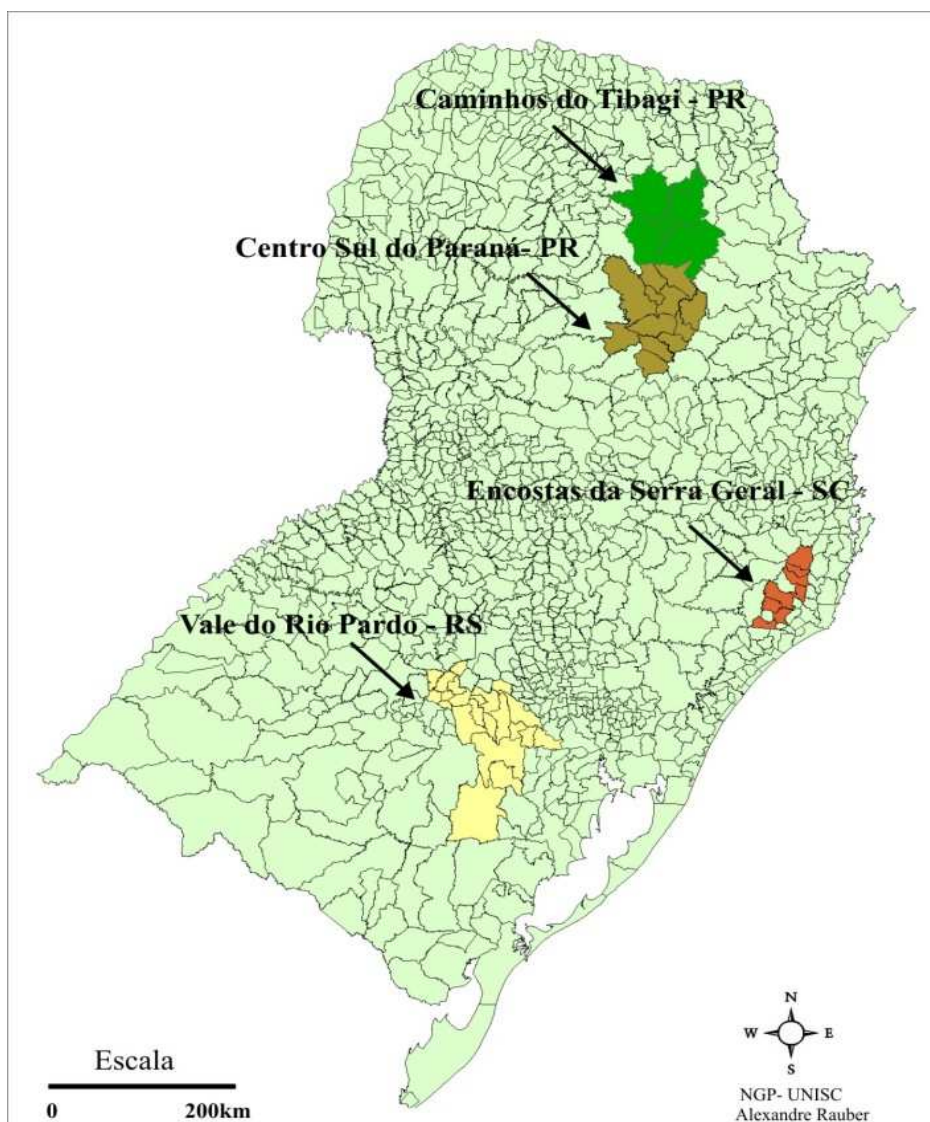


Figura 1 Localização dos centros de formação do Cedejor
Fonte: Departamento de geoprocessamento da UNISC. Maio de 2011.

O CEDEJOR tem seus centros de formação nos Municípios de Rio Pardo/RS; Lauro Muller/SC, Guamiranga/PR e Tibagi/PR. Nestes Municípios além do PEJR são desenvolvidos o Projeto Jovem Rural em Movimento; Projeto Gestão, Trabalho e Renda; Projeto de Soberania Alimentar; Projeto Juventude Rural em Movimento; Projeto Juvenil Chão de Sonhos e o Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR). São parceiros do

⁷⁸ O núcleo do Cedejor Centro-Sul do Paraná (CSP) teve sua fundação em 05 de julho de 2004. Em cinco turmas até o ano de 2010, formaram-se 68 ADRs. http://www.cedejor.org.br/ler/2/19/55/cedejor_centro-sul_do_parana_e_caminhos_do_tibagi Acesso em 5 de maio de 2011.

⁷⁹ A coordenação do PEJR no Território Caminhos do Tibagi iniciou em 2011. Na primeira turma em 2010 formaram-se 22 ADRs.

CEDEJOR o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Oi Futuro, o Instituto Souza Cruz e diversas Prefeituras Municipais.⁸⁰

4.2 O Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural

Finalizado o processo legal de fundação do CEDEJOR em julho de 2001, no mês seguinte foi estabelecida uma parceria com a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) para a elaboração do documento que orientaria o processo de formação dos jovens rurais, por hora denominado como Projeto Político-Pedagógico (PPP). Na sequência será apresentado o referencial que constituiu este primeiro documento e como ele foi evoluindo até vir a se constituir como a Unidade Político-Metodológica (UPM) do PEJR. Estes dois documentos nos parecem importante e nos reportaremos a eles em nossas análises da pesquisa de campo.

Primeiramente o Projeto Político-Pedagógico (PPP) não deve resumir-se a um documento elaborado e que tenha somente a função precípua de atender às exigências legais e burocráticas. É um projeto porque apresenta ações concretas a se executar em determinado período de tempo, é político porque se apresenta num espaço de formação de cidadãos que atuarão em uma sociedade modificando os rumos que ela vai seguir. É pedagógico porque define e organiza as atividades educativas necessárias ao processo de ensino e aprendizagem indicando a direção a ser seguida. Nas palavras de Veiga

[...] o projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia (...) diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão (VEIGA, 1995, p.15).

Partindo dos pressupostos apresentados o PPP foi conduzido por uma equipe de profissionais da UNISC e realizado com pais, educadores e os jovens que já haviam iniciado

⁸⁰ Demais informações podem ser encontradas em <http://www.cedejor.org.br/> Acesso em 17 de fevereiro de 2011.

sua participação no PEJR. A opção pelo processo participativo revela o processo democrático de sua construção, proporcionando a reflexão crítica dos participantes e partilhando o poder para que juntos se buscasse construir uma proposta que atendesse as expectativas dos participantes, ao mesmo tempo em que fosse de acordo com a realidade local. Nesta metodologia

[...] o saber deixa de ser considerado como propriedade de ‘especialistas’, passando a valorizar a construção, a participação, o diálogo, o poder coletivo local, a formação da consciência crítica a partir da reflexão sobre a prática da mudança (VASCONCELLOS, 1999, p.31).

Baseado nesta metodologia foi construído o primeiro documento que serviria de base para o PEJR, naquela época conhecido como “Projeto CEDEJOR.” Desta forma a orientação para a formação das primeiras três turmas do programa foi elaborada com bases no Projeto Político-Pedagógico (PPP), desenvolvida com os pais e os jovens rurais que estavam iniciando a formação.⁸¹

A leitura dos participantes quanto aos aspectos políticos, econômicos, culturais, religiosos e sociais apresentados no Marco Situacional⁸² no PPP mostra a insatisfação dos jovens com a corrupção na política, com a desigualdade social, com a falta de apoio para a pequena agricultura. Em outros depoimentos citados no PPP (2001) é possível identificar uma visão diferente de outros jovens, quando registram que o Governo do Estado está ajudando a todos com alguns projetos, como o Orçamento Participativo, em que todos decidem o que querem; O Banco da Terra que dá empréstimos para os agricultores visando à compra de terras, a Universidade Estadual que vai dar oportunidades a todos os que não têm condições de pagar seus estudos. Com essas observações, é possível perceber a diversidade de pensamento no grupo, o que aponta que os educadores teriam que ter muito cuidado e habilidade para fazer uma reflexão de acordo com as situações distintas apresentadas.

Para auxiliar na especificação da proposta de trabalho da instituição os participantes responderam quem eram, que conteúdos queriam trabalhar, com que metodologia queriam

⁸¹ O PPP foi elaborado conforme a orientação de Gandin (1994), dividido em Marco Situacional, Marco Doutrinal, Marco Operativo, Diagnóstico e Avaliação.

⁸² O marco situacional é a primeira aproximação da instituição que planeja à realidade. Não é uma abordagem científica, é um situar-se no mundo, um sentir os problemas e esperanças (GANDIN, 1994).

desenvolver o trabalho e como deveria ser feita a avaliação. Nos trabalhos de grupo foi possível identificar as expectativas dos jovens em relação aos estudos que estavam iniciando. Os jovens se definiram como filhos de agricultores, privilegiados por terem a possibilidade de crescer culturalmente, profissionalmente e com expectativa de melhorar a condição de vida. Defenderam que os conteúdos fossem trabalhados de forma participativa, com ajuda de dinâmicas de grupo, ajuda de recursos de teatro e vídeo. As avaliações deveriam ser constantes e todos deveriam ser avaliados por todos, educadores e jovens.

Feito um diagnóstico, surgiu uma variedade de conteúdos a serem trabalhados, dentre eles: formação de liderança e comunicação; formas de manejo do solo e técnicas de adubação; plantio rotativo de culturas, minhocário e agroecologia; cultivo de sementes crioulas e adubação verde; combate às pragas sem agrotóxico, produção de biofertilizantes; administração da propriedade (saber onde, quando e como investir); piscicultura, agroindústria, suinocultura, aviário, pecuária; cursos voltados à veterinária, gado de corte, informática, educação física, matemática, ciências, manutenção de máquinas agrícolas e formação de cooperativas. O interesse desses jovens por conteúdos técnicos não é gratuito e demonstra a intenção deles em participar no programa, ou seja, melhorar a propriedade.

Diante de uma proposta de ensino focada na formação durante três anos, a responsabilidade dos educadores tornou-se elevada. Observou-se que estes precisavam ir percebendo as demandas e a motivação dos jovens durante a formação, preparando e ordenando os conteúdos nos três eixos de formação (humano, técnico e gerencial). Um dos educadores⁸³ que participou na primeira turma de formação dos jovens disse que aguardou ansiosamente pelo documento denominado PPP, pois esperava que orientasse seu planejamento. Porém disse que ao ler o PPP ficou

[...] pensando como poderia aproveitar, como aplicar aquilo com os jovens, e não entendi mesmo. A comunidade veio participar, levantou os anseios, aquilo que esperava, mas no documento não consegui encontrar as respostas, de como trabalhar. Ficou uma grande responsabilidade nas nossas mãos, nós precisávamos dar resposta para a comunidade sobre coisas que nem nós tínhamos segurança. Aqui na lavoura quando planto, sei o que vou fazer, como vou cuidar até acontecer a colheita. No Cedejor eu ainda não tinha esta apropriação, e isso gerava muita insegurança, para nós educadores, como para os jovens (P. G., 54 anos. Foi educador. Entrevista em 01 de março de 2011).

⁸³ Nesta pesquisa, os nomes dos personagens entrevistados podem não corresponder ao seu verdadeiro nome.

Outro aspecto importante no processo de formação dos jovens é que no final dos três anos de formação eles precisavam desenvolver um projeto de geração de renda. Este projeto era chamado de Projeto de Investimento de Capital (PIC) e através dele os jovens deveriam escolher uma atividade e realizar um projeto para desenvolvê-la, na expectativa de que este projeto pudesse contribuir para melhorar a renda da família. Para preparar os educadores para orientarem a metodologia de desenvolvimento dos projetos foram realizadas várias capacitações para os educadores. Porém o PPP sequer fez menção ao Projeto de Investimento de Capital e nem aponta proposições para o enfrentamento da monocultura do tabaco em nossa região. Vindo de uma Universidade⁸⁴ que teoricamente se mostra avessa ao cultivo do tabaco, isto nos causa estranheza, haja visto que o aspecto da geração de renda é um elemento central para permanência dos jovens no campo, e isto reflete de imediato aspectos importante para percebermos a contribuição do programa neste fator. Conforme o educador, durante a

[...] elaboração dos projetos dos jovens percebia-se que muitas vezes eles não se apropriavam do projeto que estavam realizando. Tinham muita dificuldade para realizar os projetos, que no meu entendimento, deveriam ser mais simples. Teve muitos projetos que os educadores precisavam assumir a coordenação para que ele fosse escrito. Então logo a diante percebia-se a frustração dos jovens e das famílias, que desenvolveram projetos complexos, que muitas famílias não entendiam e que na pratica não aconteciam, também por falta de recursos financeiros. (P. G., 54 anos. Foi educador. Entrevista em 01 de março de 2011).

Diante do PPP e das contribuições do educador percebemos que houve certa limitação, primeiro por parte de uma orientação para os educadores, seja no sentido da definição e ordenamento dos temas até a elaboração do PIC. Por ser a primeira turma que estava em formação é compreensível que tivesse havido algumas limitações, porém é preciso reconhecer que estas certamente tiveram seu peso no desenvolvimento dos jovens. Outro aspecto que percebemos na fala do educador é que muitos jovens tinham dificuldade na redação do PIC, seja pela complexidade do projeto, pela limitação dos jovens que tiveram um aprendizado limitado e também pela dificuldade de entenderem a importância de planejar, projetar uma atividade, já prevendo a dificuldade financeira para desenvolver o projeto na prática.

⁸⁴ Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

4.3 A Primeira Reformulação do Programa

Concluído o processo de formação das primeiras turmas em 2005, o aprendizado indicou para a construção de um documento⁸⁵ mais consistente para a orientação dos educadores, parceiros e demais envolvidos no programa. Desta forma é criada a Unidade Política Metodológica (UPM), um documento dirigido às equipes que realizam a formação dos jovens rurais e parceiros, com a finalidade de orientar e dar unidade ao trabalho desenvolvido. Com a nova orientação o programa continua sendo executado através da Pedagogia da Alternância, agora com um ano de formação a menos. Passa a ser desenvolvido em dois anos, em 22 semanas presenciais no Núcleo,⁸⁶ intercalando com tempo de vivência dos jovens com suas famílias. As semanas que os jovens passam internados no núcleo são chamadas de semanas presenciais, e o período de formação ultrapassa as 22 semanas no núcleo, isto porque o período que o jovem passa com a família também é considerado tempo e espaço de formação. Pois lá, com as famílias, os jovens estão aplicando os conhecimentos, identificando outros problemas e questões, para serem novamente trabalhadas e aprofundadas na próxima vinda ao centro de formação.

A Unidade Político-Metodológica (UPM) apresenta as concepções do Programa do Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) de forma detalhada. No quadro abaixo apresentamos uma síntese da UPM do programa.

Metodologia	Descrição
a) A Identidade Organizacional apresenta a Missão, Visão e Objetivos do Programa Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR).	Apresenta as concepções orientadoras do Programa Empreendedorismo do Jovem Rural, idealizado pelo Instituto Souza Cruz e implementado (na época) no âmbito da parceria com os Centros de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR). O programa apresenta dentre seus objetivos a intenção de trabalhar na formação de competências humanas, técnicas e gerenciais capazes de desenvolver nos jovens rurais uma atitude empreendedora frente a situações que envolvam sua individualidade e sua coletividade.

Continua

⁸⁵ Este novo documento passou a orientar a formação dos jovens desde a segunda turma até as turmas formadas em 2010, onde novamente a orientação foi revisada.

⁸⁶ O Núcleo é o centro de formação e administrativo do Cedejor.

Continuação

<p>b) O PEJR é orientado pelas Concepções do Paradigma do Desenvolvimento Humano, dos Pilares da Educação para o Século XXI, dos Códigos da Modernidade, Desenvolvimento Local Sustentável, da Agricultura Familiar, do empreendedorismo, do Protagonismo Juvenil, da Juventude e dos Jovens Rurais, da Educação do Campo, das Redes e Parcerias.</p>	<p>Conforme o documento, estas Concepções Orientadoras entrelaçam os diferentes conhecimentos relacionados e integrantes dos três eixos de formação, articulando-os através de uma perspectiva interdisciplinar e transversal, o que pressupõe uma leitura da totalidade sem desconsiderar as especificidades da formação. Através destas Concepções, o Instituto Souza Cruz acredita que vai cumprir com sua missão institucional, que é a de “contribuir para educar e formar jovens empreendedores no meio rural brasileiro, através de iniciativas que potencializem seu protagonismo nos processos de desenvolvimento local.”</p>
<p>c) As Diretrizes Pedagógicas se referem ao Projeto Político Pedagógico, a aprendizagem, a Interdisciplinaridade, a Transversalidade, a Problematização e Resolução de Problemas.</p>	<p>Por se tratar de processo educativo que considera a aprendizagem como impulsionadora do desenvolvimento, a proposta pedagógica do PEJR está voltada para a compreensão histórica e cultural do mundo, das pessoas, das relações sociais e produtivas, de forma que sejam garantidas práticas educativas voltadas para o atendimento das especificidades das comunidades rurais e dos projetos de vida dos jovens rurais.</p>
<p>d) As Diretrizes Metodológicas tratam dos Instrumentos pedagógicos, do Planejamento e do Projeto do Jovem Empreendedor Rural (PJER).</p>	<p>A metodologia desenvolvida no PEJR é a Pedagogia da Alternância, considerada adequada para a formação integral e continuada dos jovens rurais, dado sua natureza flexível e de respeito ao meio em que vivem. Pelo fato do programa constituir-se como ação educativa complementar à escola formal, permite-lhe adequar esta modalidade de ensino às suas especificidades e, garantir a continuidade das aprendizagens na descontinuidade de espaços e tempos.</p>
<p>e) As Diretrizes Curriculares orientam para a Formação Humana, para a Formação Técnica e Formação Gerencial.</p>	<p>A opção por conteúdos distribuídos nos três eixos citados decorre da intenção de formar jovens rurais para a participação cidadã, com competência para empreenderem no meio em que vivem. Propõe, o desenvolvimento das pessoas, das comunidades e das relações com o mundo do trabalho, com conhecimentos e práticas que oportunizem à formação integral dos jovens, sem ignorar que vivem no meio rural. É este o meio que precisa ser qualificado para garantir sustentabilidade, melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, a permanência dos jovens rurais no campo. Desta forma a descrição dos conteúdos que compõe a diretriz curricular se organiza na forma de temas e subtemas e devem ser complementado com as demandas relativas às especificidades locais.</p>
<p>f) Os Conteúdos Curriculares estão organizados nos Eixo Humano, Eixo Técnico e Eixo Gerencial.</p>	<p>Os conteúdos dos três eixos da formação estão organizados através dos conteúdos, temas e subtemas.</p>
<p>g) As Alternâncias</p>	<p>Detalha qual a Alternância esta acontecendo, o foco trabalhado e a orientação para o Plano de Estudo a ser desenvolvido.</p>

Quadro 1: Quadro síntese da Unidade Político-Metodológica (UPM) do Programa do Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR).

Fonte: Adaptado pelo autor a partir do documento referência, UPM versão de outubro de 2005.

O documento ressalta que diante da diversidade de assuntos tratados, não se pretendeu aprofundar ou esgotar as reflexões, mas apresentá-las como ponto de partida para a compreensão dos princípios que sustentam o programa, como forma de favorecer uma prática de ensino não fragmentada e de valorização das diversas dimensões da vida humana. Nosso objetivo aqui também não consiste em esgotar conceitos, mas o de apresentar alguns destes e entender como o programa se relaciona com eles na sua proposta e meio de ensino. Desta forma já vimos vários elementos constituintes desta proposta de ensino, nos capítulos anteriores, mas diante do quadro 1 apresentado acima se faz necessário que adentremos um pouco mais em alguns aspectos, afim de melhor compreender a análise de nossa pesquisa de campo.

A formação humana para impulsionar o desenvolvimento pessoal, social, intelectual e produtivo dos jovens rurais do PEJR está orientada pelo Paradigma do Desenvolvimento Humano,⁸⁷ pelos Pilares da Educação Para o Século XXI e pelos Códigos da Modernidade. Os Pilares da Educação Para o Século XXI⁸⁸ orientam para o desenvolvimento pessoal, social, cognitivo e produtivo, ou o “aprender a ser”, “aprender a conviver”, “aprender a conhecer” e “aprender a fazer”. Os Códigos da Modernidade⁸⁹ orientam para o domínio da leitura e da escrita; para a capacidade de fazer cálculos e de resolver problemas; para desenvolver a capacidade de analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e situações; para desenvolver a capacidade de compreender e atuar em seu entorno social; receber criticamente os meios de comunicação; desenvolver a capacidade para localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada e para a capacidade de planejar, trabalhar e decidir em grupo.

Para desenvolver a atitude empreendedora dos jovens rurais frente as situações que envolvam sua individualidade e sua coletividade, a UPM orienta que o programa irá investir na formação de competências humanas, técnicas e gerenciais. O programa trabalha com as

⁸⁷ Adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com a colaboração do economista Amartya Sen, que sugeriu adotar para medir o grau de desenvolvimento dos países, além de indicadores econômicos como renda e produção, aspectos políticos, sociais, culturais e ambientais.

⁸⁸ Relatório Jacques Delors em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129766por.pdf> Acesso em 10 de novembro de 2010.

⁸⁹ Documento traduzido por Antonio Carlos Gomes da Costa. <http://www.ufrn.br/sites/enghodesonhos/mediateca/artigos/codigosdamodernidade.pdf> Acesso em 10 de novembro de 2010.

concepções de empreendedorismo trazidas por Fernando Dolabela e Jacques Fillion.⁹⁰ Para Dolabela (2002), o que mais importa no sujeito empreendedor é a maneira dele perceber o mundo, mais que aquilo que ele faz. Desta forma para o autor, pode haver um empregado empreendedor, o pesquisador empreendedor, o funcionário público empreendedor, o empreendedor comunitário etc. Todos podem aprender a serem empreendedores, mas reforça que este perfil destaca-se mais pela forma de ser que pelo saber. Para este autor, entre as principais características do empreendedor estão: a visão de futuro quanto ao seu negócio, a disposição para transformar o sonho em realidade, a disposição para correr riscos calculados e a disposição para adquirir as ferramentas necessárias para levar adiante seus objetivos. Em síntese, para Dolabela o empreendedor é aquele que identifica oportunidades de negócio, define contextos, visualiza situações e determina objetivos para operacionalizar as oportunidades.

Na diversidade de literatura existente, as características atribuídas ao empreendedor são diversas, assim como não se tem um entendimento unânime sobre o empreendedorismo. Normalmente o empreendedor está associado ao sujeito que identifica alguma oportunidade e se dispõe a assumir riscos para executá-la. O termo surgiu com a Revolução Industrial na Inglaterra (Séc. XVIII) e esteve ligado ao mundo dos negócios, dos lucros, das inovações tecnológicas e dos fatores de risco da iniciativa. O economista Schumpeter (1982) creditou a Cantillon a primeira formulação completa do papel do empreendedor, referindo-se aos arrendatários de terra que pagavam remunerações contratuais pré-estabelecidas. Neste caso o arrendatário teria uma dívida certa com o proprietário da terra, quando os trabalhadores estavam ainda submetidos à venda dos produtos a um preço incerto. Isto acontecia também com aqueles comerciantes e negociadores de tecido que se comprometiam a efetuar pagamentos definidos que dependiam de ganhos ainda incertos, também sujeitando-se aos riscos decorrentes.

O elemento forte que aparece nesta caracterização de empreendedor é a disposição para correr riscos, mencionando que os empreendedores são os arrendatários de terras. Normalmente os arrendatários de terras são as pessoas desprovidas deste bem, e a contribuição de Cantillon vem no sentido de diferenciar o assalariado daquele que trabalha

⁹⁰ A Teoria Visionária de Jacques Fillion afirma que o empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões, a visão é uma imagem projetada no futuro, do lugar onde se quer chegar e do tipo de organização necessária para chegar ao objetivo projetado.

por conta própria. Contribuindo com esta definição de empreendedorismo Schumpeter, caracterizou o empreendedor como aquele que *destrói criativamente* produtos, serviços e relações de mercado já existentes, aquele que transforma o que já existe em algo novo. Desta forma o fenômeno do empreendedorismo conduziria às inovações de novos produtos, novos mercados, novas oportunidades de negócios, destruindo produtos e processos obsoletos. Nesta perspectiva o empreendedor é o agente de inovação e articulador de redes, capaz de conectar atores e recursos produtivos socialmente dispersos, promovendo o desenvolvimento econômico. Contudo, os neo-schumpeterianos não tratam das questões estruturais do empreendedorismo, antes disto, o empreendedor busca novas oportunidades forjando conceitos inovadores capazes de alterar, eventualmente, o próprio paradigma tecnológico ou produtivo existente.

Além dos autores economicistas há outra corrente que caracteriza o empreendedor sob a perspectiva comportamentalista, dentre eles McClelland (1972), expressa a visão deste grupo. No início da década de 60 este pensador formulou uma perspectiva psicológica do empreendedor, revelando que um povo estimulado por determinadas influências desenvolve uma grande necessidade de realização pessoal, como força motivadora do comportamento empreendedor, ou seja, cabe à sociedade fomentar nas pessoas a vontade de vencer.

Autores que se somam a esta visão acrescentam que o desenvolvimento parte do indivíduo através de atitude, inquietação e pró-atividade, que estão condicionadas por características pessoais, pela cultura e pelo ambiente, que favorecem a atitude criativa e a realização no meio, em busca de ganhos econômicos e sociais. Neste sentido, Filion (2004) debruçou-se sobre o tema para entender o ser humano empreendedor. Sustentou que o empreendedorismo é um fenômeno cultural e social proveniente de fatores e atitudes comportamentais que variam de um lugar para outro, dependendo de situações como o ambiente em que se encontra.

Nesta perspectiva de análise a cultura exerce influência sobre as iniciativas do empreendedor, de certa forma condicionam ou estimulam o sujeito a desenvolver iniciativas empreendedoras. Neste caso, segundo os autores abaixo citados, o povo brasileiro traz consigo traços da colonização portuguesa, desfavoráveis ao espírito empreendedor. Pois

[...] o patrimonialismo revelado na confusão entre a coisa pública e a coisa privada, ainda hoje bastante marcante na cultura brasileira, é herança da administração aqui implantada pela metrópole portuguesa. Consequentemente aprendemos que pertencemos a uma sociedade que valoriza a busca do Estado para a solução de nossos problemas e desta forma, relegamos para um segundo plano a nossa própria capacidade de iniciativa. É como se estivéssemos sempre esperando que alguém de fora nos trouxesse a solução para as nossas agruras. Outro traço marcante da cultura brasileira é o paternalismo, fortemente inserido da sociedade extremamente hierarquizada (CORREIA, FAIA, GOMES & SILVA, 2008, p.71)

Se de um lado há os defensores do empreendedorismo, de outro, é importante que se façam algumas ponderações. Muitas vezes o empreendedorismo desloca para o sujeito a responsabilidade para sua realização e sucesso profissional. Porém, estas iniciativas muitas vezes dependem de condições e atributos subjetivos não dispostos a todos os indivíduos, assim como os fatores conjunturais e econômicos para cada pessoa são distintos. Logo, a capacitação para a empregabilidade ou para o empreendedorismo, que se dá de forma mais intensa em tempos de crises econômicas e desemprego, ao mesmo tempo em que pode se traduzir em melhores condições de vida, pode também transformar-se em grandes frustrações. Neste contexto, se cabe avaliar a capacidade dos indivíduos para o empreendedorismo, cabe também avaliar a conjuntura e as condições efetivas para que o sujeito possa por em prática seu projeto empreendedor.

O PEJR menciona alguns conceitos de João de Paula Monteiro, que enfatiza a existência de um tipo de empreendedorismo que colabora para a formação de comunidades empreendedoras, o qual ele denomina de empreendedor cívico⁹¹ e outros autores como empreendedor social⁹² ou empreendedor coletivo⁹³. O desenvolvimento sustentável de uma comunidade é decorrência da participação social e da realização de sonhos coletivos, por isso a educação para o empreendedorismo é componente imprescindível para a mudança social.

Neste sentido o PEJR se propõe o desafio de oferecer uma formação para o desenvolvimento integral dos jovens rurais, acreditando que eles poderão

[...] impulsionar o desenvolvimento de suas comunidades, à medida que os insere no centro do debate que diz respeito à vida no campo e lhes dá condições de

⁹¹ O termo empreendedor cívico foi criado por José Nasser e Eduy Ferro, do Instituto de Desenvolvimento do Paraná.

⁹² O termo empreendedor social é utilizado por Bill Dryton, criador da ONG Ashoka.

⁹³ O termo empreendedor coletivo é utilizado por Fernando Dolabela e embora as definições se assemelhem, o autor considera que o empreendedor social trabalha com as consequências e o coletivo com as causas.

modificá-la. Ao aumentar o conhecimento, o acesso a uma educação adequada ao contexto rural e a capacidade das pessoas se organizarem socialmente, aumenta-se a possibilidade das comunidades rurais assumirem o controle do seu processo de desenvolvimento e empreenderem ações voltadas para a visão de futuro, construída coletivamente e apoiada nas potencialidades do lugar. (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2005, p.33).

Desenvolver essas habilidades e competências nas pessoas consiste em um grande desafio para qualquer entidade, quanto mais em se tratando dos jovens rurais que, como vimos nos capítulos anteriores, convivem com condições muitas vezes adversas ao seu desenvolvimento. Essas situações adversas se relacionam às defasagens dos indicadores educacionais e às condições socioeconômicas em que muitas vezes estão inseridos. Nas diversas definições sobre o empreendedorismo que identificamos, é possível verificar que há os autores que se referem aos empreendedores destacando o viés comportamentalista, enfatizando as atitudes, a criatividade e a intuição para empreender. Há os da vertente culturalista e os que destacam o empreendedor pela inovação, pelo viés econômico. No PEJR percebemos que o empreendedor é enfatizado mais pelo viés comportamentalista, pois se refere constantemente às habilidades, competências e à visão de futuro.

Independentemente da pertinência desta ou daquela visão de empreendedorismo, contudo, há uma questão de caráter mais geral que, do nosso ponto de vista, não foi enfrentada na definição da UPM do PEJR. Trata-se das particularidades da produção agropecuária – que é a principal atividade no meio rural - frente às produções tipicamente (ainda que não exclusivamente) urbanas: indústria e serviços. Tomemos por referência um pequeno estabelecimento de comércio a varejo, por exemplo. Normalmente, tal estabelecimento conta com uma clientela determinada que corresponda aos moradores que habitam o entorno do mesmo, ou (no caso do mesmo se localizar no centro comercial da cidade) de consumidores que passam pelo mesmo em seus deslocamentos usuais. Este tipo de estabelecimento está voltado para um público consumidor relativamente limitado, de sorte que ele só alcança ampliar a sua oferta se conquistar novos clientes ou se os mesmos tiverem um aumento de sua renda. E para conquistar novos clientes é preciso ou baixar custos e preços de venda, ou melhorar a qualidade dos produtos e serviços.

A situação do empreendimento agrícola é bem distinta. Apesar de haver exceções, a produção agropecuária é “comoditizada”; vale dizer: produzem-se bens marcadamente homogêneos, cuja qualidade é indiferente para o comprador e que alcançam um único preço

no mercado (descontados os diferenciais de custos de transporte)⁹⁴. Neste sentido, a possibilidade do produtor atuar como um “empreendedor individual” capaz de promover inovações em custo e em diferenciação de produtos é bastante limitada. Além disso, em mercados de *commodities* cada produtor é uma parte ínfima da produção global.

De acordo com o Censo Agropecuário 2006, o Rio Grande do Sul conta com 128.585 produtores rurais que comercializaram leite no referido ano. Cada produtor individual produz uma quantidade pequena deste produto. De sorte que a coleta do leite fluído **só é realizada pela indústria naquelas áreas onde se concentram um número expressivo de produtores, pois há que se diluir o custo de transporte com a compra de um volume expressivo de leite por viagem.** O desdobramento necessário desta assertiva é que, ao contrário dos serviços urbanos (onde o isolamento, a ausência de concorrência, é uma vantagem para o empreendedor que ingressa num setor), na agropecuária familiar é virtualmente impossível o ingresso de um único produtor numa atividade nova. Pois neste caso os seus clientes potenciais, cooperativas, indústrias beneficiadoras, etc. incorreriam em um custo muito elevado de transporte para deslocar um caminhão até o estabelecimento se os vizinhos não produzem mercadorias similares. Em suma: a agropecuária se depara com limites e circunscrições muito mais estreitos ao processo de “inovação empreendedora individual” do que as típicas atividades urbanas. Pensamos que o empreendedorismo não é somente uma questão de vontade, como afirmam muitos teóricos, pois mesmo com imensa vontade de realização, para muitas pessoas os limites deste pensamento se encontram principalmente, nas limitações da capacidade de investimento de capital e capacidade de viabilização de novas atividades em determinados territórios.

4.4 Os Conteúdos da Formação e o Projeto do Jovem Empreendedor Rural

Os conteúdos do PEJR estão definidos através das Diretrizes Curriculares, onde estão organizados nos eixos humano, técnico e gerencial, divididos em 22 semanas de atividades, durante o período de dois anos. Embora os conteúdos estejam ordenados em três eixos, isso

⁹⁴ A este respeito, veja-se Paiva (2008) Noções de economia, cap.5. Link http://www.direitointernacional.org/arquivos/20100603045802_arquivo.pdf Acesso em 05 de março de 2011.

não significa que eles devam ser trabalhados isoladamente. Muito pelo contrário, é fundamental que eles estejam articulados entre si. Neste aspecto a UPM orienta que os educadores precisam ter especial atenção para identificar os fatores necessários para desenvolver o lugar e melhorar as condições de vida das famílias dos jovens rurais, articulando os conteúdos necessários com as experiências dos jovens, tendo em vista a construção dos saberes para realizar as intervenções. Enfatiza que a educação para o empreendedorismo deve criar espaços para os jovens empreenderem na direção de seu desenvolvimento pessoal, social e profissional.

A formação humana está embasada na educação para valores e no incentivo à responsabilidade social. Esta diretriz orienta a formação para investir na transformação das condições dos jovens rurais através do fortalecimento da autoestima e autoconfiança, incentivando esses jovens a perceberem-se como sujeitos dotados de poder para intervir na sociedade e colaborar para transformá-la, contribuindo para a resolução dos problemas coletivos, principalmente aqueles relacionados às questões ambientais e a realidade socioeconômica. No quadro 2 sintetizamos os conteúdos do eixo humano.

Conteúdos
Juventudes - Paradigma do desenvolvimento humano - História da agricultura -Educação do campo - Ética e moral - Cidadania - Meio Ambiente e prática ambiental - Pluralidade cultural - Educação afetivo-sexual - Saúde: prevenção e cuidado - Saúde e uso indevido de drogas. - Protagonismo juvenil - Desenvolvimento sustentável - Formas de participação e organização social
Temas
Condição juvenil, Situação juvenil, Juventude e relações sociais, Juventude e mundo do trabalho, Juventudes e ações empreendedoras. - Relatório do desenvolvimento humano. - Identidade das escolas do campo - Escola do campo adequada à cultura do campo, Cidadania, Democracia, Direitos humanos. - Sociedade e meio ambiente, Desenvolvimento ecológico sustentável, Capital natural, Legislação ambiental, Manejo e conservação ambiental. - Cultura, Pluralidade, Discriminação. - Sexualidade na história e na cultura. - Saúde pessoal e coletiva, Saúde e meio ambiente, Segurança alimentar. - Uso indevido de drogas - Educação para valores, Movimentos e organizações juvenis, Políticas públicas de juventude - Desenvolvimento, Fatores de desenvolvimento, Parcerias e redes, Espaço rural e urbano, Território, Desenvolvimento rural e inclusão social, Contextualização regional, Atividades produtivas, Potencialidades locais, Princípios da sustentabilidade - Associações, cooperativas, sindicatos, conselhos, ONGs e OSCIPS, Movimentos Sociais, partidos políticos, grêmios estudantis.

Quadro 2: Conteúdos e temas do eixo humano

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Unidade Metodológica do PJER, versão de outubro de 2005.

Na diretriz técnica estão contemplados os conhecimentos para inovação das práticas aplicadas às propriedades rurais, tendo como finalidade melhorar as condições de produção e

influenciar positivamente na renda e nas condições de vida dos jovens rurais. O programa menciona que devem ser contempladas atividades para quem optar em desenvolver atividades de caráter não agrícola, possibilitando ainda que o jovem possa se desenvolver para realizar atividades pluriativas, vislumbrando novas potencialidades no meio rural. No quadro abaixo apresentamos os conteúdos do eixo técnico.

Conteúdos
- Contexto rural brasileiro na atualidade - Agricultura familiar - Saneamento rural básico - Produção agrícola - Bioagricultura - Construções e benfeitorias rurais - Agroindústria – Produção Animal - Produção vegetal - Máquinas e equipamentos
Temas
- Contexto local, Sistemas de produção agrícola, Pluriatividade, Política agrícola - Cenário da agricultura familiar, Perfil dos agricultores familiares, Agricultura familiar e desenvolvimento territorial, Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável, Agricultura familiar e sistemas planejados, Ações empreendedoras para a sustentabilidade. - Saneamento rural básico, Tratamento de água cinza e dejetos humanos, Lixo químico - Produção agrícola, Solo, Sistema produtivo, Tecnologia, Melhoramento genético e Biotecnologia, Legislação - Permacultura, Agricultura Orgânica, Agroecologia, Agricultura Biodinâmica, Agricultura Natural - Galpões, celeiros e armazéns, aviários, pocilgas, estábulos e mangueiras, bebedouros, apriscos, cercas, pontes. Composteiras. Fossas sépticas. Construções para pequenos animais (coelhos, codornas, chinchilas). Ambiência térmica. Estufas para produção vegetal (mudas, frutíferas, flores), secadores. - Indústria rural, Processamento de alimentos de origem vegetal e animal, Comercialização - Manejo animal, Pastagens, Sistema orgânico de produção, Bovinos de leite e corte, Caprinocultura e ovinocultura de leite e de corte, Suinocultura, Avicultura, Apicultura, Piscicultura - Olericultura, Fruticultura, Plantas de Lavoura (grãos e outros), Floricultura, Plantas Medicinais e Condimentares - Mecânica de máquinas e equipamentos para agropecuária

Quadro 3: Conteúdos e temas do eixo técnico

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Unidade Metodológica do PJER, versão de outubro de 2005.

A diretriz gerencial orienta para a administração e organização da Unidade Familiar (UF) desafiando o jovem e a família a perceberem a propriedade como um sistema que se relaciona com o ambiente econômico, com os processos produtivos, com as políticas destinadas à agricultura familiar, além da distribuição e organização do trabalho na UF. A UPM chama a atenção para a importância do diagnóstico como instrumento de gestão. Considera que este instrumento

[...] potencializa a análise dos resultados frente às expectativas do jovem e da família e que foram anteriormente identificadas. Além do diagnóstico, aprender a conhecer o mercado e investigar a viabilidade do aumento da produção e comercialização, proposta de intervenção ou diversificação das atividades econômicas na propriedade, pode melhorar o resultado da atividade produtiva (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2005, p.79).

Orienta ainda que

[...] as formas de organização em associações ou cooperativas ampliam a capacidade gerencial e produtiva das comunidades, tornando-se, também, conteúdos a serem desenvolvidos no eixo gerencial com vistas a: aumentar a capacidade de gerenciar projetos e recursos; promover práticas sustentáveis de produção e melhorar a capacidade de uso de novas tecnologias; agregar valor aos produtos e melhorar a capacidade de comercialização; exercitar formas de financiamento e conhecer outras fontes de crédito público para a produção agrícola (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2005, p.79).

Os conteúdos e temas do eixo gerencial procuram dar conta de tratar desde a ideia do projeto até sua realização. Ou seja, recupera questões sobre o empreendedorismo, gestão, planejamento, parte técnica, cadeias produtivas, redes de cooperação, políticas públicas etc. Estes são todos temas complexos e fundamentais a qualquer negócio e neste caso se relacionam diretamente aos projetos que os jovens rurais precisam apresentar ao final da formação. Estes temas precisam dar conta dos conhecimentos teóricos para o jovem realizar os estudos necessários para planejar, avaliar e articular o Projeto do Jovem Empreendedor Rural (PJER). Abaixo, apresentamos os conteúdos do eixo gerencial.

Conteúdos
- Empreendedorismo - Administração rural - Gestão - Processo produtivo - Agronegócio - Associativismo e Cooperativismo – Mercado - Crédito – Parcerias - Projeto do Jovem Empreendedor Rural
Temas
- Empreendedorismo e educação, Empreendedorismo coletivo, Elementos de processo visionário, Áreas de enfoque do empreendedorismo, Comunidade empreendedora, Rede e empreendimentos coletivos - Empreendimentos rurais, Produtividade, Comportamentos dos produtores, Metodologia Planagri - Tipos de gestão, Gestão rural, Planejamento estratégico, Planejamento financeiro, Marketing - Cooperação agrícola, Estudo das Viabilidades para novos empreendimentos - Agricultura familiar, agronegócio e cadeias produtivas, Gestão do agronegócio, Negociação - Semelhanças e diferenças entre cooperativas e associações. Contexto histórico - a 1ª cooperativa. Sociedade, capital, patrimônio, lucro, financiamentos. Princípios básicos do cooperativismo. Ramos ou segmentos de cooperativas. Como fundar uma cooperativa. Gestão de cooperativas. Vantagens e desvantagens. Organização, beneficiamento e comercialização cooperada. Acesso a crédito. Políticas públicas. Legislação. - Tipos de mercado, Estudo de mercado, Mercado agrícola, Plano de Negócio, Plano de marketing - Microcrédito, Fundo Rotativo, Cooperativas de crédito, Linhas de crédito para agricultura familiar - Como se caracterizam as parcerias - Apresentação, Finalidades, Cronograma, Potencialidades da propriedade, Diagnósticos.

Quadro 4: Conteúdos e temas do eixo humano gerencial

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Unidade Metodológica do PJER, versão de outubro de 2005.

Pesquisando sobre a contribuição da escola formal e a não formal para o processo do desenvolvimento rural, Frantz (2006) constatou que: 94,7% dos alunos do PEJR consideraram o conteúdo ensinado no programa apropriado para a situação deles. Nos estabelecimentos de ensino da rede municipal o grau de satisfação dos alunos, em relação aos conteúdos ensinados

foi de 44,9%; e na escola estadual 40,9% dos alunos avaliaram o conteúdo ensinado como adequado.⁹⁵ Notamos que no ensino formal, quanto mais os alunos vão evoluindo em anos de estudo, mais vai aumentando o grau de insatisfação perante o que é ensinado. Na mesma pesquisa o autor menciona que os pais dos alunos da escola formal ficam perdidos porque a escola ensina coisas para os filhos e eles não conseguem entender, e assim os pais sentem-se limitados para contribuir com o desenvolvimento intelectual de seus filhos. Desta forma constatamos que ainda hoje a escola formal não consegue atender de forma adequada a população do campo, tendo na região, o PEJR como uma proposta alternativa mais interessante.

Como instrumentos pedagógicos para promover esse processo de aprendizagem o PEJR utiliza:

- a) O Plano de Estudo, um instrumento que através de pesquisas, questionário ou texto permite que os educadores conheçam a realidade do jovem para melhor planejar as atividades de ensino.
- b) O Caderno da Realidade constitui-se na memória do processo formativo do jovem, onde é feito o registro dos temas, das práticas modificadas na família, daquilo que foi estudado e também o que precisa ser aprofundado, podendo trazer elementos para avaliação e novas intervenções pedagógicas.
- c) A Socialização das experiências, uma forma de socialização da realidade, dos registros e constitui-se numa troca de experiências onde se constroem novos conhecimentos.
- d) As Visitas Técnicas: Permitem aos jovens conhecerem outras práticas empreendedoras. Também conhecida como viagem de estudo, procura ampliar a experiência pessoal dos jovens através da aplicação de outras práticas, que são aprofundadas no núcleo e com as famílias.

⁹⁵ Recomendamos a leitura do capítulo 4.2 onde o autor trata dos reflexos da ação dos professores e dos currículos escolares no meio rural, trazendo sua análise da pesquisa realizada em diversos aspectos, seja da preparação dos professores, valorização da participação das famílias entre outros.

- e) As Visitas às propriedades são feitas às Unidades Familiares, definidas através dos temas estudados, com a finalidade de analisar a situação de determinados elementos, das técnicas utilizadas e de necessidades de intervenções. Possibilita aos jovens relacionar a teoria com a realidade e as práticas de outras famílias e Unidades Familiares.
- f) As Visitas às Famílias são os momentos em que os educadores visitam os jovens em suas Unidades Familiares. Essas visitas são planejadas conforme os temas e objetivos trabalhados nas alternâncias presenciais no Núcleo, constituindo-se para os educadores um momento para verificação prática do aprendizado do jovem na família, coleta de dados para serem aprofundados em outros momentos, além de representar uma oportunidade para as famílias esclarecerem suas dúvidas.
- g) As Fichas de Trabalho tem o objetivo de registrar o aprendizado dos jovens, para que desenvolvam o pensamento crítico e criativo; apresentar questionamentos e contextualizações, problematizando e articulando entre os diversos saberes construídos nos três eixos (humano, técnico e gerencial) da formação.
- h) Os Cursos e Estágios são a possibilidade dos jovens aprofundarem temas específicos de suas necessidades, e constituem-se de atividades complementares aos conteúdos das 22 alternâncias. Procuram possibilitar a ampliação dos conhecimentos técnicos e gerenciais para melhorarem suas ações. Normalmente surgem e são relacionadas para aprofundar questões relativas a atividades práticas que querem desenvolver.

Durante estes dois anos de formação⁹⁶ no PEJR, os jovens rurais vão desenvolvendo o Projeto do Jovem Empreendedor Rural (PJER). Este projeto é um elemento complementar a formação e é desenvolvido em etapas, de acordo com a evolução dos conteúdos trabalhados. A UPM indica que este projeto é visto como um exercício de aplicação dos conteúdos estudados desde a primeira alternância, e é um resultado concreto da formação dos jovens, indicador das aprendizagens ao longo do processo. A elaboração de um projeto durante a

⁹⁶ Desde 2008 o PEJR começou a ser avaliado por uma equipe de professores de uma Universidade e foi reestruturado. Em 2011 o PEJR passou a ser aplicado no seu novo formato em todos os Núcleos do CEDEJOR. Não adentramos no estudo deste novo formato do programa porque os jovens desta pesquisa não estavam sob orientação da nova proposta. Para o leitor ter uma ideia sobre o delineamento e formato do programa reestruturado, sugerimos a leitura do Anexo G, “O PEJR em mudança” p. 165.

formação torna-se o instrumento de pesquisa, de reconhecimento das práticas familiares e de aplicação dos conteúdos do Programa. Neste sentido o projeto deve partir da identidade do grupo familiar e dos planos de futuro para a vivência no meio rural. Os projetos podem ser individuais ou coletivos e estar direcionados para atividades de geração de renda (agrícolas e não agrícolas e prestação de serviços) ou projetos sociais.

Para o empreendedor, o planejamento de sua atividade é um elemento importante que pode contribuir muito para que ele possa calcular, antever os riscos e projetar seu negócio. Este planejamento deve ordenar as ideias, de maneira que elas possam ser objetivadas e mensuradas ao longo do processo, antevendo os riscos do negócio e evitando prejuízos que só seriam percebidos na execução do projeto. No PEJR a elaboração do projeto⁹⁷ segue um roteiro e acompanha os conteúdos trabalhados durante as alternâncias, devendo ser um estudo que apresente o:

- a) **Diagnóstico da propriedade:** traz o mapa de localização da propriedade, o mapeamento da propriedade com o tamanho, limites, o histórico de cultivo, o mapa de uso do solo. Levantamento dos recursos disponíveis; os recursos físicos (construções, máquinas e equipamentos), os recursos humanos (disponibilidade de mão-de-obra, qualificação), os recursos financeiros (capital disponível, dívidas, produtos estocados), os recursos hídricos (rios, açudes, nascentes), os animais disponíveis para o trabalho e os dados climáticos (índice pluviométrico, temperatura média).
- b) **Estudo de mercado:** identifica os insumos, o fornecedor, preço, qualidade e disponibilidade. Fazer estudo do mercado consumidor, concorrente, oferta e demanda dos produtos ou serviços, canais de comercialização, necessidade e preferências (qualidade, apresentação), históricos de preços e valor atual.
- c) **Engenharia do projeto:** deve apresentar os objetivos e metas do projeto, a atividade do projeto, a descrição das tecnologias utilizadas, necessidade de recursos humanos e materiais, estimativa de produção e produtividade, orçamentos e fluxo de caixa.

⁹⁷ O Projeto do Jovem Empreendedor Rural apresenta suas especificidades em relação ao Plano de Negócios apresentado por vários autores, dentre eles Dolabella (1999) que foi referência neste programa.

- d) **Análise das viabilidades:** são analisadas as viabilidades financeira, econômica, ambiental, técnica, social e política do projeto.

Para Dornelas (2009), o brasileiro não tem uma cultura de planejamento, mas salienta que toda empresa necessita de um planejamento do seu negócio para poder gerenciá-lo e apresentar sua ideia a investidores, bancos, para poder avaliar os riscos inerentes ao negócio. Porém são poucos os empresários que sabem como escrever adequadamente um bom plano de negócios. Na maioria, estes são micro e pequenos empresários que não dominam os conceitos básicos de planejamento, vendas, marketing, fluxo de caixa, ponto de equilíbrio, projeções de faturamento etc. Quando entendem o conceito geralmente não conseguem transformá-lo objetivamente em um planejamento claro e consistente. Para grande parte dos agricultores, quando existe necessidade de se elaborar algum projeto, geralmente eles são desenvolvidos por técnicos. E estes técnicos, muitas vezes, não são agricultores e ignoram elementos importantes das práticas de produção; em particular, desconhecem alternativas às práticas vigentes no ambiente, o que os impossibilita de contribuir para a introdução de inovações.

Porém, desenvolver um bom projeto necessariamente não significa garantia de sucesso. Na verdade – como bem salientou Keynes (1985) – toda e qualquer projeção da demanda futura e do grau de utilização/amortização dos equipamentos produtivos é “uma aposta contra um futuro incerto”. Não há como se fazer previsões rigorosas acerca desta demanda. Até porque ela vai depender das ações e reações de inúmeros concorrentes atuais e potenciais. O mesmo pode ser afirmado com relação aos custos. Se um produtor ingressa sozinho em uma atividade, ele também terá de incorrer sozinho nos custos de transporte e comercialização. Mas se um número expressivo de produtores da mesma região ingressar na mesma atividade, estes custos serão deprimidos pela conquista de “economias externas”. De outro lado, se o produtor de uma dada região continuar operando isoladamente, enquanto em outra região vários produtores ingressam na atividade, formando uma “linha fornecedora”, é bastante provável que as empresas beneficiadoras deixem de buscar o produto do agricultor que opera isoladamente, concentrando suas atividades no território onde a produção é mais expressiva e mais especializada. Como projetar estas distintas possibilidades de futuro? Como emprestar rigor ao processo de planejamento quando se tratam de fenômenos que independem da vontade individual, mas se estruturam sobre ações coletivas?

No PEJR, depois de elaborados, os projetos são apresentados pelos jovens em seus municípios, onde é formada uma banca examinadora que avalia a viabilidade do projeto. Esta banca é formada por representantes das EMATERs, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), do Banco do Brasil, da Prefeitura e outras organizações. Além de avaliar o projeto estas instituições passam a conhecer as intenções do jovem e podem ser um referencial de apoio na execução dos projetos, já que os jovens estão concluindo a formação e o programa apresenta limitações para acompanhar os jovens ADRs.

Entendemos que este processo avaliativo é muito importante, na medida em que permite dar publicidade aos projetos dos jovens empreendedores, além de garantir um “terceiro olhar” sobre os mesmos, deprimindo as chances de que estes venham a apresentar equívocos lógicos e contábeis. Contudo, é preciso observar que tal processo avaliativo não pode ser considerado conclusivo. Afinal, se o projeto do jovem empreendedor é, de fato, inovador, devem existir poucas (ou nenhuma) experiências similares anteriores para servir de referência ao cálculo de viabilidade. E se ele não apresentar qualquer dimensão inovadora, ele não estaria correspondendo às expectativas do próprio programa, que estimula o jovem a propor e desenvolver novas formas de produção e ingressar em novos ramos de atividade.

4.5 Alguns Elementos para Análise e Caracterização da Região de atuação do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural, o Vale do Rio Pardo (RS)

No caso de nossa pesquisa, os PJERs são planejados para serem executados nos municípios da região do Vale do Rio Pardo (VRP). Para isto se faz importante trazeremos alguns elementos constituintes desta região e que sinalizem para a possibilidade de novas alternativas de geração de renda para melhorar a condição de vida destas pessoas. No caso desta região, que atividades seriam mais consistentes com suas características edafoclimáticas e fundiárias e, por consequência, apresentariam maior potencial competitivo? Não é nossa intenção enfrentar estas complexas questões de forma exaustiva. Mas como, no capítulo 2, trouxemos alguns elementos sobre a dialética entre especialização e diversificação produtiva na agricultura, queremos chamar a atenção para alguns aspectos que podem contribuir na análise e entendimento da estrutura competitiva e padrão de organização produtiva desta região.

De acordo com pesquisa de professores da Unisc,⁹⁸ a Região do Vale do Rio Pardo⁹⁹ é formada por 23 municípios, e devido as disparidades ambientais, culturais, fundiárias, de estrutura do Produto Interno Bruto (PIB) total e per capita, etc. revela uma heterogeneidade interna que nos permite definir 3 micro-regiões. A **Micro-região Norte** é formada por 8 municípios: Arroio do Tigre, Estrela Velha, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Segredo, Sobradinho e Tunas. A **Micro-região Centro** é formada por 8 municípios: Herveiras, Santa Cruz do Sul, Mato Leitão Sinimbu, Vale do Sol, Boqueirão do Leão, Venâncio Aires e Vera Cruz. Esta micro-região caracteriza-se fundamentalmente pela forte presença da agroindústria do fumo em folha, o que influencia diretamente na organização dos espaços urbanos e rurais. A **Micro-região Sul** é formada por 7 municípios: Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo e Vale Verde.

A despeito destas disparidades, se analisarmos em termos econômicos teremos na região, em 2006 uma arrecadação (PIB) total de R\$ 6.296.800,00. Se retirarmos deste montante os valores correspondentes aos PIBs municipais de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul (R\$ 3.911.005,00), vemos que o PIB restante é de apenas 38%. Logo, a inclusão dos dois municípios que sediam as beneficiadoras de tabaco viesam a realidade, tornando o PIB de toda a região um indicador pouco representativo.¹⁰⁰ Nesta mesma linha de raciocínio, se tomarmos como base a análise da renda per capita por domicílio precisamos tomar o mesmo cuidado. No geral, precisamos tomar muito cuidado ao usar médias para avaliar a real situação de determinada região, pois quando os municípios apresentam discrepâncias acentuadas, a média pode indicar uma falsa realidade ao ocultar situações marginalizadas. No que diz respeito à produção agropecuária, as fontes de informação também são diversas, com ênfase nas pesquisas do IBGE, geralmente de caráter amostral, são representativas em nível de município

⁹⁸ “Limitações e possibilidades da análise de indicadores regionais: o caso do COREDE do Vale do Rio Pardo” de Marília Ramos e Paiva publicado na Revista Redes, V.10 n.2, 2005.

⁹⁹ Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) foram instituídos pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, publicada no Diário Oficial do Estado em 14 de novembro de 1994. O Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994, regulamentou e instituiu oficialmente os COREDES no Rio Grande do Sul, como instituições civis de direito privado. Os COREDES se apresentam como um “fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visem ao desenvolvimento regional” (conselho Regional de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul 2002:17).

¹⁰⁰ Sobre o avanço ou estagnação de determinada região Hirschmann (1977) enfatiza que o progresso econômico não acontece da mesma forma em todos os países e que forças poderosas estabelecem o crescimento geralmente onde o processo se inicia, provocando tensões, pressões e coerções em outros pontos. Indo mais além que o autor, podemos constatar estas disparidades, lugares que se desenvolvem mais e outros que permanecem estagnados, dentro de uma mesma região, como por exemplo, no caso do Vale do Rio Pardo.

e podem não apresentar as distorções inerentes ao caráter declaratório dos Censos Agropecuários.

A figura 2 ilustra os municípios que compõem a região descrita:

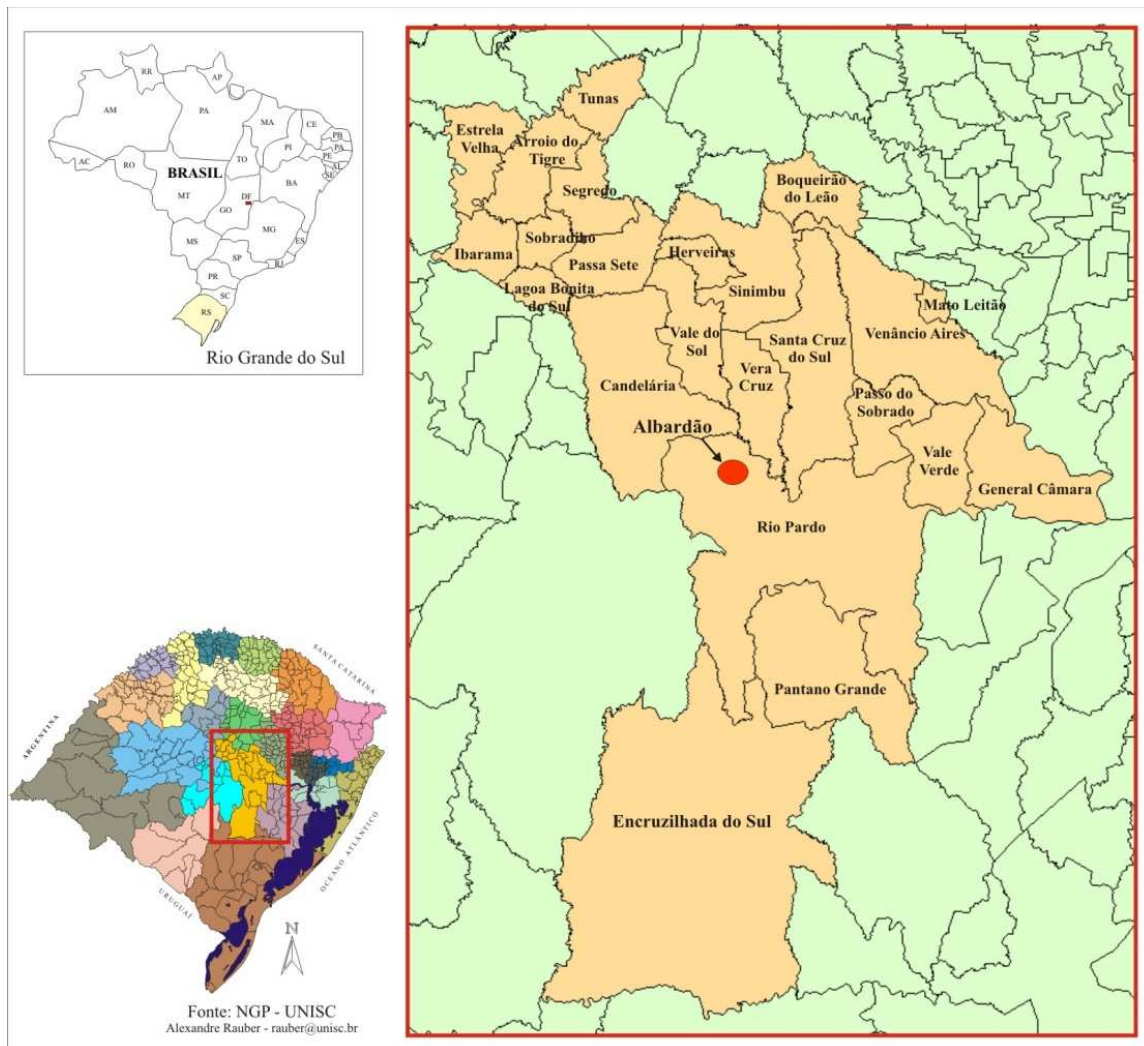


Figura 2: Municípios que compõem a região do Vale do Rio Pardo – RS

Fonte: Elaborado pelo Departamento de Geoprocessamento da UNISC.

A região do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – COREDE (VRP) ocupa uma superfície de 13.209,8 km² e soma a população total de 418.141 habitantes, conforme informações da FEE Dados para 2010, o que corresponde à 3,91% da população total do Estado (10.693.929 habitantes). Da população total, 263.962 (63,13%) habitantes residem no meio urbano e 154.179 (36,87%) no meio rural. Com relação à população, cabe salientar que apenas dois municípios, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, concentram 184.320 pessoas, o que corresponde a 44,08% da população total da região. Considerando o total da população destes dois municípios (Venâncio e Santa Cruz do

Sul) observa-se que 37.730 pessoas vivem no meio rural (equivalentes a 20,47% da soma dos dois) e 146.590 pessoas vivem no meio urbano (79,53% da soma dos dois).¹⁰¹

Mas a diversidade interna à região não se reduz à concentração do PIB e da atividade industrial em poucos municípios polos. Se fosse apenas isto, esta “região” não diferiria da grande maioria das demais, onde os núcleos urbanos são marcados por diferenças que definem certa hierarquia de cidades. A diversidade efetivamente problemática é a que se manifesta no meio rural. Afinal, é justamente o rural e o suburbano que empresta homogeneidade a um território, permitindo que o caracterizemos como uma região homogênea.¹⁰² Não obstante, a estrutura fundiária e o padrão de organização do trabalho rural nesta região¹⁰³ são marcados por profundas diferenças. É o que revela a Tabela 2, abaixo.

Tabela 2: Participação da Agricultura Familiar no Vale do Rio Pardo

Municípios	Participação % da AF no VBP agropecuário do município	% da pop ocupada em estabelecimentos até 100 ha	(% da pop ocupada em est até 100 ha) / (% da área dos estabelecimentos até 100 ha)	Pop ocupada por Área dos estabelecimentos (pessoa ocupada / km2)
Arroio do Tigre	96,15	0,9914	1,0366	24,96
Boqueirão do Leão	88,37	0,8341	1,1795	19,87
Candelária	82,33	0,9517	1,3820	16,94
Encruzilhada do Sul	48,44	0,7198	3,6853	2,61
Gramado Xavier	86,7	0,8804	1,2989	17,65
Lagoa Bonita do Sul	93,68	0,9301	0,9565	18,38
Paraíso do Sul	89,08	0,9615	1,1228	18,77
Rio Pardo	43	0,8707	4,0736	6,02
Santa Cruz do Sul	77,55	0,9779	1,0844	19,58
Segredo	95,32	0,9594	1,0091	23,01
Sinimbu	96,32	0,9467	1,3519	10,79
Sobradinho	93,24	0,9754	1,0028	24,83
Tunas	89,55	0,9684	1,3456	14,39
Vera Cruz	92,22	0,9747	1,0779	30,64

Fonte dos dados brutos: Censo Agropecuário - IBGE

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>

¹⁰¹ FEE dados. Informações sobre Vale do Rio Pardo. Disponível em http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/frame_ResultadoVar.asp. Acesso em maio de 2011.

¹⁰² A este respeito, vide Paiva (2009) O rural e o urbano no processo de regionalização com vistas à análise e ao planejamento do desenvolvimento territorial. Indicadores Econômicos FEE. Vol. 37, N.1. Porto Alegre: FEE. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewArticle/2283>

¹⁰³ Optamos em mostrar alguns dados dos municípios que abrigam os jovens de nossa pesquisa.

Tomemos, por exemplo, a participação da agricultura familiar no VBP agropecuário total do município. Esta percentagem varia de um mínimo de 43% em Rio Pardo e um máximo de 96,32% em Sinimbu. Diferentemente, se tomamos a percentagem do pessoal ocupado total que trabalha em estabelecimentos com até 100 ha parece haver uma homogeneidade significativa. Mas esta homogeneidade é ilusória, como se pode ver na coluna seguinte da Tabela 2, onde dividimos a percentagem da população em estabelecimentos até 100 ha pela % da área destes estabelecimentos na área total. Quanto mais próxima da unidade, mais uniforme é a estrutura fundiária interna. Mas esta relação varia de um mínimo de 0,9565 em Lagoa Bonita do Sul (indicando que a relação trabalho/área em propriedades com mais de 100 ha é maior do que a média municipal), até 4,0376 em Rio Pardo (indicando que, neste município, o padrão de incorporação de trabalho por unidade de área varia muito entre pequenas propriedades intensivas em trabalho e grandes propriedades poupadoras de trabalho). Esta distinção é comprovada na análise da última coluna da Tabela 2, onde vemos que o número de pessoas ocupadas por km² varia significativamente, de um mínimo de 2,61 pessoas por Km² em Encruzilhada do Sul, até um máximo de 30,64 pessoas por Km² em Vera Cruz. Tal discrepância revela, ou grande diversidade de padrão tecnológico, ou grande discrepância na especialização produtiva territorial, ou ambas. O que impõe o questionamento já feito por Paiva e Ramos no texto supracitado: podemos considerar o território que se abre em torno de Albardão (ou, se se quiser, em torno de Rio Pardo) como um território portador da homogeneidade interna necessária para a sua caracterização como uma **região** em sentido estrito?

Para análise de viabilidades para atividades agropecuárias de uma região podemos recorrer a fonte de dados secundários, por exemplo, e verificar os Quocientes Locacionais (QLs)¹⁰⁴ de determinada atividade. Os QLs, se usados corretamente indicam o grau de especialização produtiva de determinada região. O grau de especialização¹⁰⁵ que defendemos não deve ser confundido, por exemplo, com a monocultura, que apresenta uma rede de

¹⁰⁴ Em nossa pesquisa estamos relacionamos os QLs da região com os QLs do estado. Neste caso se o QL da região for maior que 1, significa que a atividade na região é mais especializada que no Estado, sendo menor que 1 a atividade no estado é mais interessante.

¹⁰⁵ A despeito da especialização, North (1959) questiona porque algumas regiões diversificam sua produção enquanto outras ficam presas somente a um produto para exportação e aponta que a especialização em atividades de monocultura é dada por fatores climáticos favoráveis, o caráter da indústria de exportação e as condições tecnológicas. O autor classifica as indústrias em “indústrias de exportação” e “indústrias residências” (aquelas que produzem para o consumo interno). Para o autor exportar significa incorporar receitas, gerar trabalho e renda. As importações provocam este efeito em outras regiões. Cabe ao estado interferir nas situações desfavoráveis a esses fatores. Ainda para este autor, o maior grau de diversificação permite maior resistência em momentos de crise.

organização vertical. Pelo contrário: uma especialização bem sucedida alimenta não apenas uma cadeia inteira, mas tende a multiplicar e manter inúmeras cadeias independentes. Territórios que vencem são territórios especializados em diversos produtos e contam com cadeias longas, diversificadas e integradas na própria região.

Identificada esta produção com base nos QLS das atividades e cadeias mais empregadoras podemos analisar também se a competitividade é sustentável, o que envolve prospectar mercados e tendências. Este tipo de análise nos permite verificar que produtos apresentam perspectivas de demanda crescente e que produtos apresentam perspectivas de demanda saciada. É possível verificar também se as vantagens locacionais de determinada região são estruturais ou se dependem de fragilidades (logísticas, por exemplo) de outras regiões concorrentes - que são passíveis de serem superadas com novos investimentos em superestrutura.¹⁰⁶ A combinação dos critérios - tamanho e espraiamento territorial da cadeia, e seu grau de “tradeabilidade” – nos indicam quais são as cadeias produtivas básicas que devem receber atenção em uma política de crescimento da renda e do emprego internos apoiada em recursos endógenos.

Passamos a apresentação de alguns QLS dos municípios da região. Os cálculos dos QLS foram feitos da seguinte forma: Primeiro encontramos a média entre os quatro anos desejados (2006 - 2009), depois usamos a fórmula [(número de cabeças do animal x de cada município / valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária de cada município) / (número de cabeças do animal x do Rio Grande do Sul / valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária do Rio Grande do Sul)]. Para os produtos oriundos de animais trocamos o número de cabeças pela quantidade produzida. Com o valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária foi feita a média com os anos 2006 à 2008, pois para o ano de 2009 ainda não há dados disponíveis.

¹⁰⁶ Neste caso cabe observar a existência de elos e como a cadeia agroindustrial pode ser organizada e investir em ações que impulsionem fortalecimento dos elos capazes de assegurarem o funcionamento da cadeia. Identificadas as cadeias mais integradas, cabe avaliar se o produto pode ser deslocado ou se o comprador tem que vir adquirir; b) qual o custo do transporte e quem arca com ele; c) e quais as perspectivas do mercado global para tais atividades. Para avaliar a competitividade de um produto ou setor podemos analisar o grau de sua especialização no território. Sobre a “Metodologia de Identificação e Hierarquização de Aglomerações Produtivas Locais e Regionais” sugerimos a leitura da proposta de Paiva, disponibilizado em <http://www.pucrs.br/eventos/eeg/trabalhos/61.doc> Acesso em maio de 2011.

Tabela 3: Maiores Quocientes Locacionais da Agricultura do VRP

Município	Maior QL			Segundo maior QL		
	Atividade	Quantidade Toneladas	QL	Atividade	Quantidade Toneladas	QL
Arroio do Tigre	Fumo	14.140,75	6,76	Feijão	3.096,50	5,55
Boqueirão do Leão	Fumo	7.930,00	7,57	Batata Doce	1.400,00	3,88
Candelária	Fumo	20.706,25	6,20	Goiaba	144,00	3,02
Encruzilhada do Sul	Melancia	63.250,00	32,39	Marmelo	2,00	2,85
Gramado Xavier	Fumo	5.270,00	8,87	Bata Doce	525,00	2,57
Lagoa Bonita do Sul	Fumo	4.615,00	7,95	Pêra	36,00	3,32
Paraíso do Sul	Amendoim	140,00	8,62	Fumo	6.915,75	6,15
Rio Pardo	Noz	227,50	25,92	Melancia	52.750,00	13,86
Santa Cruz do Sul	Fumo	16.518,25	5,82	Bata Doce	2.560,00	2,53
Segredo	Fumo	7.815,00	7,27	Marmelo	3,00	6,68
Sinimbu	Fumo	8.927,00	7,55	Batata Doce	960,00	2,36
Sobradinho	Fumo	3.958,50	6,38	Pêra	36,00	3,11
Tunas	Fumo	2.529,25	4,98	Amendoim	28,75	3,92
Vera Cruz	Fumo	11.167,50	7,09	Goiaba	105,00	4,66

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE. Dados dos anos 2006 a 2009.¹⁰⁷

O primeiro aspecto a se observar é a recorrência do fumo, como principal atividade agrícola. Contudo, não pode passar despercebido que há municípios – como Rio Pardo e Encruzilhada do Sul, por exemplo – que tem na noz, na melancia e no marmelo as atividades de maior QL. Estas atividades são pouco expressivas em outros municípios. O mesmo se dá com a análise dos QLS pecuários. Enquanto Arroio do Tigre apresenta QLS mais elevados em caprinos e coelhos, Encruzilhada do Sul vai se caracterizar pela ovinocultura, que é típica da Metade Sul e de estabelecimentos agropecuários de maior porte.

Tabela 4: Maiores QLS da Pecuária do VRP

Município	Maior QL			Segundo maior QL		
	Atividade	Quantidade	QL	Atividade	Quantidade	QL
Arroio do Tigre	Caprino (Cabeças)	476	1,12	Coelhos (Cabeças)	419	0,95
Boqueirão do Leão	Caprino (Cabeças)	528	2,49	Galos, frangas (as), e pintos (Cabeças)	505.302	1,91
Candelária	Mel de abelha (Kg)	66.400	1,23	Caprino (Cabeças)	550	0,81
Encruzilhada do Sul	Ovino (Cabeças)	71.451	5,03	Lã (Kg)	149.266	3,95

¹⁰⁷ Pesquisa em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp?o=23&i=P> Acesso em: 07/04/2011.

Gramado Xavier	Caprino (Cabeças)	172	1,43	Mel de abelha (Kg)	11.405	1,19
Lagoa Bonita do Sul	Caprino (Cabeças)	439	3,74	Coelhos (Cabeças)	150	1,23
Paraíso do Sul	Coelhos (Cabeças)	214	0,91	Caprino (Cabeças)	201	0,88
Rio Pardo	Bubalino (Cabeças)	2.514	4,75	Bovino (Cabeças)	112.562	1,13
Santa Cruz do Sul	Muar (Cabeças)	82	2,90	Mel de abelha (Kg)	64.294	1,35
Segredo	Caprino (Cabeças)	465	2,14	Coelhos (Cabeças)	337	1,50
Sinimbu	Muar (Cabeças)	318	27,80	Coelhos (Cabeças)	285	1,15
Sobradinho	Caprino (Cabeças)	1.878	14,96	Coelhos (Cabeças)	429	3,30
Tunas	Caprino (Cabeças)	133	1,30	Coelhos (Cabeças)	115	1,09
Vera Cruz	Muar (Cabeças)	29	1,94	Vacas ordenhadas (Cabeças)	4.455	0,96

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE. Dados dos anos 2006 a 2009.¹⁰⁸

Estes resultados não são surpreendentes. Na verdade, como os pesquisadores Paiva e Ramos já haviam anunciado, o Vale do Rio Pardo encontra-se na interseção das três Macrorregiões do RS: a Metade Sul (definida, grosso modo, pelo território ao sul do Jacuí e do Ibicuí), a região nordeste (em torno de Porto Alegre e das “colônias velhas” da Serra Gaúcha) e a região Norte-noroeste (as colônias novas do Planalto). E o resultado é uma diversidade fundiária, edafoclimática e de oportunidades de mercado que, simultaneamente, abrem alternativas e complexificam sobremaneira a identificação e inserção nos distintos nichos abertos à diversificação produtiva competitiva do território.

Não é nosso objetivo explorar este tema de forma exaustiva. Apenas queremos chamar a atenção para o desdobramento necessário desta realidade. Dada a heterogeneidade das estruturas fundiárias, dos padrões edafoclimáticos e das tradições produtivas da “região” abre-se um amplo conjunto de alternativas de reconversão produtiva do território. Esta diversidade não é, em si, negativa. Pelo contrário. Contudo ela amplia a chance de que distintos agentes identifiquem distintos nichos de desenvolvimento de negócios. E esta amplitude de alternativas deprime as chances de convergência de estratégias. O resultado é que a opção estratégica de cada um pode ser tão diversa que não há porque esperar a constituição de

¹⁰⁸ Pesquisa em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp?o=23&i=P> Acesso em: 07/04/2011.

qualquer “arranjo produtivo local” a partir de ações e decisões individualizadas. Em suma: sem planejamento e definição coletiva de estratégias dificilmente se alcançará a constituição de um sistema de produção caracterizado por economias de aglomeração, que diluam os custos individuais, viabilizando competitivamente as iniciativas individuais.

A pergunta que se impõe é: cabe deixar aos agentes individuais a responsabilidade de pensar sua estratégia de inversão num quadro destes? Estamos chamando a atenção para possibilidades de como alavancar algum potencial, sejam através da especialização de algumas atividades ou numa forma de produção coletiva. Ao nosso modo de ver, iniciativas individuais e diversificadas incorrem em sérios problemas para se viabilizarem no mercado. Seja pelos elevados custos de produção e transporte, além de muitas atividades quando não adaptadas e cultivadas adequadamente sofrem períodos de sazonalidade, além do baixo volume da produção inviabilizar inclusive um processo de industrialização, o que poderia agregar valor a muitos produtos, constituindo-se uma alternativa interessante para a região.

5 A PESQUISA DE CAMPO COM OS JOVENS RURAIS

Neste capítulo apresentamos a situação dos jovens rurais que frequentaram o PEJR, relacionando sua situação com os jovens rurais Não Participantes (NP). Nossa pesquisa de campo foi formatada num desenho quase-experimental que tratou de dois grupos de jovens rurais, o grupo experimental composto pelos 134 Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs)¹⁰⁹ e o grupo controle formado por jovens que não frequentaram o programa e que serão tratados como Jovens Não-Participantes (NP). Os jovens do grupo dos NP foram determinados pelos jovens ADRs, como sendo seus conhecidos e com faixa etária e escolaridade o mais próximo possível da sua. Pedimos que fossem indicados NP que se socializaram no mesmo meio, procurando minimizar qualquer viés imposto pela seleção de elementos socialmente heterogêneos.

Especificamente procuramos por jovens semelhantes, mas não participantes do Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) para podermos comparar com o grupo dos participantes. Tentamos, ainda que de forma relativa, neutralizar outras dimensões dos perfis que poderiam caracterizar os sujeitos de forma distinta sem ter nenhuma relação com o fato de terem participado ou não do referido programa. Esta estratégia é recomendável em estudo de impacto de programas e políticas sociais, apesar de, em nosso caso não podermos concluir sobre impacto por não termos informações sobre os pesquisados antes de participarem do programa, aspecto este essencial em pesquisas sobre causas e efeitos (impacto).¹¹⁰

Os jovens entrevistados responderam um questionário com questões abertas e com questões fechadas, onde procuramos conhecer a opinião deles sobre a contribuição do

¹⁰⁹ Formaram-se no programa 140 ADRs. Não responderam o questionário 1 jovem da T1 de São Martinho, 1 jovem da T1 da Casa Jesus M^a José, 1 jovem da T3 e 3 jovens da T6 de Albardão. Foram entrevistados 134 ADRs.

¹¹⁰ Para maiores detalhes ver Ramos (2009) em seu artigo “Aspectos conceituais e metodológicos da Avaliação de Políticas e Programas Sociais” são apresentados procedimentos metodológicos relacionados com as técnicas do processo de avaliação e os métodos para lidar com o viés da falta de comparabilidade entre grupos pesquisados.

programa em alguns aspectos do seu desenvolvimento, conforme objetivos citados na introdução desta pesquisa. Com isto procuramos investigar a situação dos jovens no campo e verificar a influência do programa sobre o desenvolvimento dos jovens participantes, através da constituição de um grupo de controle, com jovens que não frequentaram o referido programa, e que, teoricamente, não buscam uma qualificação consistente para sua permanência no meio rural, ou evadem dele prematuramente.

Foram pesquisados 268 oriundos de 14 municípios da região do Vale do Rio Pardo (VRP). Como nas primeiras turmas (2001 a 2004) os municípios de Santa Cruz do Sul e Rio Pardo concentraram três centros de formação e atendiam somente jovens desses municípios, o maior número de jovens pesquisados é destes dois municípios. Na tabela abaixo, podemos identificar o número de jovens rurais pesquisados por município de origem.¹¹¹

Tabela 5: Municípios de origem dos jovens pesquisados

Município	ADRs		Jovens NP	
	Absolutos	Porcentagem	Absolutos	Porcentagem
Vera Cruz	2	1%	2	1%
Tunas	1	1%	1	1%
Sobradinho	2	1%	2	1%
Sinimbu	7	5%	7	5%
Segredo	2	1%	2	1%
Santa Cruz do Sul	29	22%	29	22%
Rio Pardo	65	49%	65	49%
Paraíso do Sul	4	3%	4	3%
Lagoa Bonita do Sul	2	1%	2	1%
Gramado Xavier	5	4%	5	4%
Encruzilhada do Sul	4	3%	4	3%
Candelária	4	3%	4	3%
Boqueirão do Leão	4	3%	4	3%
Arroio do Tigre	3	2%	3	2%
Total	134	100%	134	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de pesquisas em documentos do CEDEJOR, e de pesquisa de campo, realizada em 2010.

Com a exigência de o grupo controle (NP) possuir características semelhantes ao grupo de tratamento, em nossa pesquisa de campo os jovens ADRs encontraram dificuldade

¹¹¹ Os municípios de Gramado Xavier e Paraíso do Sul não integram a região do Vale do Rio Pardo. Por haver jovens ADRs destes dois municípios, optamos em não excluí-los de nossa pesquisa, já que tivemos objetivo de pesquisar o maior número possível dos ADRs.

para indicar outro jovem com Ensino Médio Completo que pudesse ter frequentado o PEJR. Diante desta circunstância muitos indicaram jovens com escolaridade inferior. Ocorre que de acordo com esta situação, os jovens do grupo controle ficariam com uma taxa de escolaridade e idade muito inferior a dos ADRs. Em nosso entendimento o fator de maior idade e escolaridade dos ADRs poderia repercutir em um maior grau de autonomia, se relacionado aos jovens do grupo controle. Para eximir este viés optamos em retirar de nossa pesquisa os 49 jovens NP com idade entre 16 e 19 anos e menor escolaridade.¹¹² Sendo assim, para a análise desta pesquisa consideramos 134 jovens ADRs e 85 jovens NP, conforme destacado na tabela¹¹³ abaixo.

Tabela 6: Idade dos jovens ADRs e NP entrevistados

Idade entre	ADRs		NP	
	Absolutos	Percentual	Absolutos	Percentual
18 e 21	39	29%	24	28%
22 e 26	79	59%	51	60%
27 e 32	16	12%	10	12%
Total	134	100%	85	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de pesquisa de campo, realizada em 2010.

Os jovens do Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) iniciaram sua formação em 2001. Nas primeiras três turmas (2001 a 2004) formaram-se 65 jovens ADRs num processo com duração de três anos. Esses jovens frequentaram os Núcleos de Albardão, Casa Jesus Maria e José e São Martinho. Alguns jovens conciliavam o período escolar com a participação no programa. De 2005 a 2007 o período de formação dos jovens passou de três para dois anos de formação, e para participar no programa o jovem deveria ter concluído o Ensino Médio, caracterizando-se como um programa Pós-Médio, complementar ao ensino formal.

No ano de 2004 o Núcleo da Casa Jesus Maria José em Rio Pardo foi extinto, e o CEDEJOR passou a atuar com dois núcleos de formação, um em Santa Cruz do Sul e outro na

¹¹² Destacamos que procedimentos como este são comuns em pesquisas de cunho experimental, o que traz ganhos em termos de validade interna (definir relação causal com controles os mais rigorosos possíveis), mas, por outro lado, traz perdas em termos da validade externa do estudo (capacidade generalização) já que restringe ao máximo os grupos tratamento e controle.

¹¹³ Não vamos fazer nosso estudo dos jovens por grupo de idade. Apenas dividimos desta forma para termos a noção da faixa etária deles. Como os jovens pesquisados estão com idade entre 18 e 32 anos, dividimos este intervalo de idade por 3 e formamos três grupos com intervalos de idade aproximados, conforme apresentado na tabela.

localidade de Albardão em Rio Pardo. No ano de 2006 os núcleos fundiram-se, ficando como sede, o núcleo de formação em Albardão. Desde então o CEDEJOR passou a atuar em uma dimensão territorial, atuando como Centro de Formação e Agência de Desenvolvimento.

As instituições denominadas Agências de Desenvolvimento (AD)¹¹⁴ surgiram da necessidade de criação de modelos endógenos de crescimento regional, frente às crescentes transformações produtivas e econômicas, acompanhadas pelo aumento de competitividade, demandando novas formas de interação entre os agentes econômicos, entre empresas, trabalhadores, poder público etc. Surgiram como alternativa à reconfiguração das questões regionais, propondo criar redes de cooperação horizontal, servindo também como mediadoras entre governos locais e os demais atores sociais envolvidos. Conforme Albuquerque (1997), a maioria das experiências concretas de ADs ofereciam a seu público: a) **Informação**: produção e difusão de dados locais e nacionais de interesse coletivo, serviços/rede de informações (preços, oportunidades de mercado internos e externos, tecnologias de produção e processos, políticas setoriais, entre outros); b) **Capacitação**: divulgação de serviços de capacitação; cursos e bolsas de Especialização; c) **Inovação Tecnológica**: assessoria tecnológica, ensaios, produtos acabados e processos produtivos; qualidade e produtividade; normatização, certificação e homologação; d) **Serviços de *design* e marketing**: serviços de informação e de assessoria específicos; e) **Desenvolvimento de novas atividades produtivas**: definição de estratégia e apoio à diversificação da estrutura produtiva local; f) **Serviços de gestão empresarial e financeira**: articulação de fontes de financiamento; assessoria para definição de estratégias financeiras e comerciais, etc.; g) **Qualificação e elevação de escolaridade da mão-de-obra**: buscar programas e financiamentos voltados para qualificação do trabalhador.

No caso do CEDEJOR, o Gerente Executivo explicou que o objetivo de atuar

[...] como Agência de Desenvolvimento é promover ou participar do espaço de encontro de diversos atores que discutem o desenvolvimento e incluir no debate as questões da juventude. A preocupação é criar um ambiente favorável à inserção dos jovens na dinâmica do território e promover a um espaço em que o jovem possa participar das discussões a seu favor. [...] Como o desenvolvimento não se dá apenas olhando setores ou categorias sociais e pelas conexões existentes entre ações e instituições, o Cedejor também se insere em outras discussões do território. Esta postura de atuação como Agência de Desenvolvimento, assumida a partir de 2006, já resultou em inúmeros

¹¹⁴ Para maiores informações sugerimos a leitura do texto “Prospecção Sobre Políticas de Desenvolvimento Local e Agências de Fomento” Termo de Contrato Nº. 226/2007, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

benefícios para a juventude, como (a) a inserção de jovens em programas governamentais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos; (b) a criação de fóruns de representação como Câmaras Temáticas de Juventude, Fórum da Juventude, Plano Municipal de Juventude e eventos como os Seminários de Juventude; e (c) participação de jovens em entidades de representação da agricultura e cooperativas (Gerente Executivo do CEDEJOR. Maio de 2011).

Diante da formação recebida no CEDEJOR os jovens rurais são estimulados a assumir papéis de destaque como empreendedor econômico e social, dentro e fora de sua Unidade Familiar de Produção, com sua família e com as demais lideranças presentes ao seu redor. Diante disso, S.B. explicou que a instituição procura mostrar a realidade através do enfoque territorial e não apenas setorial, para isto a referência para os jovens passa a ser o território. Neste sentido atuar apenas como um Centro de Formação seria muito limitado para o Cedejor frente aos desafios que os jovens enfrentam em seu cotidiano, pois eles sofrem de uma invisibilidade social muito grande, por isso a necessidade de atuar também, complementando o papel de formador, como Agência de Desenvolvimento.

Na tabela abaixo temos o período de formação de cada turma pesquisada,¹¹⁵ as turmas por centro de formação, o número de jovens que iniciaram o programa (por turma), o número de jovens formados (ADRs) e atual situação de domicílio.

Tabela 7: Jovens formados por turmas, evasão e domicílio

Ano	Turmas por Núcleo	Iniciantes	ADRs	Campo	Cidade
2001 - 2004	T1 - São Martinho (Stª Cruz do Sul)	40	17	44%	56%
2001 - 2004	T1 - Casa Jesus Mª José (Rio Pardo)	40	20	58%	42%
2001 - 2004	T1 - Albardão (Rio Pardo)	40	28	54%	46%
2004 - 2005	T2 - Alto Paredão (Stª Cruz do Sul)	29	9	78%	22%
2005 - 2006	T3 - Albardão (Rio Pardo)	31	12	55%	45%
2006 - 2007	T4 - Fusão, Albardão (Rio Pardo)	38	17	71%	29%
2007 - 2008	T5 - Albardão (Rio Pardo)	35	16	100%	0%
2008 - 2009	T6 - Albardão (Rio Pardo)	27	21	94%	6%
Totais		280	140	68%	32%

Fonte: Pesquisa e elaboração feita pelo autor junto aos documentos do Cedejor, em 2010.

¹¹⁵ Em 2009 a Turma 7 iniciou o processo de formação com 30 jovens e em 2010 concluíram a formação como ADRs 22 jovens. Desta forma, até 2010, o PEJR formou no Rio Grande do Sul 162 ADRs. As 8 evasões aconteceram porque 2 jovens foram para a Escola Técnica, 1 jovem teve problemas de saúde, 2 jovens se afastaram por falta de interesse, 1 jovem foi para o quartel, 1 jovem precisou assumir a propriedade e um jovem não identificamos a justificativa. Estes jovens não responderam os questionários porque na época ainda estavam em processo de formação. Até março de 2011 metade destes jovens já estavam com seus Projetos em desenvolvimento prático nas Unidades Familiares. Informações obtidas com os educadores do Núcleo em 02 de março de 2011.

As taxas de evasão do programa tem se mostrado um grande desafio a ser superado. Muitas destas evasões aconteceram quando alguns jovens foram convocados para o Serviço Militar Obrigatório, mudaram de residência, ou no surgimento de alguma oportunidade de emprego, etc. Contudo, parcela não desprezível dos jovens evadiram simplesmente porque se apresentavam desmotivados para continuar a formação. Outro aspecto reconhecido pelos educadores é a baixa atratividade do programa na compreensão dos jovens, quando em algumas turmas o número de jovens inscritos não ultrapassava o número de vagas disponíveis. A maior dificuldade¹¹⁶ encontrada para compor as turmas é encontrar jovens com o Ensino Médio Completo no meio rural e com disponibilidade para frequentar o programa, dificuldade esta, sentida para realização de nossa pesquisa, destacada pelos próprios jovens ADRs.

De todos os jovens entrevistados, 66% são do gênero masculino e 34% do gênero feminino. Este percentual foi determinado pelo número de jovens moços (89) e jovens moças (45) que concluíram a formação no PEJR. Quanto à localização por domicílios dos entrevistados, 68% residem no campo e 32% moram na cidade. No decorrer desta pesquisa vamos procurar elucidar as motivações que pesam para os jovens fazerem suas escolhas entre realizar seu projeto de vida no campo ou na cidade. A localização dos jovens do grupo NP foi determinada pelos jovens ADRs, conforme seu domicílio.

Na tabela 8 constatamos que grande parte dos jovens entrevistados possui Ensino Médio Completo (29%) ou Ensino Médio Incompleto (29%). Entendemos que os jovens ADRs que não possuem o ensino médio completo sejam das primeiras turmas, já que nos anos seguintes foi passado a exigir este grau de escolaridade para poderem frequentar o programa. Constatamos o baixo número de jovens que frequentam o Ensino Superior, e que aqueles que freqüentam a universidade se estendem muito além do período de duração estipulado pelo curso, segundo eles, devido às dificuldades financeiras para cursarem todas as disciplinas. Outro elemento importante é que os jovens pesquisados que estão vinculados ao Ensino Superior não residem mais no campo.

¹¹⁶ Outro elemento importante é que o programa constitui-se em uma modalidade de ensino não formal e não oferece aos jovens uma certificação reconhecida. Em nossa opinião, com estes requisitos, o programa vai ter cada vez mais dificuldade para formar turmas, ainda mais que em 2009 teve início em Santa Cruz do Sul às atividades da Escola Família Agrícola (EFA), que oferece Ensino Médio e Técnico. Para saber mais visitar <http://efasantacruz.blogspot.com/> Acesso em 14 de novembro de 2010.

Tabela 8: Níveis de Escolaridade dos jovens Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e dos jovens do grupo Não Participante (NP) entrevistados.

Escolaridade	Escolaridade dos Jovens ADRs		Escolaridade dos Jovens NP	
	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual
Alfabetizado	1	0,7%	1	1,2%
EF Incompleto	12	8,9%	8	9,4%
EF Completo	25	18,6%	10	11,8%
EM Incompleto	27	20,1%	36	42, %
EM Completo	44	32,8%	19	22,4%
Curso Técnico	10	7,4%	2	2,4%
Ensino Superior Incompleto	12	8,9%	7	8,2%
Ensino Superior Completo	2	1,4%	1	1,2%
NR	1	0,7%	1	1,2%
Total	134	100%	85	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de pesquisa de campo, realizada em 2010.

Como nos capítulos anteriores mencionamos a falta de estabelecimentos de ensino no meio rural, procuramos verificar onde os jovens do meio rural cursam o Ensino Médio. Procuramos observar nos municípios da 6ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) em que temos jovens pesquisados, quantos estabelecimentos oferecem o Ensino Médio e estão localizadas no meio rural. Constatamos o seguinte: os Municípios de Boqueirão do Leão, Encruzilhada do Sul, Lagoa Bonita do Sul, Gramados Xavier, Sinimbu e Vera Cruz, oferecem Ensino Médio somente em estabelecimentos localizados na cidade. Com Estabelecimentos localizados no meio rural, que oferecem Ensino Médio temos o município de Candelária, que conta com um estabelecimento (E.E.E.M. Professor Fábio N. dos Santos), tendo 93 alunos matriculados; em Rio Pardo (E.E.E.M. João Habekost), com 147 alunos matriculados; e Santa Cruz do Sul com o Colégio Estadual Monte Alverne, com 160 alunos matriculados no Ensino Médio (6ª CRE/RS, 2011).

Como já tratamos no capítulo 2, são aspectos importantes para reprodução das Unidades Familiares a disponibilidade de capital, terra e pessoal. Ao verificar a condição de terra dos entrevistados procuramos saber se possuem terra para trabalhar e qual a área das propriedades. Na entrevista verificamos que 15% das famílias dos ADRs e 28% das famílias dos jovens NP não são proprietárias de terra. Outro aspecto importante a ser observado é o tamanho das propriedades dos pais dos jovens entrevistados.

Tabela 9: Condição de terra e tamanho das propriedades dos Jovens Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e jovens Não Participantes (NP)

Tamanho da propriedade	Famílias dos ADRs	Famílias dos NP
Não Proprietários	15%	28%
1 a 5 ha	23%	17%
5 a 15 ha	28%	26%
15 a 30 ha	22%	16%
Mais de 30 a 60 ha	6%	9%
Mais de 60 ha	3%	1%
NR	3%	3%
Total	100%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de pesquisa de campo, realizada em 2010.

Através destes indicadores percebemos que as famílias dos jovens entrevistados possuem áreas de terra bastante limitadas para desenvolverem suas atividades produtivas. Possivelmente maiores serão os problemas para a sucessão familiar, ou quando esses jovens casarem. Das famílias dos jovens ADRs somente 7% são filhos únicos, enquanto das famílias do grupo dos NP 18% dos jovens não tem irmãos, desta forma os demais jovens tem a possibilidade de precisarem repartir a herança da terra com seus irmãos. Este pode ser um dos fatores que contribuiu para que 48% das famílias dos jovens ADRs e 35% dos jovens NP tivessem irmãos que já mudaram para a cidade.

Neste contexto é compreensível que muitos filhos optem em deixar o meio rural e pensem em outras possibilidades. Um dos exemplos é o do jovem Carlos, de 18 anos, morador de uma comunidade rural no Município de Sobradinho que veio participar no processo de seleção para frequentar o PEJR. Procurando se informar ao máximo para esclarecer suas dúvidas, logo ficou sabendo que o programa não oferece um certificado que o habilite para alguma função técnica, que legalmente não facilita às condições para ele arrumar um emprego. Entendeu que o programa estimula o jovem a desenvolver um projeto que proporcione aumento de renda no campo, mas fez a seguinte observação:

[...] olha, eu moro em Sobradinho com meus pais. Temos 11 hectares de terra e tenho um irmão de 16 e outro de 14 anos. Então, estou pensando que esta não seja minha melhor opção, pelo seguinte. Daqui a pouco eu vou namorar e provavelmente vou me casar. Com a renda que temos não dá comprar mais terra, aí eu vou trazer minha esposa pra morar com nós? Vejo que para meus pais sobra pouca grana pra investir e em algumas vezes temos que controlar o dinheiro para passar o ano. E logo meus irmãos também vão crescer e vão ter seus planos... Então como eu sou o mais velho já estou pensando nisso, então que o que tenho que fazer é arrumar um

emprego, na cidade ou em alguma fazenda (Fala de um jovem na entrevista de seleção para o PEJR para a turma de 2010, em Albardão).

Conforme o Censo Agropecuário de 2006 nos dados sobre a média de hectares de terra por estabelecimentos da região do Vale do Rio Pardo, os municípios que concentram maiores áreas são: Pantano Grande, Encruzilhada do Sul e Rio Pardo. Já os Municípios com o maior número de **arrendatários** são Arroio do Tigre (157), Candelária (432), Rio Pardo (404) e Venâncio Aires (430) estabelecimentos. Em regime de **parceria** Venâncio Aires conta com 244 estabelecimentos, Vale do Sol com 200 estabelecimentos, Candelária com 194 e Boqueirão do Leão conta com 176 estabelecimentos. Os municípios com maior número de **ocupantes** são Candelária (407), Rio Pardo (378), Venâncio Aires (190) e Encruzilhada do Sul (190). Os municípios com maiores números de **produtores sem-área** são Boqueirão do Leão (243), Venâncio Aires (198), Sinimbu (90) e Candelária (83).

O grande número de titulações de terra na região ocorre via herança. Vale frisar que mesmo quando alguns dos filhos já saíram de casa, isso não significa que eles não fazem parte da partilha da terra de seus pais. Normalmente estas questões são resolvidas somente quando um dos pais vem a falecer. Dos jovens entrevistados, somente 12% dos ADRs e 8% dos NP possuem terra legalizada em seu nome. Nestas circunstâncias a condição de terra provavelmente é um agravante para esses jovens permanecerem no campo e determinar as atividades que virão a desenvolver. Neste caso o jovem é o sem-terra que precisa negociar as condições de trabalho com os pais. Como meios de adquirir terra nos 23 municípios da Região do vale do Rio Pardo, o Censo Agropecuário (2006) identificou 639 produtores que compraram via crédito fundiário seus estabelecimentos (cédula da Terra, Banco da terra, etc.); 246 titulações foram obtidas via reforma agrária ou aguardando titulação; 12.125 titulações foram obtidas via Herança e 86 titulações via Usucapião.

Sobre a força de trabalho das famílias, dos Jovens ADRs que moram no campo constatamos que 37% das famílias são constituídas por 3 pessoas, 39% possuem 4 pessoas, 18% são formadas por 5 pessoas e 6% possui 6 pessoas ou mais. Das famílias dos jovens NP residentes no campo, 44% é composta por 3 pessoas, 35% é composta por 4 pessoas, 17% por 5 pessoas, 4% possuem 6 pessoas ou mais.

Estas primeiras informações trataram mais da caracterização dos jovens pesquisados. A partir do próximo item a preocupação está direcionada a analisar os resultados focando nos objetivos específicos da pesquisa, os quais foram apresentados na introdução deste estudo e estão destacados em negrito nos próximos parágrafos.

5.1 A Inserção Social dos Jovens Rurais Pesquisados

Um dos problemas típicos do meio rural é a dificuldade para a renovação dos quadros de lideranças das organizações comunitárias existentes. Diante disto procuramos **verificar a integração social e envolvimento dos jovens rurais, procurando saber em quais organizações estes jovens têm maior participação e se exercem funções de liderança**. Para respondermos a este objetivo perguntamos aos jovens rurais dos dois grupos em quais atividades eles participavam e se haviam desenvolvido alguma função de lideranças nelas.

Através das respostas notamos que existe maior envolvimento dos jovens rurais dos dois grupos pesquisados em eventos religiosos, depois há maior participação nas atividades de lazer na comunidade. Estes dois espaços constituem-se em espaços de religiosidade e lazer dos jovens, onde as tomadas de decisão são menores, constituindo-se mais em espaços de socialização. A maioria dos jovens frequenta a igreja esporadicamente e poucos possuem um comprometimento maior que isso. Os eventos de lazer existentes na comunidade geralmente são os bailes e festas, promovidos pela comunidade religiosa, as associações de produtores, grupos de terceira idade ou grupo de mulheres. Em algumas comunidades ainda existem os times de futebol.

Tabela 10: Inserção Social dos Jovens Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e jovens Não Participantes (NP)

Atividade	ADRs		NP	
	Participam	Não participam	Participam	Não participam
Eventos religiosos	57%	43%	51%	49%
Lazer na comunidade	54%	46%	41%	59%
Grupos ou associações coletivas	31%	69%	13%	87%
Conselho ou organização juvenil	14%	86%	5%	95%
Organização política ou governamental	8%	92%	2%	98%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de pesquisa de campo em 2010.

A participação dos jovens dos dois grupos cai consideravelmente nas associações coletivas, conselhos ou organização juvenil e organização política ou governamental, constatando-se que nos espaços de maior possibilidade para debate e tomada de decisão para a vida destes jovens, a participação deles é mais restrita. Os jovens pesquisados citam a existência de poucos grupos de jovens no meio rural. O movimento que reúne maior número de jovens rurais são os jogos e gincanas regionais promovidos pelas EMATERs e Sindicados dos Trabalhadores Rurais (STRs), que através destes eventos procuram renovar seu quadro de associados e lideranças sindicais.

Percebemos ainda que em todas as organizações citadas há maior participação por parte dos jovens ADRs, o que pode responder a um estímulo recebido durante a formação no PEJR.

Tabela 11: Quantidade de atividades nas quais os jovens participam

Número de grupos	Participação dos ADRs		Participação dos NP		Participação total	
	Absolutos	Perc	Absolutos	Perc	Absolutos	Perc
Nenhuma	41	31%	30	35%	71	32%
1 grupo	29	22%	21	25%	50	23%
2 grupo	31	23%	26	31%	57	26%
3 grupo	22	16%	6	7%	28	13%
4 grupo	11	8%	2	2%	13	6%
Total	134	100%	85	100%	219	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de pesquisa de campo em 2010.

Mesmo que 58% dos pais dos jovens ADRs participem de alguma das atividades citadas acima, 41% dos jovens ADRs afirmaram ter começado a participar em alguma organização social a partir de estímulos recebidos no CEDEJOR. Dos pais dos jovens NP, 72% não

participam das atividades relacionadas acima, o que pode ser um influenciador para que eles também não participem. Percebemos ainda que os jovens egressos da formação do programa tem um maior envolvimento social exercendo funções de liderança, como em Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Movimentos Juvenis, prefeituras e diretorias de igreja. Os dados da pesquisa indicam que 39% dos ADRs já exerceram alguma função de liderança nestas organizações, enquanto dos jovens NP um percentual de 16% já exerceram função de liderança.

Quando perguntados se no último ano haviam desenvolvido algum trabalho voluntário com outros membros no seu bairro/localidade, 39% dos ADRs responderam afirmativamente, enquanto dos jovens NP 16% realizaram alguma atividade voluntária. Nisto constatamos um grau maior de solidariedade e envolvimento comunitário dos jovens ADRs, se relacionado aos jovens do outro grupo.

Alguns elementos favorecem para uma inserção apática dos jovens nestes espaços. Um deles, registrados pelos próprios jovens é o individualismo que predomina nas comunidades. Para eles, grande parte das associações não representa um espaço democrático e de cooperação solidária. Os agricultores se unem para comprarem insumos agrícolas em maior quantidade e a preços mais baratos, mas já não entram em acordo na hora de distribuir os serviços de trator entre eles. Como explica o jovem J.B. em relação à associação da água em sua comunidade. Segundo ele, algumas famílias não cumprem com sua parte, quando danifica o motor não querem ajudar a pagar o conserto e esperam que os outros assumam. O jovem afirma que “muitos acham demais pagar uma mensalidade que é uma *mixaria*, e que depois de alguns meses poderíamos ter um dinheiro para manter o serviço” (Entrevista em 28 de outubro de 2010).

Se existem poucos espaços atrativos que estimulem o desenvolvimento cultural e a participação juvenil nas comunidades, é provável que estes jovens apresentem baixa participação, e que sem uma intervenção positiva provavelmente reproduzirão um comportamento semelhante ao de seus pais. E se na escola pouco se aprende sobre política e governo, o aprendizado acaba sendo a experiência pessoal somado à televisão, que geralmente apresenta uma situação de descrédito aos políticos. Pesquisa do Instituto Cidadania/Sebrae

(2003)¹¹⁷ aponta que no Brasil 60% dos jovens rurais declararam ler ou assistir aos noticiários sobre política. O desafio consiste em colaborar para que essa “consciência cidadã” seja acompanhada de uma participação social. Pois conforme a pesquisa 81% dos jovens rurais e 87% dos que moram na cidade nunca participaram de associações ou grupos comunitários, demonstrando que em nosso país ainda predomina a ausência do reconhecimento do papel do jovem como ator social na transformação da sociedade.

5.2 As Melhorias Ambientais nas Unidades Familiares

Nesta parte do estudo nos propusemos a **verificar quais melhorias técnicas e ambientais os jovens participantes do Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) declaram desenvolver em suas propriedades, em comparação com jovens não participantes.**

Um dos aspectos do desenvolvimento sustentável é considerar o seu custo ambiental. Na agricultura o produtor pode optar em adotar um modelo de produção baseado no uso de agroquímico, com uso intensivo de agrotóxicos, altamente dependente de energia, que são prejudiciais à saúde. Ou optar por desenvolver meios de produção poupadores de insumos externos, tendo como base um conjunto de tecnologias alternativas, como de correção do solo e melhoria da fertilidade através do cultivo de outros vegetais que incorporam matéria orgânica ao solo.

Em relação às práticas de conservação do solo, 65% das famílias dos ADRs desenvolvem alguma ação que procura preservar a qualidade da terra, enquanto 41% das famílias dos jovens NP também demonstram ter este cuidado. Entre as práticas de conservação do solo destacadas pelos jovens, foi citado o plantio direto. Esta prática, conforme explicou o ADR João, consiste em não remover os vegetais que se encontram na superfície do solo. Esses vegetais podem ser os produzidos naturalmente pelo solo, ou semeados em períodos fora de safra (como aveia, ervilhaca e outros) para proteger o solo das chuvas e depois serem incorporados à terra. Neste sistema o solo é revolvido apenas no sulco

¹¹⁷

Encontrada em [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/00B55098FC51A92C83256E86005F7E51/\\$File/NT00048B96.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/00B55098FC51A92C83256E86005F7E51/$File/NT00048B96.pdf) Acesso em 15 de novembro de 2010.

onde são depositadas as sementes e fertilizantes. Geralmente as plantas infestantes são controladas por herbicidas.

Outras práticas de preservação do solo desenvolvida é a produção de húmus de minhoca para aplicar na produção das hortaliças, realização de compostagem e curva de nível, além de evitar a realização de queimadas. Muitos dos jovens ADRs também estão envolvidos com a conservação de sementes crioulas, procurando cultivar essas semente e trocar com outras famílias. Percebemos também uma preocupação muito grande em reduzir ao máximo a aplicação de agrotóxicos. A grande maioria dos jovens ADRs já viveu experiências desagradáveis por aplicarem estes produtos, principalmente no cultivo do tabaco. Os mesmos manifestam uma consciência muito grande dos danos à saúde, da degradação da terra, da poluição das águas e dos próprios alimentos consumidos. Esta tem sido uma preocupação comum entre os pesquisados.

Quando perguntamos aos jovens se eles desenvolviam outras práticas de preservação ao meio ambiente, além das atividades de preservação do solo, 81% dos jovens ADRs responderam que sim, e 52% dos jovens NP forneceu a mesma resposta. A prática comum mais citada pelos jovens da amostra foi o reflorestamento, a coleta das embalagens de agrotóxicos e as áreas de reservas legais que precisam ser preservadas por lei. Para a maioria das Unidades Familiares, o reflorestamento consiste na plantação de eucalipto para futuramente ser queimado na secagem do tabaco. Muitos produzem para o próprio consumo e outros para comercialização. Entre as outras práticas, os jovens ADRs citaram o cuidado com as nascentes de água, construção de sumidouros para esgoto da pia, a preocupação em coletar os plásticos, evitando que eles se espalhem pela propriedade.

5.3 A Diversificação Produtiva

Neste objetivo procuramos **analisar e sistematizar as dificuldades e possibilidades com que se depararam os jovens da amostra em suas tentativas de diversificação produtiva da Unidade Familiar.** Por se tratar de uma questão estrita dos jovens que moram no campo, para este objetivo não consideramos os jovens dos dois grupos que moram na cidade.

Constatamos que 28% das famílias dos ADRs e 57% das famílias dos jovens NP produzem somente tabaco para comercialização, o que se constitui em elevado fator de risco caracterizado pela monocultura.¹¹⁸ Este percentual indica que dos produtos comercializados, 72% são produzidos por famílias dos ADRs e 43% pelas famílias dos jovens NP. Entre aqueles que possuem até dois produtos para comercialização além do tabaco, observou-se que estão 16% das famílias dos ADRs e 20% das famílias dos NP. Possuem três produtos ou mais para complementar a renda, 56% das famílias dos ADRs e 23% das famílias dos NP.

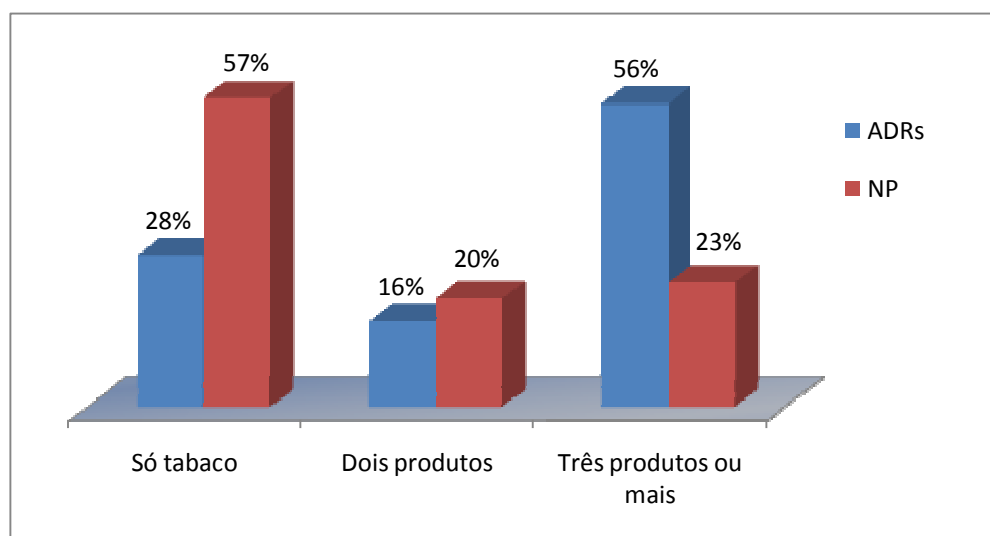


Gráfico 4: Grau de dependência da atividade fumicultora e grau de diversificação da Unidade Familiar. Relação entre os Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e jovens Não Participantes (NP).

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo, realizada em 2010.

Diante da constatação do grau de diversificação, procuramos verificar quais os produtos mais produzidos pelas famílias. Perguntamos primeiramente sobre os alimentos produzidos somente para o consumo da família, procurando identificar a subsistência alimentar, estando às informações ilustradas na tabela 12.

¹¹⁸ Sobre o perfil das propriedades dos fumicultores na safra 2007/2008, dados da Afubra apontam que no Sul do Brasil os produtores de fumo caracterizam-se por serem agricultores minifundiários, apresentando área média de 16,1 hectares. A ocupação desta área apresenta a seguinte ocupação: 15% são utilizados para o cultivo de fumo, 11% são áreas de descanso e açudes, 11% área de reflorestamento, 16% é ocupada com mata nativa, 21% com pastagens, 6% é ocupada com outras culturas, 17% é cultivado milho e 3% é ocupado com o cultivo de feijão. A pesquisa também aponta que 21% das famílias que produziram fumo na safra 2007/2008 não possuíam terra própria e que aproximadamente 39 mil famílias desenvolveram a cultura em regime de parceria ou arrendamento. Fonte: www.afubra.com.br Acesso em 05 de outubro de 2010.

Tabela 12: Variedades mais produzidas para o consumo das famílias dos jovens Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e jovens Não Participantes (NP)

Variedades	ADRs		NP	
	Produz	Não	Produz	Não
Gado	78%	22%	62%	38%
Suínos	87%	13%	59%	41%
Feijão	67%	33%	40%	60%
Hortaliças	88%	12%	55%	45%
Frutas	81%	19%	52%	48%
Aves	93%	7%	52%	48%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo, realizada em 2010.

Após a investigação apresentada na tabela acima, aplicamos a mesma questão perguntando o que as famílias produzem para comercialização e notamos que os indicadores dos dois grupos pesquisados caíram significativamente. Percebemos que neste objetivo as famílias dos jovens ADRs apresentam maior grau de diversificação e comercialização em todos os itens relacionados.

Tabela 13: Variedades mais produzidas para comercialização das famílias dos Jovens Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e jovens Não Participantes (NP)

Produtos	ADRs		NP	
	Sim	Não	Sim	Não
Gado	46%	54%	30%	70%
Suínos	31%	69%	30%	70%
Feijão	26%	74%	16%	84%
Hortaliças	25%	75%	7%	93%
Frutas	25%	75%	6%	94%
Aves	18%	82%	9%	81%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo, realizada em 2010.

É muito provável que o Projeto do Jovem Empreendedor Rural (PJER) tenha contribuído para maior diversificação produtiva das famílias dos ADRs, pois no PEJR os jovens recebem estímulos para melhorar sua renda na Unidade Familiar através do desenvolvimento de novas atividades produtivas. No entanto, vale observar que as diferenças em termos de diversificação entre estabelecimentos com a presença de ADRs e NP é muito superior na produção para consumo do que na produção para a venda. Do nosso ponto de vista, isto revela a maior dificuldade de se atingir uma diversificação competitiva em termos de mercado. É claro que a diversificação para o consumo já define um grau de autonomia

superior do produtor em relação à cultura do tabaco, pois ele garante sua reprodução e subsistência diretamente. Não obstante, se não houver diversificação mercantil, todos os produtos e serviços que só podem ser adquiridos no mercado (aparelhos eletroeletrônicos, serviços de saúde não gratuitos, etc.) continuam sendo função da produção e venda de tabaco. Como se pode superar este quadro? Tal como vimos na seção 4.5, a identificação de nichos de produção agropecuária competitiva depende da constituição de economias de aglomeração que dificilmente serão conquistadas a partir de ações individuais. Mais uma vez, parece ficar demonstrado que é preciso dar um passo adiante na formação dos ADRs através da introdução de um questionamento e debate coletivo acerca das estratégias de diversificação produtiva comercial regional.

Em relação aos projetos dos 134 ADRs entrevistados constatamos 118 projetos elaborados. Por projetos elaborados entendem-se os projetos que foram planejados teoricamente. Identificamos também as áreas de concentração, sobre quais atividades os jovens desenvolveram esses projetos. Depois, entre os projetos elaborados procuramos verificar quantos haviam sido colocados em prática. Num terceiro momento procuramos saber quantos dos projetos colocados em prática geraram aumento de renda para as famílias. Desta forma identificamos 118 projetos elaborados, destes 70 projetos foram colocados em prática e 45 deles geraram aumento de renda.

Tabela 14: Relação entre elaboração e geração de renda dos Projetos dos Jovens Empreendedores Rurais (PJERs) por ramo de concentração.

Ramo do Projeto	PJERs elaborados	% total	PJERs aplicado	% dos PJERs aplicados	PJERs com aumento de renda		
					Absoluto	% sobre os aplicados	% sobre os Elaborados
Agricultura	7	6%	6	86%	5	83%	71%
Horticultura	24	20%	16	67%	12	75%	50%
Criação	25	21%	13	52%	9	69%	36%
Piscicultura	6	5%	4	67%	3	75%	50%
Agroindústria	7	6%	3	43%	2	67%	29%
Atividade social	5	4%	3	60%	0	0%	0%
Prestação de serviços	15	13%	7	47%	3	43%	20%
Fruticultura	16	14%	11	69%	4	36%	25%
Produção de leite	4	3%	3	75%	3	100%	75%
Outros	9	8%	4	75%	4	100%	44%
Total	118	100%	70	59%	45	64%	38%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo, realizada em 2010.

O maior número de projetos elaborados foi na área de horticultura, prestação de serviços, fruticultura¹¹⁹ e criação de animais. Já os resultados que mais deram certo foram os projetos agrícolas (83%), como plantações de milho e feijão, de horticultura, piscicultura e produção de leite. Nota-se que são atividades que podem ser desenvolvidas em propriedades relativamente pequenas, que possuem uma geração de renda constante e que considerando o tamanho das propriedades e dos projetos, não exigem um investimento muito alto, até porque somente 24% dos projetos implementados se deram com auxílio de financiamento. Tanto a renda destes projetos, como a produção para comercialização dos outros produtos citados anteriormente, podem ser considerados um complemento para as receitas da família, pois ainda não fazem frente à renda da atividade fomicultora predominante em praticamente todos os jovens pesquisados.

Cabe registrar que 71% dos jovens NP declararam não ter desenvolvido novas iniciativas de geração de renda nas suas Unidades Familiares. Somente nos PJERs citados acima, 59% dos jovens ADRs declaram ter aplicado os projetos. Se tomarmos a referência dos jovens do grupo NP, podemos constatar que houve uma mudança importante neste quadro, observando que 29% dos jovens NP declararam ter desenvolvido alguma tentativa para realizar uma nova atividade de geração de renda na sua Unidade Familiar. Importante ressaltar também, que os jovens ADRs destacaram como principais dificuldades para implementar seus projetos a falta de recursos financeiros (35%), o baixo valor dos produtos para comercialização, depois a falta de apoio dos pais e a falta de assistência técnica.

Neste quadro de análise procuramos agrupar os projetos por área de concentração, ou seja, verificar o ramo dos projetos desenvolvidos. Procuramos fazer isso para identificar quais as áreas onde houve mais projetos e quais foram mais bem sucedidos. Pois como tratamos na última sessão do capítulo 4 desta pesquisa, se organizada esta produção de forma coletiva a viabilidade mercantil poderia se mostrar viável. Se durante a formação dos jovens este elemento não foi suficientemente explorado, cremos que ainda cabe retomar e aprofundar este aspecto e analisar o tamanho da produção e a real situação para avaliar a viabilidade mercantil da produção de forma coletiva.

¹¹⁹ A fruticultura tem o período de espera para o começo da produção, por isso ainda é cedo para avaliar esta atividade.

5.4 A Gestão da Unidade Familiar

Neste objetivo procuramos **verificar como os jovens participam nos processos de gestão do fluxo de caixa, planejamento das atividades e distribuição da renda na sua Unidade Familiar de Produção (UFP)**, comparando os padrões dos participantes e dos não participantes do PEJR.

Realizar o controle financeiro da Unidade Familiar não é tarefa fácil e comum para todos os agricultores. Em nossa pesquisa declararam realizar controle do fluxo de caixa¹²⁰ 63% dos jovens ADRs e 31% dos jovens NP. Esta prática tem se tornado mais importante na medida em que foram surgindo novas possibilidades de gastos, seja por necessidades de consumo das famílias ou pelos investimentos em tecnologia para facilitar a produção na agricultura. Constatamos que muitos dos pais dos jovens possuem uma escolaridade baixa. De forma que 7% dos pais dos jovens ADRs e dos pais dos jovens NP não são alfabetizados, conforme pode ser observado na tabela 15.

Tabela 15: Níveis de Escolaridade dos pais dos Jovens Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) e jovens Não Participantes (NP)

Nível de escolaridade	ADRs		NP	
	Absolutos	Porcentagem	Absolutos	Porcentagem
Analfabeto	17	6%	13	8%
Alfabetizado	96	36%	38	22%
EF Incompleto	107	40%	86	51%
EF Completo	24	9%	15	9%
EM Incompleto	4	1%	4	2%
EM Completo	14	5%	7	4%
Curso Técnico	2	1%	2	1%
Ensino Superior Incompleto	2	1%	3	2%
NR	2	1%	2	1%
Totais	268	100%	170	100%

Fonte: Elaborado pelo autor através de pesquisa de campo realizada em 2010.

Por conta da qualidade do ensino e da baixa escolaridade observou-se que os pais dos jovens pesquisados apresentam dificuldade em relação à escrita e as operações matemáticas. Esta pode ser uma questão que os desestimula a realizar um controle financeiro mais apurado

¹²⁰ Em finanças o fluxo de caixa refere-se ao montante de dinheiro recebido e gasto por uma empresa durante um período de tempo.

de sua Unidade Familiar. É provável que se não houver algum estímulo, as famílias dos jovens NP não passarão a adotar uma prática mais apurada para realizar seu controle financeiro.

Um aspecto que nos chamou a atenção foi a forma democrática como é feito o planejamento das atividades na Unidade Familiar em praticamente metade das famílias dos jovens pesquisados. Os jovens ADRs assumem maior responsabilidade junto às famílias, se relacionados aos jovens NP. Se considerarmos que 53% dos jovens ADRs e 38% dos jovens NP não moram com os pais, é possível deduzir que boa parte dos jovens que saíram de junto de seus pais também realizam o planejamento da Unidade Familiar de forma partilhada.

Tabela 16: Quem assume o planejamento da Unidade Familiar

Responsável	ADRs	NP
O jovem	25%	12%
O pai	12%	25%
A mãe	2%	6%
É realizado em conjunto	56%	47%
Não planejamos	4%	7%
NR	1%	3%
Total	100%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo, realizada em 2010.

A questão da autonomia financeira é um elemento fortemente relacionado à permanência ou não dos jovens na Unidade Familiar. Diante disto procuramos identificar como os jovens recebem sua renda. Notamos que predomina nos dois grupos de jovens pesquisados aqueles que possuem alguma independência financeira em relação a seus pais, acentuando um grau de autonomia financeira um pouco maior por parte dos jovens ADRs. A autonomia financeira representa que, além dos jovens não ficarem dependentes de seus pais, eles podem começar a controlar seu orçamento, fazer planos, comprar suas coisas e aprender a administrar seu próprio dinheiro. Em muitas famílias o filho recebe uma área de terra para trabalhar e desenvolve sua própria atividade, porém não há divisão da força de trabalho na Unidade Familiar. Todos se ajudam conforme necessidade do trabalho em qualquer uma das atividades familiares.

Tabela 17: Como os jovens recebem sua renda

Quanto a renda	ADRs	NP
Trabalha fora e recebe seu próprio dinheiro	44%	41%
Trabalha para si na propriedade e recebe seu dinheiro	26%	23%
Trabalha com os pais e recebe conforme precisa	22%	27%
Outra situação	8%	9%
Total	100%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo, realizada em 2010.

Nas famílias em que os jovens recebem o dinheiro conforme precisam observamos duas situações distintas. Em uma delas os pais são centralizadores e os jovens desconhecem os números financeiros da Unidade Familiar. Nestes casos provavelmente o jovem terá autonomia somente quando sair de casa, quando for trabalhar para si ou casar. Na outra situação existe um bom diálogo entre pais e filhos, e os jovens não se importam em pedir dinheiro para eles, não há constrangimento nesta atitude. Em outras situações encontramos um menor número de jovens que recebem um valor fixo por mês e aqueles que trabalham com os pais e recebem uma percentagem da produção. Verificamos ainda que 46% dos jovens ADRs e 32% dos jovens NP possuem cartão de crédito. Dos jovens ADRs 26% disseram ter dinheiro poupado, enquanto 20% dos jovens NP têm poupança.

Em pesquisa realizada com jovens filhos de agricultores familiares no Sul do Brasil, Brumer (2006) relata que as reivindicações dos jovens abordam principalmente dois aspectos. Um relacionado ao acesso a uma renda própria, cujos recursos eles possam decidir como utilizar, e o outro que se relaciona com o primeiro, que é um maior grau de autonomia em relação aos pais. Para a autora, o primeiro aspecto dificilmente é equacionável dentro da economia familiar, que conta com recursos geralmente indivisíveis e ficam sob o controle do pai. Uma alternativa para os jovens é o assalariamento,¹²¹ geralmente no meio urbano, que marca uma ruptura temporária ou definitiva com a atividade rural. Neste aspecto, em nossa pesquisa migraram para a cidade 32% dos ADRs e 31% dos jovens NP. Um percentual de 17% dos ADRs e 16% dos jovens NP trabalha parte no campo e parte na cidade.

¹²¹ Dos familiares de todos os jovens entrevistados que moram no campo, 79% deles tem sua fonte de renda somente de atividades desenvolvidas no campo e 21% deles tem parte de sua renda vinda de atividades realizadas no campo e parte na cidade.

5.5 As Escolhas dos Jovens Rurais

Neste espaço pretendemos **analisar, a partir dos depoimentos dos jovens rurais pesquisados, quais são os atrativos e condições que influenciam e determinam sua permanência ou evasão do campo.** No contexto da agricultura familiar, os questionamentos da juventude rural supõem o entendimento da dinâmica social que relaciona a casa (a família), a vizinhança (a comunidade local) e a cidade (o meio industrial). Estes espaços de vida distintos e sobrepostos se entrelaçam e dão substância à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade. Até pouco tempo o filho do agricultor era predestinado a ser agricultor, cabendo a ele poucas opções para outras atividades. Hoje ser agricultor é apenas uma opção para os jovens rurais. Dos jovens rurais pesquisados identificamos vendedores que atuam na área do comércio de confecções e eletrodomésticos, técnicos em diversas áreas, militares, gestores de equipes, professoras, estagiários em Sindicatos, mecânicos, motoristas, eletricitas, jardineiros, líderes de Movimentos Sociais, líderes de equipe, agricultores etc.

Nesta pesquisa já mencionamos, mas para esta análise cabe recordar que dos jovens entrevistados 68% dos ADRs e 71% dos jovens NP moram no campo, enquanto 32% dos ADRs e 29% dos jovens NP moram na cidade. A investigação procurou identificar a projeção dos jovens rurais quanto à moradia, perguntando se o projeto de vida deles era viver no campo ou na cidade. Fizemos a seguinte pergunta aos jovens pesquisados dos dois grupos: Seu projeto de vida é viver no campo? Os resultados encontrados permitem apontar que 54% dos ADRs pretendem construir seu projeto de vida no campo, enquanto dos jovens do grupo NP, 29% assumem esta pretensão, 28% dos jovens de cada grupo se mostraram indecisos quanto à pergunta, sendo possível observar estes resultados no gráfico 5.

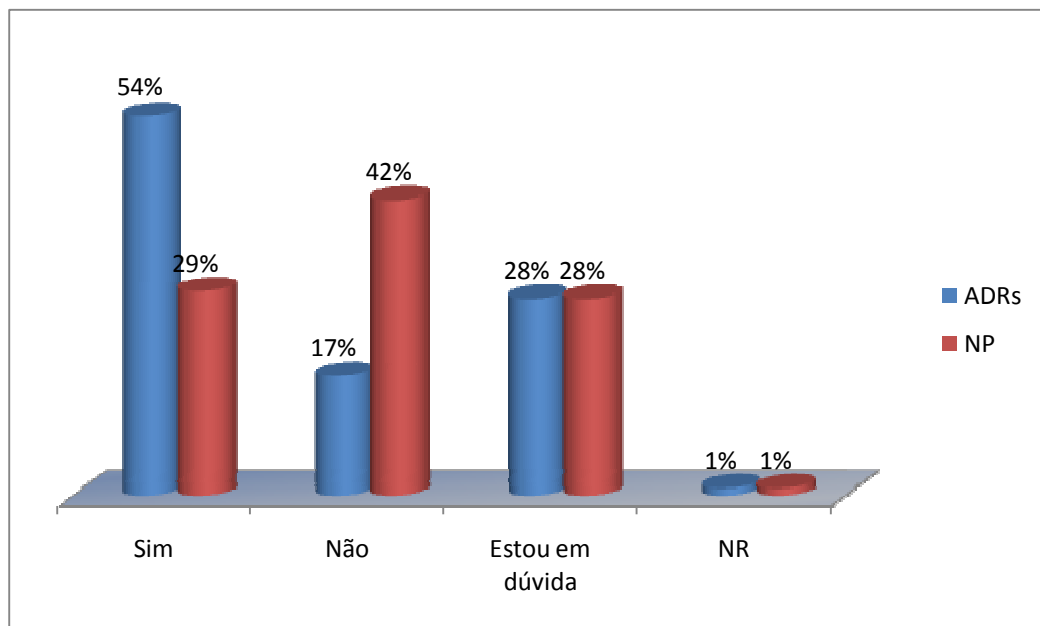


Gráfico 5: Projeto de vida dos jovens rurais

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa de campo, realizada em 2010.

Verificamos a mesma questão somente entre os jovens que moram no campo e constatamos que entre os jovens ADRs 68% pretendem continuar no campo, 3% não querem continuar no campo e 29% estão em dúvida. Entre o grupo de jovens NP, 32% pretendem continuar vivendo no campo, 32% querem mudar do campo e 36% estão em dúvida. Diante deste quadro percebemos que os jovens ADRs que estão no campo estão mais convictos de sua opção, se relacionados aos jovens NP. Captadas as percepções dos jovens rurais sobre a vida no campo percebemos que entre os jovens dos dois grupos que estão na cidade, a opção em morar e trabalhar lá não significa um desgosto pela vida no campo. Para a grande maioria significa a possibilidade para viverem com melhores condições de vida do que se estivessem no campo, - dado as dificuldades para desenvolverem alternativas de renda a custos (investimentos menores). Nestes casos, o assalariamento na cidade lhes proporciona uma entrada de recursos financeiros mensais sem necessidade de investimentos considerados arriscados na produção agropecuária. Constatamos que o maior percentual de jovens que fizeram a opção em morar no campo foram os ADRs. É muito provável que grande parte desses jovens tenha feito esta opção por influência e contribuição do PEJR.

Nos resultados da pesquisa, chamou a atenção o fato de que, dentre os jovens ADRs que estão na cidade, 48% ainda pensam em voltar a viver no campo, enquanto do grupo dos jovens NP apenas 25% pensam em retomar sua vida no campo. Porém, muitos dos jovens que

estão na cidade mencionaram querer voltar para o campo somente depois que se aposentarem, mas o sonho deles é poder comprar um sítio próximo da cidade. Ainda há o caso daqueles que estudam e não encontram oportunidade em sua comunidade. G.S. de 28 anos formou-se na primeira turma de jovens do PEJR. Através de um projeto voluntário realizado com as crianças de sua comunidade descobriu que queria trabalhar com crianças e rumou para a universidade. Depois de 8 anos na academia, em 2011 está concluindo sua Graduação em Educação Infantil e atuando na rede de ensino em Santa Cruz do Sul. “Gostaria de poder ajudar trabalhando na minha comunidade, mas lá não tem a possibilidade para este tipo de trabalho”, lamentou (Entrevista em setembro de 2010).

O jovem M.R. evadiu para a cidade e sonha com a vida no campo. O jovem experimentou formar um grupo para participar da feira do produtor e chegaram a comercializar seus produtos na cidade. Como o grupo não deu certo e ele tinha limitação de recursos financeiros mudou-se para trabalhar na cidade. Ao contrário de Graciana, Mauro possui o primeiro ano do Ensino Médio e ainda procura o melhor momento para concluir esta etapa de seus estudos. Na cidade trabalhou de vendedor, financiou uma camioneta e buscava produtos na CEASA¹²² em Porto Alegre para vender nos bairros da cidade. Como não deu muito certo formou uma microempresa e assumiu a cantina em um colégio particular. “Eu quero muito voltar a viver no campo, tenho muitos projetos em mente. Mas é difícil encontrar uma terra legalizada e agilizar o financiamento. Se continuar assim vou precisar voltar a estudar” (Entrevista em outubro de 2010).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário possui o Programa Nacional de Crédito Fundiário¹²³ destinado a atender os jovens rurais sem terra, filhas e filhos de agricultores familiares e estudantes de escolas agrotécnicas, com idade entre 18 e 28 anos. Por meio da linha Nossa Primeira Terra, os jovens recebem crédito de até R\$ 70.000,00 voltados à aquisição de imóveis e investimentos em infraestrutura básica. Porém, além da dificuldade de

¹²² A Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, tendo capital do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (a quem cabe a gestão, através da Secretaria da Agricultura) e Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A CEASA/RS é o grande centro distribuidor de hortigranjeiros do Rio Grande do Sul. Em torno de 35% do total consumido no Estado são comercializados pelas empresas e produtores que operam na CEASA/RS. Verificado em <http://www.ceasa.rs.gov.br/> Acesso em 5 de maio de 2011.

¹²³ Informações contidas no Guia de Políticas Públicas de Juventude, SNJ, disponível em http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/arquivos/guiajuventude.pdf. Acesso em 25 de outubro de 2010.

encontrar terras legalizadas para a compra existe a dificuldade do preço, que em nossa região gira em torno de R\$ 10.000,00 o hectare. Nos itens anteriores já chamamos a atenção para a estrutura fundiária da região.

Já na concepção do jovem A.S. para valer a pena morar na cidade é preciso ganhar no mínimo dois salários. “Se for para ganhar menos e precisar pagar aluguel, daí não vale a pena, e com pouco estudo a gente já sabe que não vai ganhar muito mais que o salário mínimo, daí é melhor trabalhar por aqui mesmo, no interior a gente ganha menos, mas gasta menos” (Entrevista realizada em outubro de 2010).

Assim como estes, poderíamos dar inúmeros exemplos, cada um com sua particularidade, carregados de emotividade, lamentações e esperanças. O maior problema apontado pelos jovens para viver no campo é a baixa remuneração. Os jovens procuram uma estabilidade financeira, buscam sua independência financeira para atender o consumo básico, incluindo lazer, vestuário, acesso aos meios de comunicação (computador e celular) e meio de transporte (moto ou similar). Como não conseguem estes recursos com o trabalho agrícola se submetem ao trabalho assalariado. Os principais problemas do campo, para os jovens rurais pesquisados estão relacionados no gráfico abaixo.

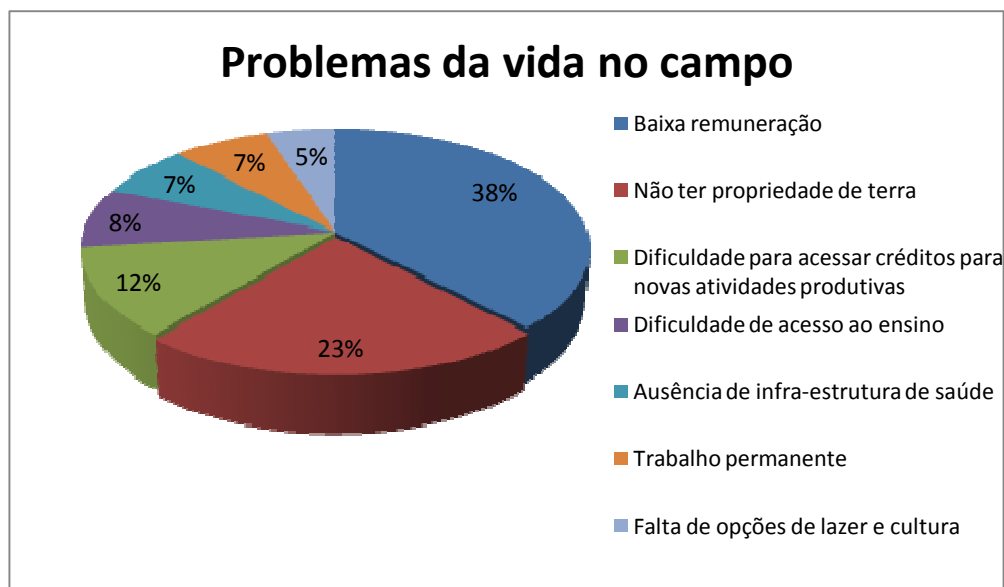


Figura 3: Maiores problemas da vida do campo para o conjunto dos entrevistados
Fonte: Elaborado pelo autor através de pesquisa junto aos jovens rurais, realizada em 2010.

As constatações dos autores abaixo representam em grande parte os principais problemas enfrentados na agricultura familiar e citados pelos jovens, aqui e em outros momentos. Conforme os autores

[...] para fazer frente a uma tendência decrescente dos preços, em termos reais, e contrabalançar a valorização crescente das terras e as altas do custo de produção, a agricultura só encontrou um caminho: modernizar-se, ou seja, recorrer cada vez mais ao emprego de novos processos de produção e o aprimoramento cada vez mais acentuado de recursos tecnológicos. Com isso, o modelo agrícola baseado na exploração do trabalho familiar foi se enredando em processos contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que, em teoria, desonerava o agricultor do trabalho braçal, penoso, exigia-lhe numa proporção talvez ainda maior, mais produtividade. Enquanto isso, paradoxalmente, ocorria um vertiginoso declínio de sua lucratividade. Notou-se então uma necessidade de aplicação cada vez maior de capital que se refletia em mais benfeitorias, mais insumos industriais, fertilizantes químicos, instrumentos e máquinas, sementes de variedades melhoradas, etc. (ROCHA e BRANDENBURG, 2003, p. 95).

A dificuldade de acesso a terra é o segundo maior problema citado pelos jovens (já tratamos deste aspecto). Aparentemente a falta de acesso a financiamentos não deveria ser problema, haja vista os inúmeros sistemas de crédito destinados à agricultura familiar. Porém se verificarmos com mais atenção percebemos algumas fragilidades neste sistema. Um limitador para acessar este sistema é encontrado quando o agricultor não é proprietário de terra. Em se tratando de jovens rurais, esta situação se torna ainda mais complicada, como nos conta L.P. de 25 anos, morador no Município de Santa Cruz do Sul.

Eu não tenho terra no nome e lá em casa o pai é durão. É muito difícil ele aceitar querer fazer outra coisa que não seja plantar fumo, nada mais dá certo e é ele quem sabe trabalhar e esta com a razão. Tu acha que meu pai vai apoiar que eu faça um financiamento no banco? E quem responde por mim no banco se eu não tenho nada? Nunca ia conseguir. E já que fui convocado para o quartel vou aproveitar para me arranjar aqui na cidade mesmo. (Entrevista em novembro de 2010).

Especificamente para as filhas e os filhos de agricultores familiares, com idade entre 16 a 25 anos, foi criada a linha de crédito do Pronaf Jovem,¹²⁴ que está vinculada ao Programa Nacional da Agricultura Familiar. Nesta linha de crédito o recurso de até R\$ 6.000,00 pode ser pago em até 10 anos, com juros de 1% ao ano e investidos em projetos específicos de geração de renda ou em novas iniciativas executadas pela família. Para acessar esta linha de crédito os jovens devem ter concluído ou estar cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou ter participado de curso ou estágio de formação profissional. Neste sentido o PEJR age

¹²⁴ Idem.

corretamente ao estimular o desenvolvimento de novos projetos de geração de renda para os jovens rurais, pois o investimento para os projetos está amparado por esta linha de crédito. Mas notamos que o jovem Leandro não encaminhou seu projeto de vida desta forma. Já citamos anteriormente que apenas 24% dos ADRs utilizaram financiamento para executar seus projetos. Constatamos ainda que somente um projeto foi financiado por esta linha de crédito.

Para Sr. P.C. pai de uma jovem, acessar este tipo de crédito é muito complicado. Em sua fala nos relata que perdeu a conta das vezes que teve que ir ao banco junto com a filha para conseguir liberar o recurso. “Não sei o que acontece, mas acho que o banco não acredita nos jovens e não tem interesse de fazer este tipo de empréstimo. Diante disso os pais que cumprem os requisitos do banco e apoiam os filhos buscam uma linha do Pronaf normal. Então pra que é que tem linha de crédito especial para os jovens?” (Entrevista em outubro de 2010). Se for difícil para os jovens ADRs, que possuem projetos elaborados, que estão informados sobre as políticas públicas e como acessá-las, presumimos que para os jovens Não Participantes esta situação seja ainda mais complicado.

Como principal vantagem que os jovens rurais apontam em viver no campo está a vida saudável, o ar puro e a qualidade da alimentação. Este elemento está ligado também ao custo de vida mais baixo e ao contato com a natureza. Os jovens frisam muito a questão do ar mais puro, do contato com a natureza, de não precisar pagar aluguel e produzir boa parte de sua alimentação. Em conversa com os entrevistados nota-se que ao trazerem estes elementos eles relacionam muito com a vida na cidade, trazendo comparações tipo “na cidade a gente ganha um salário, mas precisa comprar tudo, aqui podemos produzir”, “aqui a gente sabe o que come”. Também relacionam o custo de vista com a moradia, tipo, “se morasse na cidade quanto eu teria de pagar de aluguel?” ou, “você vê os assaltos e inundações que estão acontecendo?”

Na figura a seguir constam as respostas apresentadas pelos jovens sobre as vantagens da vida no campo.

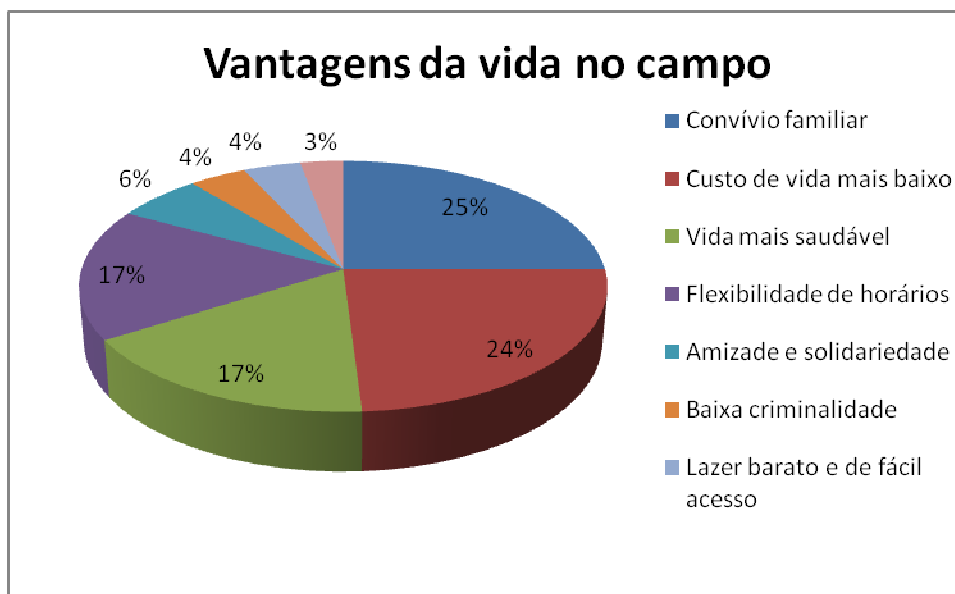


Figura 4: Maiores Vantagens da vida do campo para o conjunto dos entrevistados
Fonte: Elaborado pelo autor através de pesquisa junto aos jovens rurais, realizada em 2010.

O convívio familiar e o custo de vida mais baixo foram apontados como os dois elementos mais valorizados pelos jovens rurais. Estes elementos mostram a importância que a família assume para o desenvolvimento dos jovens, seja para seu amparo, para o fortalecimento de sua personalidade ou na orientação para suas decisões. A relação do custo de vida mais baixo está relacionado principalmente à possibilidade de produzir alimentos para o consumo e de não precisarem pagar aluguel para morar. Este elemento assume grande importância para as famílias, principalmente se relacionarmos que o problema mais grave citado foi a baixa remuneração recebida pelo trabalho no campo.

A vida saudável e a flexibilidade de horários parecem citadas pelo mesmo percentual (17%) de jovens. A vida saudável está associada à pureza do ar e a qualidade dos alimentos para o consumo, que podem ser produzidos na própria Unidade Familiar. Também se relaciona com a liberdade que possuem no trabalho, pois muitos citam que não existe um patrão e que podem definir seus próprios horários para o trabalho. Neste caso sabendo de seus compromissos com as atividades a serem realizadas podem descansar mais, e quando chove muitas vezes também não tem serviço. Por outro lado percebemos que em muitas famílias esta liberdade é condicionada às atividades realizadas, por exemplo, quem precisar ordenhar as vacas, pode definir que horas vai fazer isso, mas terá que fazer pelo menos duas vezes ao dia, inclusive nos finais de semana. Por outro lado, em períodos de plantio ou colheita se trabalha bem mais que 8 horas diárias. Porém, no campo as pessoas são gestoras de sua própria

jornada de trabalho, de acordo com o serviço que tem para fazer e com as prioridades estabelecidas pelo próprio trabalhador.

Se forem considerados os itens menos citados das coisas boas que se encontram no campo, vamos encontrar a amizade e solidariedade da comunidade, o contato com a natureza, o lazer barato e de fácil acesso e; a baixa criminalidade. Alguns destes elementos até pouco tempo não eram mencionados, por exemplo, a preocupação com assaltos no campo, mencionando inclusive, que em muitas festas comunitárias é necessário contratar empresas de segurança para evitar brigas. Este é um elemento emergente que se contradiz com o espaço de convivência comunitária caracterizada por momentos de encontros pelos pais destes jovens e avós, até pouco tempo. Nestes aspectos começam a aparecer elementos agravantes que nos mostram outra dimensão da vida no campo. Aquele cenário de paz e solidariedade já não é tão comum. Um aspecto a ser considerado é que a sensação de paz e segurança permanece no campo somente até que ocorra alguma situação desagradável, como roubos, assaltos etc, pois nestes casos, por não haver policiamento próximo em muitas comunidades rurais, a vulnerabilidade se torna ainda maior que nas cidades. Estes acontecimentos, mesmo que ocorram com menor frequência, causam um desconforto muito maior para a população do campo, que se encontra em estado maior de vulnerabilidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos na literatura, o produtor rural não pode ser mais identificado simplesmente como produtor agropecuário, pois em muitas regiões este agente se insere em outros circuitos produtivos que, até recentemente, não eram explorados por não se perceber um mercado capaz de garantir geração e apropriação de renda para o produtor. A pluriatividade vem sendo uma alternativa de renda cada vez mais recorrente para geração de renda para as pessoas do campo. Contudo, os elementos da multifuncionalidade e pluriatividade não podem ser considerados como alternativas presentes em todas as regiões. No caso de nossa pesquisa com os jovens rurais na região do Vale do Rio Pardo, notamos que estas alternativas de alocação de trabalho e apropriação de renda são relativamente escassas, quando confrontamos com o padrão dominante em outras regiões do Estado. Alternativas de multifuncionalidade ainda são pouco exploradas e/ou devidamente reconhecidas pelos produtores rurais da região e, em nossa opinião, a exploração de atividades que não dizem respeito à produção e beneficiamento de alimentos nesta região só se impõem eventualmente, e como resistência à desvalorização relativa das atividades e produtos da agropecuária.

Em se tratando das famílias rurais, notamos que a rentabilidade se associa, usualmente, a padrões de consumo relativamente elevados. Tal fato é indissociável dos estímulos sociais à adoção de novos padrões de consumo que elevam o custo de vida no campo, o que cada vez mais aproxima a população rural dos padrões urbanos de consumo e acesso a bens. Se de um lado o acesso a produtos como carro, motocicleta, televisor, computador, celular, etc representam maior conforto, por outro lado representam despesas monetárias adicionais no orçamento familiar, tais como contas de telefone, cartões pré-pagos, internet, impostos de veículos, combustíveis, manutenção etc. Dado que o ingresso de recursos monetários é concentrado nos períodos de safra (e, na região sob análise, principalmente através da comercialização do tabaco), as famílias do campo vem aprofundando o comprometimento antecipado de suas receitas monetárias, pois o fluxo de caixa do negócio familiar ao longo do ano é deficitário na maior parte do tempo. Dado que os resultados da produção agropecuária se encontram sujeitos a riscos estruturais por intempéries climáticas e flutuações de preço, e dado que há despesas monetárias relativamente inflexíveis com alimentação, vestuário e saúde, bem como com a aquisição de insumos produtivos, este descompasso crescente entre saídas e ingressos monetários impõe a necessidade de maior

rigor na gestão da Unidade Familiar, o que nem sempre é adequadamente adotada pelas famílias, devido aos apelos pelo consumo.

Assim, o meio rural transforma-se em um espaço cada vez mais heterogêneo e desigual, onde a juventude é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição de fronteiras entre o espaço urbano e rural, associada à falta de perspectivas para quem vive da agricultura poder acompanhar este padrão de modernização. Percebemos que os jovens do meio rural das gerações passadas (agora os pais dos jovens pesquisados) construíam suas experiências em espaço social mais restrito, enquanto que as gerações atuais estão cada vez mais ligadas a relações sociais e culturais mais amplas, o que possibilita a estes jovens repensarem suas identidades, suas relações pessoais e seus projetos de vida. Agora e cada vez mais centrados na decisão entre permanecer no meio rural ou partir em busca de novas oportunidades nas cidades, o que vem fortalecendo o debate em torno da sustentabilidade geracional do campo. Além do mais, os jovens de agora, cada vez mais procuram afirmações para o seu futuro e aspiram à construção de seus projetos, geralmente vinculados ao desejo de inserção no mundo moderno.

Desta forma contata-se o problema da questão sucessória na Agricultura Familiar, que acontece quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade e os traços culturais trazidos de seus antepassados, esbarrando no dilema de escolha e opção sob os novos padrões da vida no campo. E assim, pela insuficiência dos ganhos para manterem seu padrão de consumo, cada vez mais optam por ocupação em atividades assalariadas, geralmente nas cidades, o que fortalece a tendência de termos um rural cada vez mais esvaziado e envelhecido, e, segundo alguns autores, com tendência a predominância da masculinização desta população.

Frente a esta realidade adversa ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e de acordo com os objetivos propostos por esta pesquisa, nossa análise corrobora com a hipótese de que em grande parte, o Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural responde a carências na formação teórica, técnica e cívica dos jovens e alavanca sua capacidade de inserção produtiva autônoma no mundo rural. Constatamos que os jovens ADRs apresentaram maiores indicadores em todos os aspectos pesquisados, se relacionados aos jovens do grupo dos Não Participantes, seja em iniciativas como o uso adequado dos recursos naturais na sua

propriedade, maior diversificação de produção de alimentos para o consumo, maior grau de diversificação produtiva para comercialização, além de apresentarem maior inserção social e maior grau de autonomia. Além do mais, como vimos, os jovens ADRs estão mais definidos a construir seu projeto de vida no campo. Isto equivale a dizer que programas como o PEJR tem uma contribuição importante para estimular o desenvolvimento e inserção socioeconômica dos jovens rurais e sua permanência no campo.

Não obstante, ao analisar e sistematizar as dificuldades e possibilidades com as quais se deparam os jovens da amostra em suas tentativas de diversificação da propriedade constatamos que os determinantes da evasão dos jovens rurais são mais amplos do que as carências de formação teórica, técnica, administrativa e cívica, que no nosso entendimento o PEJR supre com competência e propriedade. As determinações centrais desta evasão se encontram nos estreitos limites das oportunidades objetivamente abertas ao jovem rural para exercer suas competências empreendedoras no campo; haja vista o custo de oportunidade relativamente elevado representado pela inserção produtiva em ambientes urbanos onde a remuneração monetária, a regulamentação das relações empregatícias, e as oportunidades de lazer e aprendizagem são maiores.

Em suma: percebemos que, para um processo de reconversão produtiva nesta região, é imprescindível a oferta de uma modalidade de ensino como a proposta pelo PEJR, pois habituados a tantos anos ocupando-se da monocultura do tabaco, aprofundaram-se e enraizaram-se resistências culturais e de capacitação técnica à diversificação produtiva. Como foi visto na análise dos questionários, os ADRs apresentaram um padrão de diversificação para o auto-consumo e comercialização superior aos não-participantes. Notamos, contudo, que a plena realização desta disposição e potencial de diversificação dependeria de todo um conjunto de esforços e ações de outros agentes e instituições, sejam públicos, sejam privados. Em especial, haveria que se articular as ações destes agentes e instituições com vistas a definir e explorar coletivamente novos nichos de inserção produtiva capazes de garantir rentabilidade e sustentabilidade às atividades familiares rurais.

Como percebemos na pesquisa, o grau de diversificação da produção para o mercado, capaz de garantir a ampliação da renda monetária das famílias, é muito restrito, de forma que o grau de dependência do tabaco por parte das Unidades Familiares continua expressivo.

Como vimos, dos 118 projetos desenvolvido pelos ADRs, 45 deles (38%) proporcionaram aumento de renda, contribuindo para o enfrentamento do principal problema na vida do campo citado pelos jovens: a baixa remuneração. Porém, mesmo esta percentagem (minoritária, mas relativamente expressiva) de egressos bem sucedidos na diversificação mercantil não conseguiram alterar significativamente o grau de dependência dos empreendimentos familiares com relação ao tabaco: a grande maioria das unidades familiares que implantaram experiências de diversificação mercantil continua tendo na produção e comercialização do tabaco a principal fonte de renda.

Não é difícil perceber os principais elementos que dificultam a implementação de novas atividades de geração de renda por parte dos jovens rurais. Os três problemas do campo mais citados pelos jovens rurais e que precisam ser enfrentados são: a baixa remuneração das atividades no campo (38%), a disponibilidade de terra (23%) e o acesso facilitado a créditos para desenvolver novas atividades produtivas (12%). Quando mencionamos que o PEJR não é suficiente para enfrentar todas as questões que envolvem as decisões entre os jovens rurais ficarem ou evadirem do campo, é também destas situações que estamos tratando.

A resolução destas situações depende muito além do esforço de programas de formação e lideranças locais. A remuneração dos produtos agropecuários, a distribuição da terra e a ampliação do crédito para novas atividades produtivas dependem de uma política nacional para o setor. Tais políticas, contudo, esbarram em obstáculos políticos e fiscais não desprezíveis. Desde logo, ampliar a remuneração do produtor rural sem alterar a estrutura fundiária pressuporia ampliar o preços dos alimentos, com impactos negativos sobre a renda real dos trabalhadores e, conseqüentemente, com pressões sobre os salários nominais. De outro lado, ampliar a remuneração do agricultor familiar a partir da ampliação do volume ofertado pressupõe a democratização da estrutura fundiária, maiores dispêndios com assistência técnica e ampliação do financiamento para investimento e qualificação do trabalho agrícola, associado à depressão de exigências de garantias e do “burocratismo” ainda presente no acesso ao crédito rural. Os rebatimentos fiscais e políticos de uma tal opção (bem como as resistências à mesma) nos parecem evidentes e carecem de maiores comentários neste espaço.

Quer nos parecer, ainda, que o adequado enfrentamento dos obstáculos à expansão da renda rural das Unidades Familiares teria de passar pela adoção de políticas efetivas de

“divisão do trabalho” entre a Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar. Sendo mais específicos, pensamos que o governo poderia disponibilizar e facilitar o acesso a créditos específicos para estes dois sistemas agrários distintos e com grande importância para o desenvolvimento do país. Ou seja, dada a disponibilidade de mão de obra e tamanho das propriedades o governo deveria adotar políticas de incentivo e direcionar linhas de créditos preferências com vistas a estimular a Agricultura Familiar a se dedicar a atividades que maximizassem a utilização de seus recursos específicos – em especial, a disponibilidade relativamente maior de mão-de-obra -, como a criação de pequenos animais, pecuária leiteira e fruticultura, cuja rentabilidade por área é relativamente elevada, emprestando sustentabilidade econômica às pequenas propriedades. Por outro lado atividades como a produção de trigo, soja, milho, etc. que utilizam alta mecanização e que são intensivas em terras deveriam ser destinadas, preferencialmente, à Agricultura Não Familiar.

Defendemos ainda que no caso da Agricultura Familiar, deveria ser pensada uma especialização em forma de cadeia e beneficiamento dos produtos; o que não se confunde (pelo contrário) com a defesa de qualquer especialização de tipo “monocultor”. Enquanto a especialização é um elemento importante para alavancar a produtividade e garantir escala mínima eficiente em termos regionais, a diversificação representa a questão da segurança, de não estar atrelado a um único produto ou serviço. Neste sentido a especialização adequada pode promover o desenvolvimento endógeno de uma região é aquela que se associa a uma certa diversificação e que se apóia na criação e fortalecimentos de cadeias produtivas que solidarizem diversos produtores pelo ingresso em sistemas onde uns são clientes dos outros, até o cliente final, o consumidor de bens agropecuários.

Ora, se as políticas fundiárias, financeiro-creditícias e de assistência técnica não podem ser alteradas e definidas apenas por agentes locais, a identificação e hierarquização de nichos e cadeias de especialização produtiva e a articulação dos produtores familiares de uma dada região para a exploração destes nichos/cadeias pode e deve ser objeto da ação de agentes locais. É justamente neste plano que percebemos um caminho para o aprofundamento e qualificação do trabalho em curso do PEJR.

Este aprofundamento e qualificação da atividade do PEJR mostra-se tão mais necessário na medida em que – como observamos anteriormente - a heterogeneidade

edafoclimática, produtiva e fundiária da região, bem como a dispersão geográfica dos jovens que ingressam no programa, complexifica sobremaneira a identificação de oportunidades sustentáveis de diversificação produtiva. Tais dificuldades ficam evidentes na grande heterogeneidade dos projetos de diversificação produtiva dos participantes do programa. O problema não é, essencialmente, que estes projetos sejam gerados de forma individual. Num certo sentido, todo o projeto de investimento e diversificação de um empreendimento familiar é “individual”, se se toma a “família” como o indivíduo que avalia os riscos, a relação custo/benefício e toma a decisão final de investir ou não. O problema de fundo é que os jovens não são estimulados (ou não conseguem) a tomar suas decisões de investimento à luz das estratégias em curso de seus vizinhos. Nem, tampouco, são estimulados a constituir fóruns onde as decisões de investimento possam se dar de forma solidária e complementar.

Como o CEDEJOR atua também como Agência de Desenvolvimento, caberia a ele articular através do PEJR a organização desta cadeia produtiva entre os ADRs e demais agentes do território, agentes de mercado e assistência técnica. Pensar neste aspecto significa assumir um planejamento que começa com a elaboração dos Projetos de Empreendedorismo do Jovem Rural (os PJERs), e desencadeia na comercialização destes produtos. Ou seja, ao invés de haver projetos com atividades aleatórias e individuais, pensar em quais elementos são importantes para viabilizar uma cadeia produtiva, uma forma de empreendedorismo coletivo. Pensar de forma coletiva para o enfrentamento dos desafios mercantis para viabilização de novos produtos e novos mercados rentáveis significa pensar em como reduzir custos de produção, como adquirir insumos mais baratos, como alcançar volume de produção e qualidade dos produtos de forma menos sazonal possível. Inclui estratégias para agregar valor (industrialização de alguns produtos), pensar em mercados mais amplos e reduzir despesas logísticas.

É verdade que pensar em pequenos arranjos locais, como Compra Direta, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), feiras locais já se constituem numa boa iniciativa que estimula a diversificação produtiva das famílias rurais. Mas, para que se construam alternativas que possam envolver uma população maior, acreditamos que iniciativas individuais e dispersas terão maior dificuldade de se firmar, frente aos desafios mercantis que estabelecem grande rigor produtivo e competitividade de preços.

Por fim, reconhecemos que as formas de sociedades rurais contemporâneas apresentam significativas transformações no âmbito das concepções de mundo, estilos de vida, modalidades de trabalho e, sobretudo, dos processos de tomada de decisão. Diante deste contexto, a problemática da desvalorização do meio rural desencadeia o êxodo rural de grande parte de sua população jovem. Não defendemos aqui que aqueles nascidos no campo sejam predestinados a permanecer ali por toda sua vida. Inclusive, em nosso entendimento e por depoimento dos jovens ADRs pesquisados, o PEJR tem contribuído para o desenvolvimento inclusive daqueles que se mudaram para a cidade, pois o fizeram com uma compreensão mais ampla do mundo, com maior consciência daquilo que queriam e do que enfrentariam. Porém, de acordo com o foco de nossa pesquisa, entendemos que o enfrentamento de iniciativas que melhorem a renda do jovem rural é uma questão central e determinante para sua tomada de decisão, entre sair ou ficar no campo.

Em suma: reconhecemos a amplitude deste programa e sua importante contribuição para que os jovens rurais possam alcançar melhores condições de vida no campo. Por conta da complexidade do meio rural e dos diversos fatores que envolvem a tomada de decisão das pessoas, em especial dos jovens, nossa pesquisa não pretendeu ser exaustiva, e nem poderia. Os indicadores até aqui referendam a valorização do programa junto aos jovens; ainda que caibam estudos mais aprofundados sobre os PJERs, em especial buscando confrontar aqueles que geraram e aqueles que não geraram complemento de renda, procurando contribuir para a qualificação dos projetos dos ADRs que ainda sonham com esta possibilidade. Caberia, ainda, aprofundar a pesquisa sobre a rentabilidade das iniciativas de diversificação que foram bem sucedidas no plano mercantil, com vistas a determinar o valor monetário desta renda e seu potencial de vir a se tornar a principal atividade produtiva voltada para o mercado. Acreditamos ainda que uma análise mais aprofundada sobre as particularidades da região e uma orientação mais consciente sobre os PJERs dos ADRs podem ampliar as chances de êxito econômico e realização sócio-profissional dos jovens egressos do programa. De tal forma podem contribuir para a difusão regional das iniciativas bem sucedidas, contribuindo para aumentar a renda das famílias rurais, enfrentando o principal problema para evasão dos jovens rurais do campo para a cidade, que é a baixa remuneração.

7 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, DF: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Estudos Rurais**. São Paulo/ Campinas: Editoria Hucitec/Anpocs, 1992.

ALBUQUERQUE, Francisco. **El Proceso de Construcción social Del Territorio para El Desarrollo Económico Local**. Santiago de Chile. RED IMPIVA, 1997

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez; Ed. Unicamp, 2005.

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BALDWIN, R. E. **Desenvolvimento e Crescimento Econômico**. São Paulo: PIONEIRA, 1979.

BANCO MUNDIAL. **O Desenvolvimento e a Próxima Geração**. Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 2007. Visão Geral. <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2007/Resources/1489782-1158107976655/overview-po.pdf> Acesso em 05 de janeiro de 2011.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 2ed São Paulo Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Panorama da educação no campo**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

_____. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Cadernos do SECAD 2, março de 2007.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em 2 de março de 2011.

_____. **Da Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9790.htm Acesso em outubro de 2010.

BRASIL. **II Conferência Nacional da Educação do Campo**. Luziânia-GO, 2 a 6 de agosto de 2004. <http://www.red-ler.org/declaracion-II-conferencia-educacao-campo.pdf> Acesso em dezembro de 2010.

BRUMER, A. **A Problemática dos Jovens Rurais na Pós-modernidade**. In: Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, VII, 20-24 de novembro de 2006, Quito, Ecuador. Anais Disponível em: <http://www.alasru.org/cdalasru2006/02%20GT%20Anita%20Brumer.pdf>>. Acesso em: 07 de novembro de 2010.

BRUNDTLAND. **1ª Edição brasileira de Nosso futuro comum (ou Relatório Brundtland)**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), 1988.

CALAZANS, C. J. M. **Para Compreender a Educação do Estado no Meio Rural**. In: TERRIEN J. Educação e trabalho no Campo. Campinas, Papirus, 1993.

CALDART, Roseli. Sobre a Educação do Campo. In: SANTOS, C. A. (org) **Por uma Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação**. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Ministério do Desenvolvimento Agrícola, 2008, p. 67-86.

CAMPANHOLA, c; GRAZIANO DA SILVA, J. (ed). **O novo rural brasileiro: renda das famílias rurais**. V. 5. Brasília, p. 263-320, 2004.

CAMPOLINA, A.S. **Multifuncionalidade da Agricultura Familiar**. Proposta, n. 87, Dezembro/Fevereiro de 2000/2001.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude Rural em Perspectiva**. São Paulo. Ed. Mauad, 2007.

_____. **Ruralidade: novas identidades em construção**. In: Congresso Brasileiro De Economia E Sociologia Rural. Natal – RN. SOBER, 1997. p. 147-185.

CEDEJOR. Proposta Político-Pedagógica do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural. Núcleo Casa Jesus, Maria e José. Rio Pardo, 2001.

CEPAL. **Juventude Rural – Modernidade e Democracia em América Latina**. Santiago, Chile, 1996.

CHAYANOV, Alexander, V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CRE, Coordenadoria Regional de Educação. Unidade de Santa Cruz do Sul. Dados fornecidos via e-mail. Maio de 2011.

CORREIA, FAIA, GOMES & SILVA. **Cultura nacional e orientação empreendedora: Um estudo comparativo entre Brasil e Portugal**. Comportamento Organizacional e Gestão, 2008, VOL. 14, N.º 1, 65-84.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Educação por projetos: um pequeno guia para o educador**. Lagoa Santa: Modus Faciendi/ Programa CUIDAR, 2001.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

_____. **O segredo de Luísa.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

_____. **Oficina do empreendedor.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

DAMKE, Ilda Righi. **O processo do conhecimento na pedagogia da libertação: as ideias de Freire, Fiori e Dussel.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 165 p.

DORNELLAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo Administração e Negócios.** Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/53092549/6/O-PLANO-DE-NEGOCIOS> Acesso em 15 de dezembro de 2010.

DURSTON, John. **Juventud Y Desarrollo Rural: Marco Conceptual Y Contextual.** Santiago de Chile, Naciones Unidas Comisión Económica Para América Latina Y El Caribe, 1998.

FAO, Escritório regional para América Latina e Caribe. **Desenvolvimento Agropecuário: da Dependência ao Protagonismo do Agricultor.** Série Desenvolvimento Rural N. 9 (4ª edição). Santiago, Chile 1995.

FAO. **22ª Conferência Regional de la FAO para Europa: carácter multifuncional de la agricultura y La tierra.** Maastricht, Países Baixos: FAO, 1999.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos Empíricos de Explicação Sociológica.** São Paulo. T. A. Queiroz, 1980.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FRANTZ, Valmor Luiz. **A Escola Formal e a Escola Não-Formal no Processo do Desenvolvimento Rural.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado). Santa Cruz do Sul: Unisc, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade. Coleção Educação Universitária.** 4ª edição revista. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** 3ª Edição, São Paulo: Paz e terra, 2001.

_____. **Introdução ao desenvolvimento.** 3ª Edição, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito.** 14ª Edição, São Paulo: Cortez Editora, 2005.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GHIRALDELLI, Jr., Paulo. **História da Educação.** 2ª Ed revisada – Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor. São Paulo: Cortez, 1994.

GIMONET, Jean-Claud. **Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GRAZIANO da Silva, J. **O novo rural brasileiro.** Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).

FILION, Louis J. **Seminário Internacional Empreendedorismo e Educação.** Centro de Convenções do Campus Senac, SP. 24 set 2004.

FONSECA, Aparecida Maria. **Contribuições da Pedagogia da Alternância para o desenvolvimento sustentável: trajetórias de egressos de uma escola família agrícola.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Católica de Brasília. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, (2001).

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz da. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** 11 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HERNANDEZ, Ovidio. 2000. **EI DESARROLLO PROFESIONAL CREADOR (DPC) en la actividad científica.** [www.http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/angelo.rtf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/angelo.rtf) Acesso em 5 de maio de 2011.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HIRSCHMAN, Albert. **Transmissão Inter-Regional e Internacional do Crescimento Econômico.** In SCHWARTZMAN, Jaques (org.). **Economia Regional.** Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

INEP/MEC. **Panorama da Educação do Campo.** Brasília. Inep/MEC, 2007

INSTITUTO SOUZA CRUZ. **Relatório de Atividades.** Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Programa Empreendedorismo do Jovem Rural. Unidade Político-Metodológica.** Versão de 10/10/2005. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Programa Empreendedorismo do Jovem Rural. Unidade Político-Metodológica.** Rio de Janeiro, 2010.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília, 2009.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JOHNS Paola e.; MONTEIRO, Anna. **Responsabilidade Social Empresarial: A Nova Face da Indústria do Tabaco**. Aliança de Controle do Tabagismo. Brasil, 2005. http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/50_662_PUBLICACAO_RSE.pdf Acesso em outubro de 2010.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Trad. de C. Iperóig. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KEYNES, John Maynard. **A teoria do emprego, do juro e da moeda**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm> Acesso em: 11 de jan de 2010.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Trad. de José P. Netto. 2. ed. São Paulo. Nova Cultural, 1985.

LOVOIS, Miguel de Andrade. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre. UFRGS, 2009.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. 3. Edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo Do neolítico à crise contemporânea**. Brasília: NEAD, 2010.

McCLELLAND, David. **A sociedade competitiva: realização e progresso social**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTEIRO, João de Paula. **O empreendedor cívico**. In: Aminoácidos. Brasília: AED, 2001.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

NORTH, Douglass. **Location Theory na regional economic growth**. Journal of Political Economy, 63(3) 243-58, jun. 1955. In SCHWARTZMAN, Jaques (org.). Economia Regional. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. Tradução de Maria do Carmo Salazar Martins.

NOSELLA, Paolo. **Militância e profissionalismo na educação do homem do campo.** Revista da Formação por Alternância – Brasília: União das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, ano 2, nº 4, jul/2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis.** Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PAIVA, Carlos Águedo. **Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma Região?** Documentos FEE n. 59. Porto Alegre, maio de 2004.

_____. **Os determinantes do aprofundamento das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul entre 1970 e 2000.** In: PAIVA, C. A. (org.). Evolução das desigualdades territoriais do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel & CUNHA, André Moreira. **Noções de economia.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel & RAMOS, Marília Patta. **Limitações e possibilidades da análise de indicadores regionais: o caso do COREDE do Vale do Rio Pardo.** Santa Cruz do Sul. Revista Redes, UNISC, V.10 n.2, 2005.

PAIVA, C., WELLE, I. e STOFEL, J. **Contribuição para uma política voltada à maximização da rentabilidade da Agricultura Familiar.** Porto Alegre/DF: FEE/IPEA, 2010. Disp. [http://www.territoriopaiva.com/ler/3/48/129/especializacao_produtiva_e_rentabilidade_da_agropecuaria_familiar_](http://www.territoriopaiva.com/ler/3/48/129/especializacao_produtiva_e_rentabilidade_da_agropecuaria_familiar) Acesso em 5 de Julho de 2011.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em Busca de Alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

RAMOS, Marília. **Aspectos conceituais e metodológicos da Avaliação de Políticas e Programas Sociais.** Revista Planejamento e Políticas Públicas. n 32, IPEA, 2009.

RABELO, Amaro Korb. **Vivências e práticas pedagógicas: Sistematizando a turma de Antonio Gramsci: pedagogia da terra 2004-2008.** Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2008.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar.** 15ª ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

ROCHA e BRANDENBURG. **Limites e Desafios da Agricultura Familiar: a sustentabilidade em questão.** Revista Redes, Santa Cruz do Sul, v.8 n. 2, p.93-104, maio/ago, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis, RJ.: 30ª edição. Vozes, 2006.

ROSTOW, William Wilber. **Etapas do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro, ZAHAR, 1974.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Por uma educação do campo**. Brasília: Inbra; MDA, 2008.

SANTOS, Paulo da Cruz Freire dos. **Uma Escala Para Identificar Potencial Empreendedor**. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil**. Estudos sociedade e Agricultura. N. 16, abril, p 165-184, 2001.

_____. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias. Porto Alegre, ano 6, n.11, p 101 à 119, dez. 2001.

_____. **Agricultura Familiar e Industrialização**. UFRGS. Porto Alegre, 2004.

_____. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Seg edição. Porto Alegre, UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. RADOMSKI, G. F. W. **A pluriatividade e as transformações do mercado de trabalho rural gaúcho: estudo de caso no município de Barão, RS**. In:

SCHWARTZMAN, Simon e Mauricio Blanco Cossio. **Juventude, Educação e Emprego no Brasil**. Cadernos Adenauer Geração Futuro VII: 5165, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo. Cia das Letras, 2000.

SILVESTRO, M.L.; ABRAMOVAY, R. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis/Brasília: Epagri/NEAD, 2001.

SOARES, A. C. **A multifuncionalidade da agricultura familiar**. Rio de Janeiro. Proposta n.87, p. 40-49, dez. 2000/fev./2001.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e Política no Brasil: A socialização política dos jovens na virada do milênio**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

SCHUH, E. **Produção esbarra na tecnologia**. Rio de Janeiro: Agronalysis, v. 16, n.1, p. 1-4, jan., 1996.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

VARGAS, Getúlio Dornelles. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, v.2, 1933.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização**. São Paulo: Libertad, 1999.

_____. **Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico.** 7ª edição. São Paulo: Editora Liberdade, 2000.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In: _____. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Rural: nascimento de outra ruralidade.** Estudos Avançados, v.20, n.57. São Paulo. Maio/ago. 2006. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a23v2057.pdf> Acesso em 15 de dezembro de 2010.

_____. **Destinos da Ruralidade no Processo de Globalização.** Estudos Avançados. 2004. p. 51-67 http://www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=18 Acesso em 17 de março de 2011.

_____. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Série Textos para Discussão nº 1. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA – CNDRS/NEAD). Agosto de 2001. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf> Acesso em março de 2011.

_____. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula.** São Paulo: Editora Autores Associados, 2003.

ZAMBERLAM, Jurandir. **Agricultura Ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente.** Petrópolis: Vozes, 2001.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **Raízes Históricas do Camponato Brasileiro.** In: TEDESCO, João Carlos; (org.) Agricultura Familiar realidades e perspectivas. 2 ed. EDIUPF, Passo Fundo, 1999.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

_____. **A Situação Juvenil na Agricultura Familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ANEXO A - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Opinião dos jovens rurais

1) Pesquisa Número: _____

2) Município de residência: _____

3) Localidade: _____

4) Sexo: 1-M () 2-F ()

5) Idade: _____ anos

6) Seu grau de instrução/escolaridade é:

1- () Analfabeto

6- () EM completo

2- () Alfabetizado

7- () Curso técnico

3- () EF incompleto

8- () Ensino Superior completo

4- () EF completo

9- () Ensino Superior incompleto

5- () EM incompleto

10- () Outra _____

7) Escolaridade do pai:

1- () Analfabeto

6- () EM completo

2- () Alfabetizado

7- () Curso técnico

3- () EF incompleto

8- () Ensino Superior completo

4- () EF completo

9- () Ensino Superior incompleto

5- () EM incompleto

10- () Outra _____

8) Escolaridade da mãe:

1- () Analfabeto

6- () EM completo

2- () Alfabetizado

7- () Curso técnico

3- () EF incompleto

8- () Ensino Superior completo

4- () EF completo

9- () Ensino Superior incompleto

5- () EM incompleto

10- () Outra _____

9) Você mora com os pais: 1- () sim 2- () não

10) Quanto ao estado civil você é: 1- () Casado 2- () Solteiro

11) Tem quantos irmãos: _____

12) Quantos irmãos moram com a família? _____

13) Quantos irmãos moram na cidade? _____

14) Quantos irmãos moram no meio rural? _____

15) Você mora: 1- () no campo 2- () na cidade

16) Cite 3 motivos que justifique sua escolha:

1 _____

2 _____

3 _____

17) Você está satisfeito com sua opção de moradia 1- sim () 2- não ()

18) Você pretende rever sua opção? 1- sim () 2- não ()

19) Na sua opinião, cite até três **problemas** (por ordem de importância) da vida no campo

- 1 _____
2 _____
3 _____

20) Na sua opinião, cite até três **vantagens** (por ordem de importância) da vida no campo

- 1 _____
2 _____
3 _____

21) Seus pais são proprietários de terra? 1- sim () 2- não ()

22) Quantos hectares possuem? _____ 999- NA ()

23) A terra em que você trabalha: 999- NA ()

1- () é sua 2- () é propriedade dos pais 3- () é arrendada

4- () outro _____ (especificar)

24) Cultivam quantos hectares de terra para geração de renda? _____ 999- NA ()

25) Quais as principais fontes de renda da família? Cite até três, por ordem de importância.

- 1 _____
2 _____
3 _____

26) Independente de onde você mora, onde você trabalha?

1- () cidade 2- () campo 3- () parte na cidade e parte no campo

27) Quanto a renda, você:

1 () trabalha fora e recebe seu próprio dinheiro

2 () trabalha para si na propriedade e recebe seu dinheiro

3 () trabalha com os pais e recebe o dinheiro conforme precisa

4 () outra situação, explique: _____

28) Você produz frutas para o consumo da família? 1- sim() 2- não() 999- NA ()

29) Você produz hortaliças para o consumo da família? 1- sim() 2- não() 999- NA ()

30) Você produz aves para o consumo da família? 1- sim() 2- não() 999- NA ()

31) Você produz suínos para o consumo da família? 1- sim() 2- não() 999- NA ()

32) Você produz feijão para o consumo da família? 1- sim() 2- não() 999- NA ()

33) Você produz gado para o consumo? 1- sim() 2- não() 999- NA ()

34) Que outros produtos você produz para o consumo: _____
_____ 999- NA ()

35) Quais desses produtos você cultiva para o consumo e ainda vende? 999- NA ()

1 () hortaliças

2 () frutas

3 () aves

4 () suínos

5 () gado

6 () feijão

7 () outros. Quais: _____

36) Você utiliza técnicas de conservação do solo? 1- sim() 2- não() 999- NA ()

37) Quais: _____
_____ 999- NA ()

38) Você desenvolve alguma ação de preservação do meio ambiente? 1- sim() 2- não()

39) Quais: _____

_____ 999- NA ()

40) Você faz anotações, fluxo de caixa da sua Unidade Familiar? 1- sim() 2- não()

41) Quem assume o planejamento da Unidade Familiar?

- 1 () você
- 2 () seu pai
- 3 () a mãe
- 4 () é realizado em conjunto
- 5 () não planejamos

42) Nos últimos 6 anos sua renda familiar:

- 1 () se manteve a mesma
- 2 () aumentou
- 3 () diminuiu

43) Porque que isso aconteceu?

- 1 () Aumentou a produção agrícola
- 2 () Melhorei a qualidade dos produtos
- 3 () Aumentou o preço dos produtos
- 4 () Diversifiquei a produção
- 5 () Passei a trabalhar como assalariado
- 6 () Outros

44) Você já experimentou desenvolver uma nova iniciativa para aumentar a renda em sua unidade familiar? 1- () Sim 2- () Não 999- NA ()

45) Qual? _____

46) Teve algum tipo de dificuldade? 1- sim() 2- não() () 999- NA ()

47) Qual? _____

48) Na sua opinião, as condições de vida no campo:

- 1- () estão melhorando
- 2- () esta piorando
- 3- () não tem se modificado

49) Explique sua resposta: _____

50) Na sua opinião, a escola formal que você frequentou prepara as pessoas para viverem no campo? 1- sim () 2- não () 3- em parte ()

51) Explique _____

52) Depois da escola formal, você buscou alguma forma de aprendizagem/educação?

1- sim () 2- não ()

53) Quais? _____

54) A participação nestas atividades contribuiu para o desenvolvimento de suas atividades produtivas e apropriação de renda?

1 () contribuiu muito

2 () contribuiu pouco

3 () praticamente não contribuiu

55) Você frequentou o Cedejor: 1- sim () 2- não () 999- NA ()

56) Por que?

1 () Curiosidade/falta de alternativa

2 () Buscar novos conhecimentos

3 () Para melhorar a propriedade e a renda

4 () Outros

57) Você acredita que esta opção teve alguma influencia/contribuição na sua escolha profissional? 1- sim () 2- não () 999- NA ()

58) Explique _____

(SE NÃO PARTICIPOU NO CEDEJOR PULAR PARA A QUESTÃO 73)

59) Aquilo que foi ensinado no Cedejor foi de acordo com aquilo que você esperava aprender? 1- sim () 2- não () 3- em parte () 999- NA ()

60) Quais conhecimentos você mais utiliza?

1 () Conhecimentos eixo técnico

2 () Conhecimentos do eixo gerencial

3 () Conhecimentos do eixo humano

999- () NA

61) A partir do Cedejor você se sentiu inspirado a desenvolver novas iniciativas?

1- () sim 2- () não 999- NA ()

62) Você conseguiu efetivamente, a partir do Cedejor, desenvolver suas iniciativas?

1- sim () 2- não () 999- NA ()

63) O que você fez?

_____ 999- NA ()

64) Ao final da formação no Cedejor você desenvolveu o Projeto do Jovem Empreendedor Rural? 1- sim () 2- não () 999- NA ()

65) O ramo de seu projeto foi:

1 () agricultura 2 () horticultura 3 () criação 4 () piscicultura

5 () agroindústria 6 () atividade social 7 () prestação de serviços

8 () gado leiteiro 9 () fruticultura 10 () outro: _____ 999 () NA

66) Sobre o que era o projeto? _____ 999- NA ()
67) Você colocou o projeto em prática? 1- sim () 2- não () 999- NA ()

68) Teve alguma dificuldade:

- 1 () Falta de recursos financeiros para implementar o projeto
- 2 () Falta de acompanhamento, assistência técnica
- 3 () Instabilidade climática
- 4 () Baixa demanda dos produtos e preço insuficiente
- 5 () Resistência familiar
- 6 () Outros 999 () NA

69) Para implementar seu projeto você ?

- 1 () Utilizou recursos próprios
- 2 () Acessou recursos do Pronaf
- 3 () Acessou recursos do Pronaf Jovem
- 4 () Outros recursos. Quais: _____ 999- () NA

70) Seu projeto proporcionou aumento da renda familiar?

- 1- sim () 2- não () 999- NA ()

71) Em que o Cedejor mais serviu para sua vida?

- 1 () Para me desenvolver melhor na dimensão pessoal, (ser mais comunicativo/cidadão).
- 2 () Para melhorar o gerenciamento da minha unidade familiar, (planejar e reduzir custos).
- 3 () Para ampliar minha renda monetária, (diversificar a propriedade e novas iniciativas de geração de renda).
- 4 () Para ampliar minha renda não monetária (melhoramentos na questão ambiental, produzir alimentos para o consumo).
- 5 () Outras _____ 999- () NA

72) O que poderia ter sido melhor?

- 1 () Ter mais atividades agrícolas
- 2 () Ter acompanhamentos para implementar os projetos após a formação
- 3 () Foi bom
- 4 () Sem sugestão 999- () NA

73) Você participa de atividades de lazer em sua comunidade?

- 1- sim () 2- não (PULAR PARA 75)

74) Quais?

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____ 999- NA ()

75) Você participa de algum conselho ou organização juvenil?

- 1- sim () 2- não () (PULAR PARA 77)

76) Quais?

1 _____
2 _____
3 _____ 999- NA ()

77) Você participa em alguma organização pública ou política? (prefeitura, secretarias etc). 1- sim () 2- não () (PULAR PARA 79)

78) Quais?

1 _____
2 _____
3 _____ 999- NA ()

79) Você participa de eventos religiosos relacionado a alguma igreja?

1- sim () 2- não () (PULAR PARA 82)

80) Quais?

1 _____
2 _____
3 _____ 999- NA ()

81) Além dos já citados, você participa de outras entidades/grupos ou associações coletivas? 1- sim () 2- não () (PULAR PARA 83)

82) Quais?

1 _____
2 _____
3 _____ 999- NA ()

83) Alguém de seus pais participam em alguma associação ou grupo coletivo?

84) 1- sim () 2- não () (PULAR PARA 85)

85) De todos os grupos de que os membros do seu domicílio fazem parte, quais são os dois mais importantes para o seu domicílio?

1 _____
2 _____ 999- NA ()

86) Você passou a participar em alguma dessas associações ou grupo coletivos, a partir dos estímulos recebidos no Cedejor?

87) 1- sim() 2- não() 999- ()NA

88) Você exerce ou exerceu alguma função de liderança em alguma organização?

89) 1- sim () 2- não () (PULAR PARA 90)

88) Em qual organização? _____

89) Qual a função: _____

90) Nos últimos 12 meses, você trabalhou com outros membros no(a) seu(sua) bairro/localidade para fazer alguma coisa em benefício da comunidade?

1- sim () 2- não ()

91) Quanto seu poder de tomar decisões importantes que podem mudar o curso da sua vida você se sente:

- 1 () Totalmente incapaz de mudar sua vida
- 2 () Geralmente incapaz de mudar sua vida
- 3 () Nem capaz, nem incapaz
- 4 () Geralmente capaz de mudar sua vida
- 5 () Totalmente capaz de mudar sua vida

92) Até que ponto o governo local e os líderes locais levam em consideração as preocupações manifestadas por você quando tomam decisões que afetam a todos?

- 1 () Muito
- 2 () Um pouco
- 3 () Não levam em consideração
- 4 () Nunca me manifestei

93) Você tem conta bancária 1- sim() 2- não()

94) Você tem caderneta de poupança 1- sim() 2- não()

95) Você tem talão de cheques 1- sim() 2- não()

96) Você tem cartão de crédito 1- sim() 2- não()

97) Já acessou algum sistema de crédito ou financiamento?

- 1- sim() 2- não() (PULAR PARA 99)

98) Qual? _____

99) Seu projeto de vida é viver no campo? 1()sim 2()não 3()estou em dúvida

100) Por que? _____

101) Quais os planos em relação ao seu futuro profissional?

- 1 () Morar e trabalhar no campo
- 2 () Morar e trabalhar na cidade
- 3 () Morar no campo e trabalhar na cidade
- 4 () Morar na cidade e trabalhar na campo
- 5 () Estudar e trabalhar no campo
- 6 () Estudar e trabalhar na cidade

102) Dentre os itens abaixo numere por ordem de importância (de 1 a 3) os 3 itens que para você são os maiores problemas da vida no campo:

- 1 () Baixa remuneração
- 2 () Ausência de infra-estrutura de saúde
- 3 () Dificuldade de acesso ao estabelecimento de ensino
- 4 () Falta de opções de lazer
- 5 () Trabalho permanente (sem folgas).
- 6 () Não ter propriedade de terra

- 7 () Dificuldade de acesso a créditos e financiamentos para novas atividades produtivas na propriedade da sua família
8 () Falta de acesso a opções culturais (cinema, teatro, biblioteca, livrarias)
9 () Outro. Qual? _____

103) Dentre os itens abaixo numere por ordem de importância (de 1 a 3) os 3 itens que para você são as maiores vantagens da vida no campo:

- 1 () Vida saudável
2 () Lazer barato e de fácil acesso
3 () Convívio familiar (as pessoas trabalham e vivem no mesmo lugar)
4 () Amizade e solidariedade da comunidade
5 () Custo de vida mais baixo
6 () Segurança (baixa criminalidade)
7 () Contato com a natureza
8 () Flexibilidade de horários
9 () Outro. Qual? _____

104) Você fez parte de qual turma e núcleo?

- 1 () T1 São Martinho
2 () T1 Casa Jesus Maria José CJMJ
3 () T1 Albardão
4 () T2 Alto Paredão
5 () T3 Albardão
6 () Albardão & Alto Paredão (fusão)
7 () T5 Albardão
8 () T6 Albardão
999- () NA

Nome do entrevistado (opcional): _____ Fone: _____
Entrevistador: _____ Data: ____/____/____ de 2010



MOURA, no Cedejor: planos de se tornar empresário sem deixar a zona rural.

de produtores rurais com idades entre 15 e 24 anos.

Lançado em setembro do ano passado pelo Instituto Souza Cruz (mantido pela fábrica de cigarros de mesmo nome), o Cedejor foi avaliado em maio deste ano e mostrou que o principal objetivo está sendo alcançado: a maioria dos jovens pensa em permanecer no campo e está descobrindo o próprio potencial empreendedor.

Lidiane da Silva, 18 anos, é um caso típico. Ela notou que no Vale do Rio Pardo, onde muita gente planta e fornece fumo para a Souza Cruz, as famílias não têm tempo de fazer nem de comprar pão nos meses de colheita. "Quero abrir uma padaria e vender pão a eles", planeja.

Casada há três anos, Lidiane enfrentou a resistência do marido quando falou em participar do programa, mas hoje tem total apoio. "Quando chego em casa, temos assunto", resume, animada. O envolvimento dos familiares, aliás, é fundamental. O programa considera os trabalhos em sala de aula e também as atividades do dia-a-dia dos alunos.

Essa é a fase humanística, a primeira das três previstas, com duração de um ano cada uma. Na segunda, serão abordadas questões técnicas relacionadas ao potencial do meio rural. E, na última, os alunos aprenderão a gerenciar os projetos transformados em negócios. Quando estiverem nesse estágio, provavelmente contarão com alternativas para obtenção de crédito, adianta o presidente do Cedejor, Fernando Schwanke. "Isso será fundamental para que os jovens possam realmente transformar seus sonhos em empreendimentos", frisa. ■ WAGNER ROQUE

O jornalista viajou a convite do Instituto Souza Cruz.

ESTÍMULO PARA SONHAR ALTO

AULA PRÁTICA Filhos de agricultores gaúchos recebem lições de empreendedorismo

TODOS os dias Wagner Rafael Barros de Moura, 15 anos, percorre 15 quilômetros de bicicleta entre sua casa e a escola Casemiro de Abreu, em Rio Pardo (RS), a 150 quilômetros de Porto Alegre. Só para operar os computadores de uma sala de aula. "Sei mexer no Word e no Excel", diz, orgulhoso. Há menos de um ano, ele não tinha a menor noção de informática e falava em mudar-se para a casa da avó, na cidade. É um comportamento comum entre filhos de pequenos agricultores, que deixam o campo em busca de oportunidades de trabalho e de uma vida melhor.

A intenção de "ser alguém" continua na cabeça de Moura. Mas ele não pensa mais em deixar a casa simples, onde mora com os pais e três irmãos menores. "Vou montar uma estufa e cultivar tomates para vender", anuncia. Não imagina como usará a habilidade em informática. Mas sabe que o conhecimento lhe será útil em futuras empreitadas.

CAMPOS FÉRTEIS - A mudança de comportamento do jovem Moura não é um caso isolado. Foi notada entre a maioria dos 119 participantes do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor), programa dirigido a filhos

ANEXO C - O CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO JOVEM RURAL

6

Boqueirão do Leão, 18 de novembro de 2005

ESPECIAL

tribuna
DA SERRA



CEDEJOR O Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural

Histórico do Núcleo do Cedejor de Alto Paredão

O Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural - Cedejor, no Rio Grande do Sul, foi fundado em 23 de julho de 2001, é uma organização sem fins lucrativos e tem suas atividades voltadas ao desenvolvimento do protagonismo e empreendedorismo do jovem rural, de suas famílias e da comunidade.

Cada turma permanece no programa por um ano e meio, nos quais desenvolvem conhecimentos nas áreas humanística, técnica e gerencial. A participação do jovem é fundamental para a construção do conhecimento, no Cedejor ele é protagonista e agente de transformação.

A organização utiliza como método educativo a *Pedagogia da Alternância*, dessa forma o jovem permanece uma semana em atividade no Cedejor e duas em casa. No período que está em casa o jovem recebe a visita dos monitores, para o acompanhamento na prática da aplicação dos conhecimentos adquiridos na alternância.

O Cedejor atualmente possui Núcleos no Rio Grande do Sul, em Rio Pardo e Santa Cruz do Sul, em Lauro Muller Santa



O Núcleo teve início em Alto Paredão através de reuniões realizadas com as lideranças da comunidade

Catarina e em Irati no Paraná. O Núcleo teve início em Alto Paredão através de reuniões realizadas com as lideranças da comunidade, onde a primeira reunião foi realizada no dia 21 de janeiro de 2004, em fevereiro o Cedejor fez uma apresentação sobre os trabalhos, em março a comunidade se reuniu e fez uma visita ao Núcleo de Rio Pardo.

A comunidade de Alto Paredão também entrou em contato com o Instituto Souza Cruz

para estudar uma parceria, em seguida as lideranças de Alto Paredão identificaram os jovens existentes na comunidade e região para participarem do Cedejor. Em novembro foi confirmado a instalação do Núcleo e dezembro foi feita a conclusão da obra. Porém as aulas iniciaram no final de fevereiro de 2005. Hoje o Núcleo possui 21 jovens participantes.

Segundo os monitores 66 jovens já concluíram o processo do Cedejor, dentre eles Marisa Daniela Faust e Dirceu Batista Weber de São Martinho, que fizeram parte da primeira turma, ao quais receberam a visita dos jovens que estão atualmente no Núcleo em suas propriedades.

Objetivos do Cedejor - Promover o desenvolvimento das competências humanísticas, técnica e gerenciais capazes de desenvolver o espírito empreendedor; promover o desenvolvimento das localidades por meio da integração de todos os atores sociais; resgatar e valorizar as atividades culturais e sociais da comunidade e despertar a consciência crítica do jovem e da comunidade que possibilite ações coletivas para o desenvolvimento social, cultural e econômico.

Participação da comunidade no Centro



A comunidade participa através do Conselho Comunitário do Cedejor, formado por 15 lideranças

A participação da comunidade se dá através do Conselho Comunitário do Cedejor, formado por 15 lideranças, tendo como presidente Édés Grasel, onde de três em três meses são realizadas reuniões para discutir assuntos relacionados ao andamento e funcionamento do Núcleo, fortalecendo a relação com a comunidade.

Através do Núcleo a comunidade mais perto de Alto Paredão do Núcleo está tendo acesso a tecnologia digital, principalmente os alunos da Escola Felipe Becker, que estão tendo a oportunidade de utilizar o laboratório de informática, para a digitação de

textos e pesquisas na Internet. Trabalho que tem orientação de um estagiário cedido pela Secretaria da Educação de Santa Cruz do Sul.

Conforme o presidente do conselho Édés Grasel para a comunidade o Cedejor vem trazendo mais benefícios, conhecimentos e aprendizados do meio rural. "A comunidade é participativa nas reuniões, porém deveria ter um maior comprometimento da população como o Núcleo, pois o Cedejor faz com que os jovens consigam uma atividade diferenciada e buscando novas alternativas de renda" comenta Grasel.

Segundo a monitora Ieda Freese periodicamente são realizadas reuniões com os pais, onde os mesmos externam e socializam a relação com os filhos, para perceber o desenvolvimento dos jovens no Núcleo. "Este espaço é importante porque os pais trocam experiência e se fortalecem para melhorar o relacionamento com os filhos, os jovens fazem exercícios em plenário aos pais a sistematização e os conhecimentos desenvolvidos no Núcleo", comenta Ieda.



Cada turma permanece no programa por um ano e meio.

APOIADORES



ANEXO D - BUSCANDO MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DO JOVEM RURAL

Buscando melhorar a qualidade de vida do jovem rural

Depoimentos da comunidade



Marisa Faust, jovem em alternância.

"O convívio com novas pessoas e os conhecimentos adquiridos no Cedejor foram fundamentais para redefinir minha visão de mundo e meu projeto de vida".



Argemiro Fernandes, liderança da comunidade e integrante do conselho do Cedejor.

"O Cedejor é uma oportunidade para o jovem rural ampliar conhecimentos, trazendo uma alternativa a mais para desenvolver a sua propriedade, buscando qualificação da área rural".



Sílvia Theis, mãe do jovem Ismael que participa do Cedejor.



Hélio Bresciani - secretário da Agricultura de Boqueirão do Leão

"Após o ingresso do meu filho no Cedejor, ele vem desenvolvendo muito bem, pois aprende muitas mudanças tanto no trabalho quanto na criatividade. O Núcleo incentiva o diálogo em família e na comunidade, fazendo com que o jovem amadureça e tenha visão ampla e aperfeiçoada para o futuro".



Sílvia Montineli, participante do Cedejor

Hélio Bresciani - secretário da Agricultura de Boqueirão do Leão

"A parceria com o Cedejor foi devido o momento em que vi a importância que o Núcleo tem para o meio rural. É mais que uma escola agrícola, pois possibilita aos jovens aplicarem as técnicas aprendidas no centro em suas propriedades no intervalo em que estão em casa, e também recebem visita de um técnico do Cedejor".

"Mudou bastante a consciência depois que entrei para o Núcleo. Mudaram as técnicas de trabalho e a comunicação melhorou. Participo do centro com a intenção de trazer novas alternativas de renda, caso o fumo acabar. A experiência é gratificante, o Cedejor está ajudando na concretização do meu futuro".

O Cedejor trabalha com a Educação em Alternância

O Cedejor foi criado por iniciativa do Instituto Souza Cruz. Hoje o Núcleo conta com apoio das prefeituras de Santa Cruz do Sul, Boqueirão do Leão e Sinimbu. Além de parcerias técnicas com estabelecimentos de ensino.

O Núcleo trabalha a formação em três eixos:

Formação Humana - Trabalha a convivência em grupo, colaboração, cooperação, valores, resolução de conflitos, a questão da cidadania e ética, desenvolvidas através de atividades práticas e teóricas, iniciando individual e passando para o trabalho coletivo, para a troca de experiências e discussões. Assim tendo com base uma educação para valores que estimule o protagonismo juvenil para a resolução dos problemas coletivos, especialmente os referentes às questões ambientais e sócio-econômicas.

Formação Técnica - Coincidi no estudo do histórico da agricultura, revolução verde, pacotes tecnológicos, solos, fruticultura, compostagem, miocárdio, plantas medicinais, viveiro de mudas, paisagismo e produção orgânica. Sendo a abordagem de conceitos e métodos fundamentais para a compreensão e inovação das práticas aplicadas nas propriedades rurais.



O Núcleo trabalha na formação em três eixos: humana, técnica e gerencial.

Formação Gerencial - Ensina a gestão rural, com o objetivo de identificar potencialidades na propriedade para melhor gerenciamento e administração, acompanhando custos, despesas e receitas da mesma. Sendo necessárias a uma gestão qualitativa da propriedade agrícola, de negócios, principalmente aplicáveis ao meio rural ou de projetos sociais a serem desenvolvidos pelos jovens.

Também são realizadas visitas de estudo e técnica com objetivo de vivenciar e verificar os conceitos teóricos trabalhados, para complementação das atividades desenvolvidas. O Cedejor conta com apoio de instituições

de ensino, como o Senac, Emater, Afubra, Unisc e consultorias específicas conforme a necessidade dos temas a serem trabalhados com os jovens.

Conforme Leandro Peterson, monitor do Cedejor com objetivo de acompanhar e orientar as atividades dos jovens nas propriedades, periodicamente são feitas visitas aos jovens na alternância. Nas visitas constata-se demandas de orientações de assuntos técnicos, como parte de gerenciamento e gestão da propriedade, enfocando a diversificação.

Segundo o coordenador Jovani Puntel a visita a família também é um espaço de relação e aproximação do Cedejor entre jovens e suas famílias, muitas vezes é necessário o apoio do monitor para auxiliar o jovem no processo de desenvolvimento junto aos pais. "Problematizar e identificar melhorias e assuntos para os jovens trabalharem e buscarem solução na próxima alternância, também caracteriza e constitui um objetivo da visita a a família. Esta relação evidencia e reforça o objetivo do Cedejor de trabalhar embasado na realidade e na necessidade da família rural", ressalta Puntel.



São realizadas visitas de estudo e técnica com objetivo de vivenciar e verificar os conceitos teóricos trabalhados.

APOIADORES



ANEXO E - CEDEJOR PARTICIPA DA I JORNADA NACIONAL DO JOVEM RURAL

tribuna
DA SERRA

Ano IV - Edição semanal - Nº 179 Boqueirão do Leão, sexta-feira, 07 de outubro de 2005 R\$ 1,00

ALTO PAREDÃO

Cedejor participa da I Jornada Nacional do Jovem Rural



Jovens de todo país lotaram o centro de eventos da UFRGS, em Gramado.

Nos dias 27 a 30 setembro, no Centro de Treinamento e Eventos da UFRGS/FAURGS, em Gramado, aconteceu a I Jornada Nacional do Jovem Rural. O evento promovido pelo Cedejor, Projovem, Serta, Mepes, MOC, CFR, Instituto Elo Amigo, UFRGS e Instituto Souza Cruz, reuniu 293 jovens de todas as regiões do Brasil.

Durante a jornada, os jovens participaram de sessões plenárias, grupos de trabalho, conferências, oficinas, apresentações culturais, passeio ecoturístico, baile e visita guiada. Além disso no encontro aconteceram palestras e discussões sobre *Educação e Empreendedorismo do Jovem Rural, Desenvolvimento Local e Protagonismo Juvenil e Jovens e Agricultura Familiar*.

Os jovens ainda participaram de espaços que abordavam vários assuntos relacionados a juventude a questão rural, de plenárias com estudiosos da questão rural como Ricardo Abramovay, professor Titular do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, professora Maria José Carneiro (CPDA-UFRRJ) e professor Wilson Schmidt da Universidade Federal de Santa Catarina, entre outros.

Para Jovani Puntel, coordenador do Cedejor Santa Cruz do Sul, espaços de participação, discussão das demandas da juventude e cidadania como este permitem aos jovens se descobrirem como atores sociais e buscarem meios de intervenção para uma realidade mais promissora no meio rural. Destacou ainda que muitos jovens que frequentam hoje o Cedejor ainda não haviam passado uma semana fora de casa, e agora estão tendo oportunidade de conviverem com diversas culturas, jovens de diversas regiões e partilham de dificuldades semelhantes e sonhos comuns. Como frisou o jovem Cristiano Simões, do Núcleo do Cedejor: "O bacana de participar dos grupos de discussão é conhecer as diversidades. Aprender a conviver com pessoas diferentes é muito importante". Já o jovem José Juliano destacou o aprendizado para lidar com processos e problemas do campo.

Extremamente conscientes do processo em que estão inseridos e do lugar que ocupam na sociedade, os jovens falaram da falta de credibilidade que enfrentam, muitas vezes por parte da própria família e vizinhos. Também reclamaram da pouca divulgação, na mídia, das questões ligadas à juventude rural. "Mas a gente não está aqui para perpetuar o discurso da queixa. Espaço é conquista, se a gente ficar esperando, ninguém vai dar", disse Emanoel Sobrinho, jovem dirigente do Movimento de Organização Comunitária (MOC), da Bahia.



Jovens do Cedejor de Alto Paredão na I Jornada Nacional do Jovem Rural.

Tribuna da Serra. O Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural. (Jornal), Boqueirão do Leão, 7 de outubro de 2005. p.5.

ANEXO F - ALUNOS DO CEDEJOR REALIZAM TRABALHOS DE GESTÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL

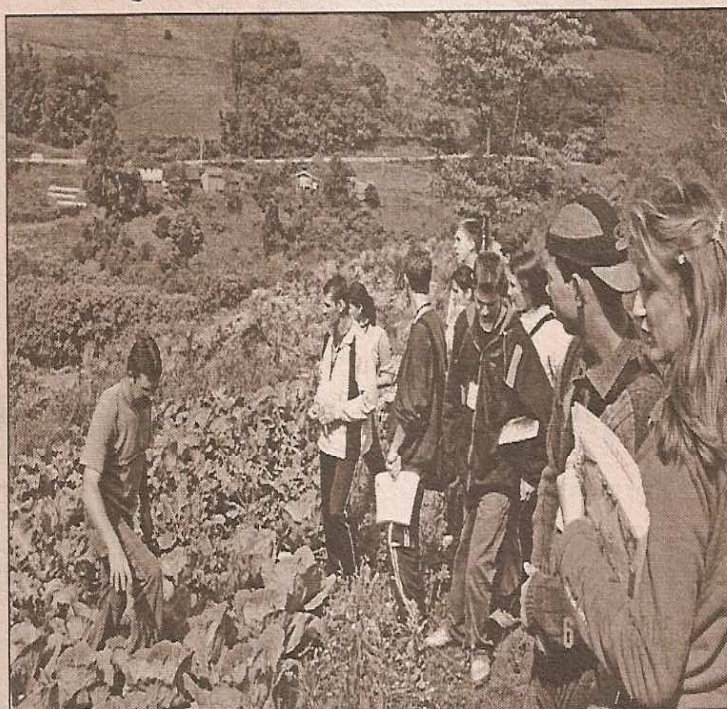
ALTO PAREDÃO

Alunos do Cedejor realizam trabalhos de gestão e diversificação da propriedade rural

Dos dias 3 a 7, no Cedejor de Alto Paredão, ocorreu a 12ª alternância e o foco da semana foi a *Gestão e Diversificação da propriedade rural*. Na ocasião, foi constatado que na maioria das propriedades existentes predomina a monocultura do fumo, o que gera uma falsa impressão de lucros. Pois além dos agricultores estarem sem saída caso não ocorra uma boa colheita, estão sujeitos as turbulências do mercado e dependentes de comprar inclusive alimentação, produtos que poderiam ser produzidos na propriedade.

Outra realidade difícil constata, através dos 21 jovens que participam no Núcleo do Cedejor, é que as propriedades não possuem um sistema de gestão, ou seja, não realizam planejamento, fluxo de caixa, custo benefício sobre investimentos e culturas cultivadas. Isto dificulta o acompanhamento e o agricultor não tem amparo para tomar decisões durante um processo produtivo e, muitas vezes, o resultado final é desastroso e não há mais tempo para correções.

Depois de discutir esta problemática, os jovens do Núcleo recebe-



Durante a visita, os jovens Cedejor constatar a diversificação de produção.

ram a visita do jovem egresso do Cedejor, Dirceu Weber, que se formou em 2004. Ele colocou como conseguiu reverter esta situação em sua propriedade. Weber salientou que este processo de mudança não ocorre do dia para a noite - é preciso começar aos poucos e acompanhar os custos e a evolução de cada cultura. Depois de uma manhã de debate, todos se deslo-

caram a propriedade de Dirceu onde puderam constatar a diversificação, o acompanhamento dos custos de produção de cada cultura e o planejamento de cada atividade desenvolvida.

Na próxima alternância que acontece entre os dias 24 e 28 de outubro, os jovens tratarão do tema empreendedorismo e desenvolvimento local.

Tribuna da Serra. **Alunos do CEDEJOR realizam trabalhos de gestão e diversificação da propriedade rural.** Jornal. Boqueirão do Leão, 21 de outubro de 2005. P.8

ANEXO G - O PEJR EM MUDANÇA

90 · MARCO SOCIAL

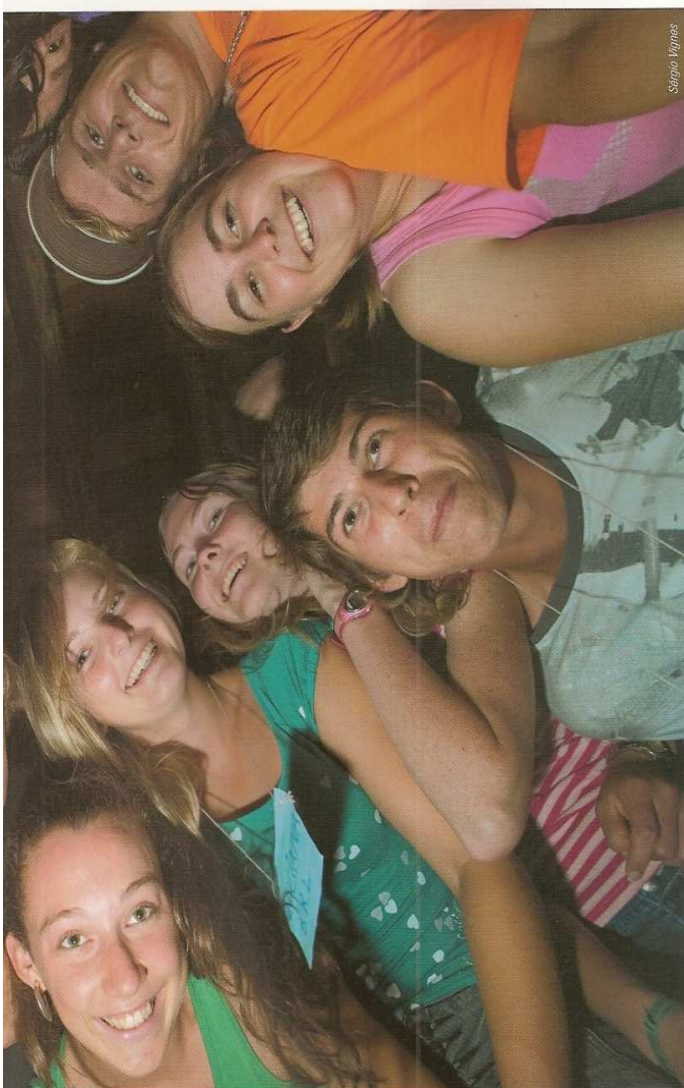
O PEJR em mudança

Nilsa Luzzi

Depois de um processo de avaliação envolvendo o Instituto Souza Cruz, a Universidade Federal de Viçosa e o Cedejor, o novo formato do Programa Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) estreia com 32 jovens do território catarinense das Encostas da Serra Geral



No dia oito de fevereiro, uma nova turma do Programa Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) no Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor) das Encostas da Serra Geral (SC) começou sua trajetória com muita animação. Seria apenas mais uma turma a iniciar o programa, não fosse por um detalhe: ela inaugura o novo formato do programa, reestruturado a partir de um processo coletivo de avaliação, que envolveu o Instituto Souza Cruz, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Cedejor, organização que implementa o PEJR em três territórios do Sul do país.



São 32 jovens, de sete municípios do território, com idades entre 16 e 26 anos, em busca de uma formação diferenciada, com foco no empreendedorismo, e alternativas para sua permanência no campo, com geração de renda e qualificação como agentes do desenvolvimento rural. Alex Voss Michels, de São Martinho, é um deles. Cheio de expectativas, ele explica por que aposta na formação: “Vejo no Cedejor uma porta de acesso a novas tecnologias, informações e oportunidades de inovação no campo. O estudo nos abre horizontes, tanto para buscar novas técnicas para melhorar o que já vínhamos fazendo, quanto para mostrar novas possibilidades de trabalho no campo”.

No seminário de abertura estiveram presentes os jovens e seus familiares, representantes das organizações parceiras e da UFV, os educadores e as lideranças locais. A ocasião foi o momento de apresentar a nova proposta educativa e pedagógica do PEJR e de reforçar o compromisso dos jovens, famílias e parceiros com o processo de formação.

Processo de reestruturação

Após nove anos de implementação, o PEJR foi submetido a uma avaliação externa, conduzida pela universidade mineira, com vistas a aperfeiçoar o programa para potencializá-lo como um mecanismo efetivo de transformação social e econômica nos territórios rurais. “A avaliação dos professores de Viçosa confere bases sólidas para a implementação do PEJR como tecnologia social e amplia as nossas possibilidades de atuação em outros territórios rurais brasileiros”, afirma Luiz André Soares, gerente do Instituto Souza Cruz.

O processo de reestruturação teve início em 2008, quando a equipe de avaliadores, composta por seis professores especialistas em Pedagogia da Alternância,

Vindos de sete municípios do território, os jovens calouros do PEJR: acesso a novas tecnologias, técnicas e oportunidades

desenvolvimento rural sustentável e pesquisa de avaliação, observou todas as dimensões de implementação do PEJR na prática, desde o processo de mobilização e formação da turma 4, objeto da análise, o planejamento e a realização das semanas presenciais, até as visitas às famílias e os seminários de formação de educadores.

A referência para a avaliação foi a Unidade Político-Metodológica (UPM), documento orientador do PEJR. Os dados coletados e analisados, sob o modelo de avaliação de processo, foram sistematizados em relatórios e discutidos com representantes do Instituto Souza Cruz e do Cedejor. Esses resultados direcionaram os esforços para os pontos de melhoria do PEJR, criando as condições para sua reestruturação.

De acordo com José Norberto Muniz, coordenador da equipe de Viçosa, a exemplo de programas complexos submetidos a avaliação, o PEJR, a princípio, não estava estruturado para ela. A análise de sua implementação identificou as disparidades usuais em programas complexos. Em função desses resultados e diferentemente do que ocorre habitualmente com outros programas avaliados, a gerência do Instituto Souza Cruz decidiu utilizar os resultados da pesquisa de avaliação de processo na reestruturação do PEJR.

“Como nova etapa do processo de avaliação, a reestruturação teve início pela concepção de programa, com estrutura, identificação e definição dos seus componentes e fundamentos teóricos operacionalizados de tal forma que o PEJR poderá ser submetido, na sua implementação, às diferentes modalidades de avaliação. A partir dessa nova concepção, seguiram-se vários momentos de debate envolvendo os professores de Viçosa, representantes do Instituto Souza Cruz e do Cedejor, que permitiram as revisões necessárias à reestruturação do PEJR como programa de formação educacional para os jovens rurais”, explica Norberto.

Segundo Aparecida Maria Fonseca, coordenadora pedagógica do Cedejor, a

importância de participar desse processo foi além do PEJR, pois desencadeou também uma análise da ação prática do Cedejor, conferindo um caráter reflexivo e formativo à organização como um todo.

“No início foi difícil compreender e aceitar os apontamentos e os resultados, mas no decorrer do processo percebeu-se a necessidade de aprimoramento do PEJR, o que implicou no estabelecimento de um novo ritmo das ações no cotidiano do Cedejor. A própria reação do Cedejor, como fonte da pesquisa de avaliação, favoreceu modificações no processo de avaliação, até se chegar à proposta de avaliação formativa e à reestruturação do programa”, conta Aparecida.

“No meio do processo, a avaliação passou a ter um caráter formativo, visando à construção coletiva de um novo formato para o PEJR”

Eliandro Bett Giongo

Para ela, a avaliação foi necessária para que a instituição tomasse conhecimento de suas potencialidades e fragilidades. “Enxergamos que o processo da avaliação do PEJR promoveu reflexões que vieram embasar e alimentar os processos de planejamento do Cedejor, orientando o estabelecimento de políticas, diretrizes e metas, constituindo-se num referencial indispensável para a tomada de decisões institucionais”, conclui.

Coordenador do núcleo catarinense do Cedejor, Eliandro Bett Giongo lembra que, apesar do desconforto inicial gerado na equipe por estar sendo constantemente observada pelos professores de Viçosa, com o passar do tempo, o grupo conseguiu perceber o processo como uma oportunidade para aperfeiçoar seu trabalho do Cedejor e, também, sua prática como educadores na implementação do PEJR.

“Nossa responsabilidade como objeto da avaliação era muito grande, pois tudo o que

havíamos construído ao longo de quase oito anos de organização estava sendo avaliado por uma universidade, e os resultados dessa avaliação ainda eram desconhecidos. No meio do processo, a avaliação passou a ter um caráter formativo, visando à construção coletiva de um novo formato para o PEJR”, recorda Eliandro, que acrescenta: “A partir de então, conseguimos compreender que a nossa contribuição para a reestruturação do PEJR seria muito mais do que ser um simples objeto de investigação, visto que estaríamos contribuindo para a elaboração de um novo programa. Nessa fase os professores da UFV passaram a identificar e propor aos educadores as possíveis melhorias, logo ao final de cada atividade realizada. Foi neste momento que se iniciou o processo de reestruturação do PEJR”, finaliza.

O que muda com o novo formato

O PEJR está fundamentado na Unidade Política-Pedagógica, delimitada pelo enfoque no processo educativo atribuído à ressignificação do ensino no campo. A Unidade Política fundamenta a formação dos jovens e reporta-se às concepções

de desenvolvimento, de formação plena, da estrutura formal da ação prática, do empreendedorismo e do agente empreendedor do desenvolvimento rural. O Projeto Pedagógico é definido pelos princípios da Pedagogia da Alternância, pela delimitação da estrutura curricular e pela definição do processo de avaliação dos jovens.

São quinze sequências de alternâncias distribuídas em três Ciclos de Formação em que o jovem vai intercalar uma semana no centro de formação e duas no meio vivencial (unidade familiar ou território). Assim, a formação, que antes da reestruturação tinha a duração de dois anos e era desenvolvida em 22 sequências de alternâncias, com uma semana no centro de formação e três no meio vivencial, passou a ser realizada em um ano.

José Norberto Muniz ressalta duas grandes mudanças do PEJR reestruturado: “Ser reestruturado como programa, com missão, objetivos, metas e impactos, com os seus respectivos indicadores, concebido por uma unidade político-pedagógica que ressignifica a educação do jovem rural empreendedor e protagonista como agente de desenvolvimento rural; e apresentar

PROGRAMA EMPREENDEDORISMO DO JOVEM RURAL



a estrutura curricular de formação do jovem como Agente de Desenvolvimento Rural (ADR) por eixos temáticos associados às diretrizes curriculares”.

O PEJR pressupõe o desenvolvimento de um Projeto Pedagógico, orientado pela Pedagogia da Alternância, que possibilita uma organização dos conteúdos, tempos e espaços da formação, sintonizados com o eixo articulador – o empreendedorismo do jovem rural – e com os seus eixos temáticos – agricultura familiar, juventude rural e desenvolvimento sustentável e solidário com enfoque territorial.

A Pedagogia da Alternância sempre esteve presente no PEJR, ainda que de forma pouco articulada e mais como diretriz metodológica. Com a reestruturação, ela tornou-se a estratégia pedagógica central, pelas possibilidades de focalizar o processo formativo a partir da realidade de vida dos jovens e do seu potencial de atuação como empreendedores rurais e protagonistas de mudanças, numa dinâmica de inclusão e valorização dos diferentes saberes presentes nessas realidades.

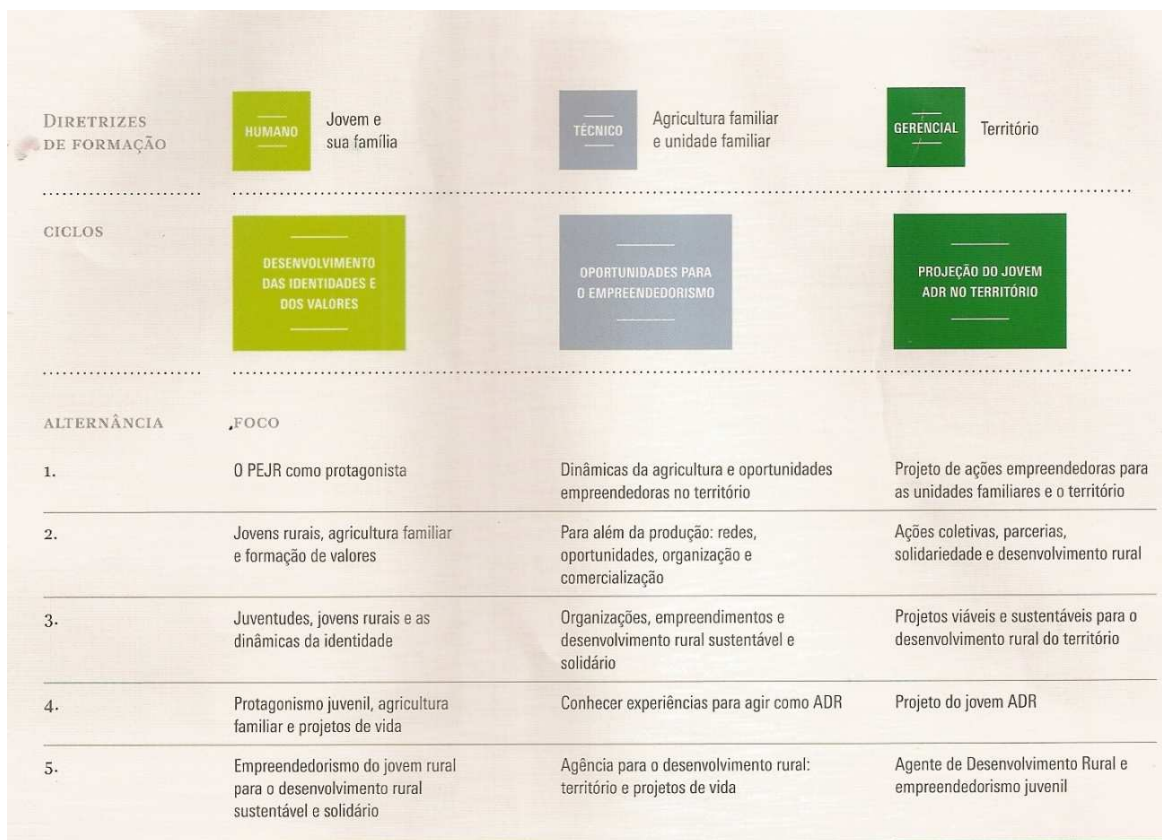
Aparecida Fonseca explica que comparativamente a outros programas formais de escolarização que aplicam a Pedagogia da Alternância, a formação pelo PEJR representará um diferencial, devido à inovação na aplicação dos instrumentos pedagógicos, integrando os conteúdos temáticos em diferentes tempos e espaços da formação. “O programa está estruturado numa dinâmica que reconhece, apreende e relaciona um movimento contínuo, por meio da relação prática e teórica, exercitada pela aplicação dos instrumentos pedagógicos, com vistas a desenvolver uma verdadeira alternância integrativa dos diferentes momentos da formação”, diz a coordenadora pedagógica.

É essa integração dos diferentes tempos, espaços e lógicas de formação que sustenta o projeto educativo de bases construtivistas

assumido pelo PEJR, orientado para a construção e socialização de conhecimentos em um movimento contínuo por meio da relação prática, teórico-prática e prático-teórica exercitada pela aplicação dos instrumentos pedagógicos. Afirmando a dimensão emancipatória da educação, esse projeto reconhece os jovens rurais como sujeitos produtores de cultura e, portanto, capazes de empreender mudanças nas formas de organização, de participar das decisões políticas e de se cooperar para implementar ações sustentáveis visando a melhoria das atuais condições de vida.

Aparecida Fonseca conta que, desde que assumiu a coordenação pedagógica do Cedejor, em 2008, a instituição vem se dedicando ao aprofundamento dos estudos e à compreensão dos fundamentos da Unidade Político-metodológica e da Pedagogia da Alternância, procurando aprimorar seus instrumentos: Plano de Estudos, Caderno da Realidade, Visitas de Estudos e Visitas às Famílias.

“Selecionamos e introduzimos novos instrumentos, tais como a Tutoria e os Coletivos de Jovens. Trabalhamos com afinco na construção de um plano de formação. O processo de avaliação comprovou a eficácia da pedagogia e seus instrumentos, valorizando as inovações que o Cedejor vinha agregando ao PEJR. Por isso, avaliamos que as principais



mudanças foram muito positivas, visto que o novo formato contempla a ação prática do Cedejor”, afirma Aparecida.

Os elementos estruturantes do currículo, que são os eixos temáticos, as diretrizes de formação, os conteúdos temáticos e os ciclos de formação, denotam o conteúdo do PEJR e orientam o planejamento expresso no plano de formação e a definição do conjunto das sequências de alternâncias.

Nesse sentido, o processo formativo do PEJR estrutura-se em três ciclos de formação, cada um envolvendo cinco sequências de alternâncias. No primeiro ciclo, a ênfase é na formação humana, visando o conhecimento da realidade do próprio jovem e da sua família. O ciclo 2 está centrado na unidade familiar, visando a formação técnica do jovem e da família. Por fim, o último ciclo tratará do território, destacando as oportunidades para a ação do Agente de Desenvolvimento Rural a partir de sua formação gerencial. Deste modo, o jovem é levado inicialmente a entender a sua realidade como membro de uma unidade familiar, na agricultura familiar, e, a seguir, as relações mais abrangentes do território.

Na opinião de José Norberto Muniz, existem pequenas, porém marcantes, diferenças conceituais entre o PEJR e outras iniciativas de

Educação do Campo, que levam a uma grande diferença de conteúdo na formação dos jovens rurais: apesar de assim se denominarem, essas outras iniciativas não se estruturam de fato com programas, como ocorre com o PEJR. Nele, a Pedagogia da Alternância é o princípio norteador da aprendizagem dos jovens rurais, e não somente instrumento para execução de tarefas dos educadores e dos jovens e de suas famílias. Por fim, a ressignificação da Educação do Campo ocorre pelas novas profissões rurais em contexto da agricultura familiar, fundamentado por conteúdos temáticos, e não por disciplinas tradicionais. A grande diferença é a formação educacional do jovem rural como agente empreendedor do desenvolvimento rural.

“Como agentes, os jovens vislumbram a emancipação social, rompendo a tradicional associação entre terra, família e agricultura, para se apropriarem das oportunidades

O QUE É EMPREENDEDORISMO PARA O PEJR?

No PEJR, o empreendedorismo é compreendido como uma ação protagonista que visa realizar, pela inovação, determinadas mudanças socioeconômicas, com graus variados de amplitude, vinculadas à criação e à geração de valores, produtos, processos ou oportunidades para o desenvolvimento. O jovem empreendedor é aquele que identifica oportunidades, toma iniciativas, motiva, mobiliza, organiza e coordena ações, assumindo riscos para promover mudanças perseguidas por coletividades.

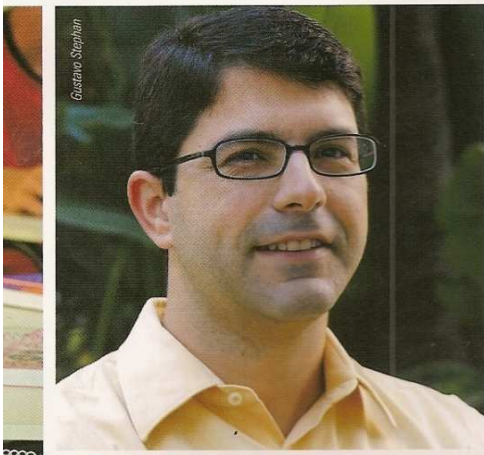
Nesse sentido, a noção de empreendedorismo afasta-se das conotações usuais, superando um significado estritamente econômico e individualista, passando a ser compreendido como um fenômeno econômico, sociocultural e político. No PEJR, o empreendedorismo é ressignificado como o conjunto de habilidades, competências e capacidades que contribuem para a geração de protagonismo juvenil, participação, integração e promoção do desenvolvimento, compreendidos como bens coletivos formadores de capital social.

Essa redefinição considera que o empreendedorismo é um tipo de ação orientada por valores individuais e coletivos, locais e globais, envolvendo pessoas, organizações e instituições, visando mudanças qualitativas no modo de participar, de viver, de ter qualidade de vida e de aproveitar as oportunidades que o desenvolvimento do território pode oferecer. Não obstante, ser empreendedor também implica potencializar e levar adiante o que já existe localmente, conduzindo tais ações com liderança e colaboração. Assim, ações de cooperação, de solidariedade e de confiança transformam-se em instrumentos capazes de constituir ações coletivas temporárias e permanentes, em função dos problemas e riscos que se apresentam aos jovens rurais, às unidades familiares, às localidades e aos territórios.



que a dinâmica territorial apresenta aos empreendimentos agrícolas e não-agrícolas, com propósitos econômicos, sociais e políticos. Desse modo, podem inserir-se no processo sucessório da agricultura familiar sob novas alternativas”, conclui Norberto.

Entre os olhares voltados para o novo formato do PEJR, Eliandro Giongo reflete também sobre as conquistas pelo programa ao longo desses dez anos em que formou cerca de 300 jovens nos três estados do Sul: “É preciso valorizar e destacar os resultados que o PEJR proporcionou para os jovens e suas famílias, contribuindo para que se tornassem protagonistas e agentes de desenvolvimento rural. Em 2010, ainda temos duas turmas no Cedejor (núcleo do Paraná e do Rio Grande do Sul) e uma no Território Caminhos do Tibagi concluindo a formação no formato de dois anos”.



Gasara Stephan

Luiz André Soares, gerente do Instituto Souza Cruz: programa estruturado para dar respostas dinâmicas e eficazes e ser flexível o bastante para adaptar-se a diferentes regiões



Sergio Viegas

Acima, Luciano Philippi, Michele Maniot, Zeni de Oliveira e Eliandro Giongo: equipe de educadores experiente e preparada para conduzir as atividades e integrar as turmas

Perspectivas de ampliação

A partir desse processo de avaliação e reestruturação, que durou aproximadamente dois anos, o PEJR atingiu sua fase de maturação e está pronto para ser replicado em outros territórios rurais brasileiros.

No segundo semestre, dois novos parceiros implementarão a tecnologia social: o Movimento de Organização Comunitário (MOC), que atua no semiárido baiano através de oito programas estratégicos, estruturados para o desenvolvimento da agricultura familiar no Território do Sisal; e a Agência de Desenvolvimento Econômico Local (Adel), que atua com capacitação de produtores, microfinanças e desenvolvimento de empreendimentos rurais solidários na microrregião cearense do Médio Curu (Território do Vale do Curu), em parceria com a Fundação Konrad Adenauer.

Representantes das duas organizações visitaram o Cedejor em Santa Catarina e acompanharam uma sequência de alternância, conhecendo na prática o funcionamento do PEJR. A animação ficou expressa nas palavras de Wagner Gomes, um dos diretores da Adel:

“A formação para que o jovem do meio rural se torne empreendedor é uma ideia fantástica. O que vimos aqui nos impressionou bastante. A equipe de educadores também apresenta muita experiência na condução das atividades e na integração da turma. E os jovens são um grupo extremamente envolvido e disposto a compartilhar sonhos, experiências e expectativas de transformação da realidade”.

Segundo Luiz André Soares, ainda que o PEJR tenha sido desenvolvido por nove anos na região Sul do país, a solução preconizada para os problemas ligados à sustentabilidade geracional do campo passa a ser disponibilizada com comprovada qualidade para outras realidades rurais brasileiras, com o devido aval técnico e operacional da Universidade Federal de Viçosa.

“O PEJR tem um corpo consistente, com foco e objetivos bem definidos, mas guarda flexibilidade suficiente para ser adaptado e aplicado em outros territórios brasileiros. Ele foi estruturado de forma a dar respostas dinâmicas e eficazes, podendo assim contribuir para que mais jovens transformem suas realidades e permaneçam no campo com qualidade de vida”, afirma o gerente do Instituto Souza Cruz. ■

Instituto Souza Cruz. **O PEJR em Mudança.** Marco Social (Revista) Vol. 12 N° 01/2010. p. 165-72.

http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DO8BVKWA?opendocument&SKN=1 p. 90-7. Acesso em 05 de maio de 2011.

Comissão criará dossiê sobre o tabaco

AMVARP > MATERIAL ABORDARÁ OS NÚMEROS DECORRENTES DA FUMICULTURA NOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELA ENTIDADE

Marília Gehrke
marilagehrke@gazetadosul.com.br

A Comissão Permanente em Defesa do Tabaco apresentou, ontem, um plano regional estratégico para a cadeia produtiva do fumo. Os objetivos foram explanados durante reunião da Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo (Amvarp), à qual o grupo está atrelado. O encontro, realizado no Restaurante da Ilha, em Candelária, integrou a programação de aniversário dos 86 anos do município. Formada há um mês, a comissão que defende o cultivo do tabaco – representada pelas prefeituras de Santa Cruz do Sul, Kelly Moraes, de Vera Cruz, Rosane Petry, e pelo prefeito de Gramado Xavier, Reni Giovanaz – sugeriu a elaboração de um dossiê.

A publicação abordará o impacto da fumicultura nos municípios abrangidos pela entidade. A ideia é que o material – no formato de revista – seja composto por dados numéricos. Após elaborado, será utilizado nas reuniões da Amvarp. Além do dossiê do tabaco, a entidade pretende elaborar folhetos explicativos para distribuir à população. A comissão tem por objetivo levar aos governos estadual e federal

a importância da fumicultura para a região. Para tanto, deve ser criada uma agenda estratégica de visitação a políticos e entidades.

A prefeita Kelly Moraes disse que a comissão trabalha na busca de alternativas que complementem a produção do tabaco. “O fumo não vai acabar. Assim como acontece em outras culturas, o produto passa por épocas difíceis”, comentou. Uma das opções para a diversificação, conforme a prefeita, é a agroindústria.

Em Vale do Sol, as possibilidades que dialogam com a diversificação de culturas comem a tomar forma. Uma delas é a produção agroecológica, cujo destaque é a criação de aves. O projeto está em fase de implantação e, ao todo, 25 famílias serão beneficiadas. Viabilizado pela Fundação Banco do Brasil e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o primeiro projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Pais) do Estado começou no município. A Casa do Agricultor – uma espécie de feira rural –, na localidade de Faxinal de Dentro, também está em fase de instalação.

Além disso, Vale do Sol aguarda a liberação de R\$ 314 mil – recurso do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – para a



PREFEITO de Candelária, Lauro Mainardi, destacou no encontro os desafios e o progresso do município em 86 anos

implantação de uma microssina em área de quatro hectares, cedida pelo município e situada na Linha Bernardino. Serão produzidos derivados da cana-de-açúcar, como melado e açúcar mascavo. Futuramente, haverá a industrialização de combustível, com base no etanol.

IMPACTO REGIONAL

O prefeito de Sinimbu e presidente da Amvarp, Mario Rabuske, afirma que 50% da arrecadação de seu município é baseada no tabaco. Ressalta que,

para haver diversificação na agricultura, é preciso garantia de mercado. As opções viáveis para Sinimbu, segundo conta, são a criação de frangos, suínos e bacia leiteira. Destaca, ainda, a importância de os agricultores produzirem alimentos para sua própria subsistência. Em Candelária, a artecação proveniente da fumicultura chega a 30%. Segundo o vice-prefeito, Rui Beise, a ideia é valorizar os produtos ecológicos na Festa da Colônia, que ocorre nos dias 23 e 24 deste mês.

A diminuição no cultivo do tabaco em Gramado Xavier e região, de acordo com o prefeito e integrante da comissão permanente, Reni Giovanaz, será uma consequência da redução da oferta e procura. “Se os agricultores plantarem menos pés de fumo, poderão aperfeiçoar a qualidade”, enfatiza. Ele afirma que apoia a diversificação, processo que, em sua opinião, já deveria ter começado. “O tabaco, sozinho, não se mantém. Sem ele, no entanto, não dá pra ficar”, destaca.

ANEXO I – 10 ANOS DE TRABALHO COM A JUVENTUDE RURAL DO SUL DO BRASIL

O Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) foi criado em 2001 e reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em novembro de 2002. Está presente nos três estados do sul do Brasil, atingindo aproximadamente 45 municípios. Desenvolve ações nos territórios Vale do Rio Pardo/RS; Território Encostas da Serra Geral/SC; Território Centro-Sul do Paraná e Território Caminhos do Tibagi /PR. Com centros de formação nos municípios de Rio Pardo/RS; Lauro Muller/SC e Guamiranga e Tibagi/PR.

A estrutura organizacional do Cedejor é composta por uma instância deliberativa e uma instância executiva. A parte deliberativa é composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e os Conselhos Comunitários de cada Núcleo. A estrutura executiva é composta por uma gerência executiva e pelas equipes de trabalho de cada Núcleo onde o Cedejor está estabelecido.

Cada núcleo do CEDEJOR possui um Conselho Comunitário, constituído por representantes das comunidades rurais do território de atuação, de jovens, representantes de entidades parceiras com caráter consultivo e tem por atribuições assessorar e aconselhar as coordenadorias nas suas tarefas. Esta forma de organização estabelece um modelo de gestão participativa e está previsto na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB). Orientado por concepções e práticas apoiadas no paradigma do desenvolvimento humano, voltadas para o desenvolvimento sustentável (ambiental, econômico, social, cultural e político), de acordo com os Pilares da Educação para o século XXI (DELORS, 1988), o CEDEJOR desenvolve a Pedagogia da Alternância em atividades voltadas para a formação de jovens com vistas à construção de novos empreendimentos nos territórios rurais. Na estrutura organizacional há uma proximidade com o sistema dos Centros Familiares de Formação por Alternância que tem seu sustentáculo em quatro pilares: I – Associação Local; II – Pedagogia da Alternância; III – Formação Integral e IV – Desenvolvimento Sustentável.

Os principais objetivos e linhas de atuação segundo o estatuto social do CEDEJOR são: promover ações sociais, educacionais e culturais que contribuam para a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida nas regiões onde atua. Para consecução desses fins a instituição se propõe a desenvolver processos educativos participativos que busquem a formação do jovem rural que permitam a gestão de alternativas voltadas ao desenvolvimento econômico e social integrado e sustentável das comunidades rurais. Esta atuação visa reduzir a perda de talentos juvenis do meio rural, garantindo assim, a permanência deste público que representa o potencial de transformação do ambiente onde vivem. As ações são desenvolvidas por intermédio de parcerias e projetos, conforme descrição a seguir:

Projeto Jovem Rural em Movimento

Desenvolvido com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Período: 2009 a 2010.

Resultados: 288 jovens beneficiados / 10 coletivos juvenis formados / 2 Seminários de Juventude realizados.

Projeto Gestão, Trabalho e Renda

Desenvolvido com apoio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná /SETI.

Período de 2008 a 2010.

Resultados: 75 jovens beneficiados / 33 projetos de geração de renda elaborados / 1 feira de comércio solidário implantada / 22 projetos de geração de renda implantados.

Projeto de Soberania Alimentar

Desenvolvido com apoio da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/UERGS (RS) e Emater-RS.

Período de 2008 a 2009.

Resultados: 45 famílias de Agricultores beneficiadas / 3.000 cartilhas publicadas.

Projeto Juventude Rural em Movimento

Desenvolvido com apoio do Sebrae (SC) e Instituto Souza Cruz.

Período de 2006 a 2008.

Resultados: 300 jovens beneficiados / 1 Fórum de Juventude Implantado / 1 Plano Municipal de Juventude Implementado; 02 Acampamentos da Juventude organizados.

Programa Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR)

Desenvolvido com apoio do Instituto Souza Cruz e Prefeituras Municipais.

Período de 2001 a 2011.

Resultados: 327 jovens formados como Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs).

O Cedejor tem figurado como importante ator nos processos de desenvolvimento dos territórios de abrangência, em especial ao compor como membro participante nas instâncias de decisão, como os colegiados territoriais. Além disso, tem se destacado pela qualidade da formação oferecida, evidenciada pelos resultados apresentados na permanência dos jovens no meio rural, com qualidade de vida por meio da implantação de projetos empreendedores na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável e solidário.



O número de jovens beneficiados, contudo está muito aquém das demandas levantadas pelo próprio Cedejor junto a juventude. Diversos eventos promovidos evidenciam esta demanda, como seminários, acampamentos de juventude e ações nas comunidades. No âmbito das parcerias realiza conjuntamente com seus parceiros relações de equidade, complementaridade nos objetivos, respeito aos valores institucionais e articulação dos valores de cada parceiro nas ações e projetos desenvolvidos conjuntamente. O CEDEJOR considera fundamental nas relações de parceria os valores de responsabilidade mútua, transparência, compromisso, abertura e confiança.

CEDEJOR. 10 anos de trabalho com a juventude rural do Sul do Brasil. Gerência Executiva do Cedejor. Publicado em 17/07/2011. Fonte: www.cedejor.org.br/ler/3/27/290/10_anos_de_trabalho_com_a_juventude_rural_do_sul_do_brasil Acesso em 17/07 de 2011.